

BOLETIM DE PESSOAL E DE **SERVIÇOS**₃

EDIÇÃO N.º 21/2023

Unidade: Reitoria

Publicado em 10 de março de 2023



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

Presidente da República: Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação: Camilo Sobreira de Santana

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica: Ariosto Antunes Culau

Reitora do IFRR: Nilra Jane Filgueira Bezerra

Pró-Reitor de Administração: Emanuel Alves de Moura

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Adnelson Jati Batista

Pró-Reitora de Ensino: Aline Cavalcante Ferreira

Pró-Reitora de Extensão: Roseli Bernardo Silva dos Santos

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica: Romildo Nicolau
Alves

Diretora-Geral do *Campus* Boa Vista Centro: Joseane de Souza Cortez

Diretora-Geral do *Campus* Novo Paraíso: Vanessa Rufino Vale Vasconcelos

Diretora-Geral do *Campus* Amajari: Pierlângela Nascimento da Cunha

Diretor-Geral do *Campus* Boa Vista Zona Oeste: Isaac Sutil da Silva

Diretor do *Campus* Avançado do Bonfim: Maria Eliana Lima dos Santos

Setor responsável pela publicação do Boletim de Pessoal e de Serviços na Reitoria
Assessoria de Comunicação e Marketing Institucional



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

O Boletim de Pessoal e de Serviços do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima é destinado a dar publicidade aos atos e aos procedimentos formais desta instituição.

Referências:

- Lei 4.965/1966, de 5 de maio de 1966.

Dispõe sobre a publicação dos atos relativos aos servidores públicos civis do Poder Executivo e dá outras providências.

- Decreto n.º 4.520/2002, de 16 de dezembro de 2002.

Dispõe sobre a publicação do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça pela Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República, e dá outras providências.

- Resolução n.º 274, de 16 de setembro de 2016.

Dispõe sobre os critérios e procedimentos para organização e publicação do Boletim de Pessoal e de Serviços no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

* O conteúdo dos textos publicados neste Boletim de Pessoal e de Serviços é de responsabilidade dos setores/unidades emissoras dos documentos.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

ÍNDICE

ATOS DA REITORIA

Resolução CONSUP/IFRR N° 720, de 7 de março de 2023

Resolução CONSUP/IFRR N° 721, de 7 de março de 2023



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA

Conselho Superior
Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303220 , gabinete.reitoria@ifrr.edu.br
www.ifrr.edu.br

Resolução CONSUP/IFRR N° 720, de 7 de março de 2023.

Aprova o Calendário Acadêmico Referência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR, referente ao ano letivo de 2022.

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Decreto de 16 de dezembro de 2020, publicado no Diário Oficial da União de 17 de dezembro de 2020, Seção 2, atendendo as determinações da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008,

Considerando a Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, alterada pela Lei n.º 9.131, de 24 de novembro de 1995, que delega ao CNE competência para estabelecer orientações e diretrizes sobre a reorganização dos calendários escolares;

A Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB);

A Resolução n.º 338/CONSUP/IFRR, de 1º de fevereiro de 2018, que aprova a Organização Didática do IFRR;

A Portaria MEC n.º 544, de 16 de junho de 2020, Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020.

O Parecer CNE/CP n.º 11, de 07 de julho de 2020, homologado pelo Ministro da Educação em 03 de agosto de 2020;

O Parecer CNE/CP n.º 15, de 06 de outubro de 2020, que aprova projeto de resolução com Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei n.º 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

A Lei n.º 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009;

A Resolução CNE/CP n.º 02, de 10 de dezembro de 2020, que institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições e redes escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, durante o estado de calamidade reconhecido pelo Decreto Legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020;

A Resolução CNE/CP n.º 2, de 05 de agosto de 2021, que institui Diretrizes Nacionais orientadoras para implementação de medidas no retorno à presencialidade nas atividades de ensino e aprendizagem e para regularização do calendário escolar;

A Portaria Normativa n.º 7/2021 - GAB/IFRR, de 22 de outubro de 2021, que dispõe sobre as Diretrizes Pedagógicas para o ensino misto e o retorno gradual à presencialidade das atividades acadêmicas nos cursos do Instituto Federal de Roraima – IFRR, o constante no processo 23231.000970.2021-20, e a decisão do colegiado tomada na 78.ª sessão plenária, realizada em 8 de fevereiro de 2022.

RESOLVE:

Art. 1º Regulamentar os critérios para que os *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR organizem o Calendário Acadêmico 2022, em função da situação de excepcionalidade pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

Art. 2º O Calendário Acadêmico 2022 deverá contemplar os seguintes elementos:

1. Início e previsão de término do período letivo;
2. Período para procedimentos de renovação de matrículas, reabertura da matrícula, matrícula de dependência, trancamento de matrícula, aproveitamentos de estudos, dispensa de componentes curriculares e mudança de turno;
3. Período de encontro e planejamento pedagógico;
4. Período para entrega do Plano de Ensino e Plano de Trabalho Docente;
5. Período de lançamento de notas no controle do registro acadêmico;
6. Período para exame final;
7. Previsão de reuniões do Conselho de Classe e reuniões pedagógicas;
8. Período para entrega do Diário do ciclo de oferta/bimestre/semestre;
9. Previsão de reuniões com pais ou responsáveis dos discentes;
10. Período de férias escolares, com a ocorrência das férias docentes;
11. Feriados municipais, estaduais e federais;
12. Período de Recessos e pontos facultativos;
13. Número total de dias letivos em cada mês;
14. Previsão de eventos de caráter pedagógico, desportivo, científico, cultural e tecnológico, intercâmpio ou não.
15. Solenidade de colação de grau.

Art. 3º Na elaboração do Calendário Acadêmico 2022 deve haver atendimento do mínimo de 200 dias letivos exigidos na legislação.

§1º Para o atendimento do disposto no caput é facultada aos *campi* a previsão de sábados letivos, que poderão ser destinados à realização tanto de atividades pedagógicas presenciais, quanto de atividades pedagógicas não presenciais (APNPs), síncronas ou assíncronas.

§2º Os *campi* deverão evitar, na medida do possível, a utilização de todos os sábados do mês como letivos.

§3º É vedada a previsão de domingos ou feriados como dias letivos.

Art. 4º Os períodos letivos no Calendário Acadêmico 2022 devem ser dimensionados de forma a possibilitar o cumprimento integral da carga horária constante no Projeto Pedagógico do Curso, de forma qualificada

Parágrafo único. Serão consideradas para integralização da carga horária tanto as atividades presenciais quanto às atividades pedagógicas não presenciais, conforme resoluções vigentes.

Art. 5º O ano letivo 2022 poderá avançar sobre o ano civil 2023.

Art. 6º Os *campi* priorizarão a definição de Calendário Acadêmico 2022 para viabilizar a conclusão de turmas finais.

Art. 7º Os *campi* deverão prever em seu Calendário Acadêmico 2022 um período de no mínimo duas (02) semanas entre os semestres letivos 2022.1 e 2022.2, quando acontecerá o processamento de matrícula e o planejamento pedagógico, e para a virada entre os anos letivos 2022 e 2023.

Parágrafo único. Em casos excepcionais o período mínimo previsto no caput poderá ser menor, mediante justificativa do *campus*.

Art. 8º No planejamento e execução do Calendário Acadêmico 2022 é facultada aos *campi* a possibilidade de reorganização das ofertas de forma a assegurar a compatibilização entre as ofertas efetivadas e a carga de trabalho possível para docentes e técnicos administrativos, bem como a disponibilidade da infraestrutura tecnológica e física.

Parágrafo único. Caberá à Direção/Departamento de Ensino dos *campi*, a partir de discussão coletiva com a comunidade acadêmica, definir a forma e os procedimentos para reposição de aulas, quando necessário para o cumprimento do Calendário Acadêmico 2021.

Art. 9º O Calendário Acadêmico 2022 deverá ser encaminhado à Pró-reitoria de Ensino, via processo SUAP.

Parágrafo único. A Pró-reitoria de Ensino deverá verificar se o Calendário Acadêmico 2022 atende as diretrizes previstas nesta Resolução e Organização Didática do IFRR.

Art. 10. Os cursos de pós-graduação e os cursos ofertados na modalidade a distância terão calendários próprios com prazos diferentes daqueles estabelecidos nesta Resolução, ressalvadas as obrigações legais.

Art. 11. Somente poderá ser considerado encerrado o ano letivo após o cumprimento integral do Calendário Acadêmico homologado.

Parágrafo único. Considerar-se-á concluído o Calendário Acadêmico 2022 dos *campi* do IFRR quando cumpridos: a carga horária, os dias letivos e as atividades previstas.

Art. 12. A elaboração do Calendário Acadêmico 2022 deverá obedecer ao modelo padrão elaborado pela Ascom, em anexo.

Art. 13. Casos omissos a esta Resolução serão analisados pela Pró-reitoria de Ensino.

Art. 14 Revogar a Resolução 637/2021-CONSUP/IFRR, de 28 de dezembro de 2021.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista – RR, 7 de março de 2023.

NILRA JANE FILGUEIRA BEZERRA

Presidente do CONSUP



CAMPUS
?????

2022

JANEIRO 1 - Confraternização Universal 20 - Dia de São Sebastião ?? = ???	FEVEREIRO 15 - Paixão de Cristo 19 - Dia dos povos indígenas 21 - Trindades ?? = ???	MARÇO 1 - Carnaval 2 - Quarta Feia de Cinzas (Ponto Facultativo até 14h) - Dia não letivo ?? = ???
ABRIL 15 - Paixão de Cristo 19 - Dia dos povos indígenas 21 - Trindades ?? = ???	MAIO 15 - Paixão de Cristo 19 - Dia dos povos indígenas 21 - Trindades ?? = ???	JUNHO 15 - Paixão de Cristo 19 - Dia dos povos indígenas 21 - Trindades ?? = ???
JULHO 15 - Paixão de Cristo 19 - Dia dos povos indígenas 21 - Trindades ?? = ???	AGOSTO 15 - Paixão de Cristo 19 - Dia dos povos indígenas 21 - Trindades ?? = ???	SETEMBRO 15 - Paixão de Cristo 19 - Dia dos povos indígenas 21 - Trindades ?? = ???
OUTUBRO 15 - Paixão de Cristo 19 - Dia dos povos indígenas 21 - Trindades ?? = ???	NOVEMBRO 15 - Paixão de Cristo 19 - Dia dos povos indígenas 21 - Trindades ?? = ???	DEZEMBRO 15 - Paixão de Cristo 19 - Dia dos povos indígenas 21 - Trindades ?? = ???

Feriados Pontas Facultativas Início ou fim do período letivo Dia não letivo Período de Exame Final

Aprovado:
 Parecer 07/2022-PROEN/IFRR
 Resolução 77/2022-CCOEN/IFRR

CAMPUS
?????

2023

JANEIRO 1 - Confraternização Universal 20 - Dia de São Sebastião ?? = ???	FEVEREIRO 15 - Paixão de Cristo 19 - Dia dos povos indígenas 21 - Trindades ?? = ???	MARÇO 1 - Carnaval 2 - Quarta Feia de Cinzas (Ponto Facultativo até 14h) - Dia não letivo ?? = ???
ABRIL 15 - Paixão de Cristo 19 - Dia dos povos indígenas 21 - Trindades ?? = ???	MAIO 15 - Paixão de Cristo 19 - Dia dos povos indígenas 21 - Trindades ?? = ???	JUNHO 15 - Paixão de Cristo 19 - Dia dos povos indígenas 21 - Trindades ?? = ???
JULHO 15 - Paixão de Cristo 19 - Dia dos povos indígenas 21 - Trindades ?? = ???	AGOSTO 15 - Paixão de Cristo 19 - Dia dos povos indígenas 21 - Trindades ?? = ???	SETEMBRO 15 - Paixão de Cristo 19 - Dia dos povos indígenas 21 - Trindades ?? = ???
OUTUBRO 15 - Paixão de Cristo 19 - Dia dos povos indígenas 21 - Trindades ?? = ???	NOVEMBRO 15 - Paixão de Cristo 19 - Dia dos povos indígenas 21 - Trindades ?? = ???	DEZEMBRO 15 - Paixão de Cristo 19 - Dia dos povos indígenas 21 - Trindades ?? = ???

Feriados Pontas Facultativas Início ou fim do período letivo Dia não letivo Período de Exame Final

Aprovado:
 Parecer 07/2022-PROEN/IFRR
 Resolução 77/2022-CCOEN/IFRR

CAMPUS
?????

ATIVIDADES - 2022

JANEIRO Dias Letivos: 00 1 - Confraternização Universal 20 - Dia de São Sebastião ?? = ???	FEVEREIRO Dias Letivos: 00 ?? = ???
MARÇO Dias Letivos: 00 1 - Carnaval 2 - Quarta Feia de Cinzas (Ponto Facultativo até 14h) - Dia não letivo ?? = ???	ABRIL Dias Letivos: 00 15 - Paixão de Cristo 19 - Dia dos povos indígenas 21 - Trindades ?? = ???

Aprovado:
 Parecer 07/2022-PROEN/IFRR
 Resolução 77/2022-CCOEN/IFRR

ATIVIDADES - 2022

MAIO	Dias Letivos: 00 1 - Dia Mundial do Trabalho 8 - Dia das Mães ?? - ????	JUNHO	Dias Letivos: 00 16 - Corpus Christi ?? - ?????
JULHO	Dias Letivos: 00 9 - Aniversário do Município de Boa Vista ?? - ??????	AGOSTO	Dias Letivos: 00 14 - Dia dos Pais ?? - ??????

Aprovado:
Protocolo 0175/2021-PROGAD/IFRR
Resolução 177/2021-CC/CONSUP/IFRR

ATIVIDADES - 2022

SETEMBRO	Dias Letivos: 00 7 - Independência do Brasil ?? - ??????	OUTUBRO	Dias Letivos: 00 5 - Aniversário do Estado de Roraima 12 - Nossa Senhora Aparecida ?? - ??????
NOVEMBRO	Dias Letivos: 00 2 - Dia dos Finados 15 - Proclamação da República 20 - Dia da Consciência Negra ?? - ??????	DEZEMBRO	Dias Letivos: 00 25 - Natal ?? - ??????

Aprovado:
Protocolo 0175/2021-PROGAD/IFRR
Resolução 177/2021-CC/CONSUP/IFRR

ATIVIDADES - 2023

JANEIRO	Dias Letivos: 00 1 - Confraternização Universal 20 - Dia de São Sebastião ?? - ????	FEVEREIRO	Dias Letivos: 00 21 e 22 - Carnaval 22 - Quarta Feira de Cinzas (Ponto Facultativo até 14h) - Dia não letivo ?? - ???
MARÇO	Dias Letivos: 00 ??? - ?????	ABRIL	Dias Letivos: 00 7 - Paixão de Cristo 19 - Dia dos povos indígena 21 - Tiradentes ?? - ????

Aprovado:
Protocolo 0175/2021-PROGAD/IFRR
Resolução 177/2021-CC/CONSUP/IFRR

ATIVIDADES - 2023

MAIO	Dias Letivos: 00 1 - Dia Mundial do Trabalho 14 - Dia das Mães ?? - ???	JUNHO	Dias Letivos: 00 8 - Corpus Christi ?? - ?????
	Dias Letivos: 00 9 - Aniversário do Município de Boa Vista ?? - ?????		Dias Letivos: 00 14 - Dia dos Pais ?? - ?????

Aprovado:
Reitor: 01702201/PROCTO/IFRR
Proreitor: 777021/COORDINADOR

ATIVIDADES - 2023

SETEMBRO	Dias Letivos: 00 7 - Independência do Brasil ?? - ?????	OUTUBRO	Dias Letivos: 00 5 - Aniversário do Estado de Roraima 12 - Nossa Senhora Aparecida ?? - ?????
	Dias Letivos: 00 2 - Dia dos Finados 15 - Proclamação da República 20 - Dia da Consciência Negra ?? - ?????		Dias Letivos: 00 25 - Natal ?? - ?????

Aprovado:
Reitor: 01702201/PROCTO/IFRR
Proreitor: 777021/COORDINADOR

FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS

2022		2023	
FERIADOS	PONTOS FACULTATIVOS	FERIADOS	PONTOS FACULTATIVOS
1 / 1 - confraternização Universal 15 / 4 - Paixão de Cristo 21 / 4 - Tiradentes 1 / 5 - Dia Mundial do Trabalho 16 / 6 - Corpus Christi 9 / 7 - Aniversário do Município de Boa Vista 7 / 9 - Independência do Brasil 5 / 10 - Aniversário do Estado de Roraima 12 / 10 - Nossa Senhora Aparecida 2 / 11 - Dia dos Finados 15 / 11 - Proclamação da República 20 / 11 - Dia da Consciência Negra 25 / 12 - Natal	20 / 1 - Dia de São Sebastião 28 / 2 - Carnaval 1 / 3 - Carnaval 2 / 3 - Quarta-Feira de Cinzas (Ponto Facultativo até às 14h)	1 / 1 - Confraternização Universal 20 / 1 - Dia de São Sebastião 21 / 2 - Carnaval 7 / 4 - Paixão de Cristo 21 / 4 - Tiradentes 1 / 5 - Dia Mundial do Trabalho 8 / 6 - Corpus Christi 9 / 7 - Aniversário do Município de Boa Vista 7 / 9 - Independência do Brasil 5 / 10 - Aniversário do Estado de Roraima 12 / 10 - Nossa Senhora Aparecida 2 / 11 - Dia dos Finados 15 / 11 - Proclamação da República 20 / 11 - Dia da Consciência Negra 25 / 12 - Natal	20 / 1 - Dia de São Sebastião 22 / 2 - Carnaval

Aprovado:
Reitor: 01702201/PROCTO/IFRR
Proreitor: 777021/COORDINADOR

Documento assinado eletronicamente por:

- **Nilra Jane Filgueira Bezerra, REITOR - CD0001 - IFRR**, em 07/03/2023 15:22:02.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 03/03/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 197006

Código de Autenticação: c02528d788





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA

Conselho Superior
Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303220 , gabinete.reitoria@ifrr.edu.br
www.ifrr.edu.br

Resolução CONSUP/IFRR N° 721, de 7 de março de 2023.

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso do Curso de Licenciatura em Pedagogia, na modalidade Educação à Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, **Ad Referendum** deste Conselho, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a autonomia institucional conferida pelo Art. 1º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e considerando o constante no Processo n.º 23229.000109.2023-72.

RESOLVE:

Art.1.º Aprovar, o Projeto Pedagógico do Curso do Curso de Licenciatura em Pedagogia, na modalidade Educação à Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima conforme anexo.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, 7 de março de 2023.

Nilra Jane Filgueira Bezerra
Presidente do CONSUP

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Janeiro de 2023
Boa Vista / RR

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Camilo Sobreira de Santana

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Getulio Marques Ferreira

REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

Nilra Jane Filgueira Bezerra

PRÓ-REITORA DE ENSINO DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

Aline Cavalcante Ferreira

DIRETORA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Solange Almeida Santos

DIRETORA GERAL DO CAMPUS BOA VISTA

Joseane de Souza Cortez

DIRETOR DE ENSINO

Ananias Noronha Filho

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Tomás Armando Del Pozo Hernández

EQUIPE ORGANIZADORA DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Portaria 17/2023 - DG-CBV/IFRR

DIRETORA GERAL DO CAMPUS BOA VISTA

Joseane de Souza Cortez

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Tomas Armando Del Pozo Hernandez

COORDENADOR DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS EAD

Ismayl Carlos Cortez

COORDENADORA DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA EAD

Virginia Guedelho de Albuquerque Carvalho

SUMÁRIO

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO.....	11
1.1. IFRR - REITORIA.....	11
1.2. ENTIDADE MANTENEDORA.....	11
1.3. IFRR/CAMPUS BOA VISTA.....	11
2. DADOS GERAIS DO CURSO.....	12
2.1. Nome do Curso.....	12
2.2. Modalidade.....	12
2.3. Local de Funcionamento.....	12
2.4. Ano de Implantação.....	12
2.5. Habilitação.....	12
2.6. Área do Conhecimento.....	12
2.7. Número de Vagas Ofertadas.....	12
2.8. Requisitos de Acesso.....	12
9. Forma de ingresso.....	12
2.10. Duração do Curso.....	12
3. APRESENTAÇÃO DO CURSO.....	13
3.1. histórico da Instituição.....	14
3.2. Histórico do <i>Campus</i> Boa Vista	17
3.3. Missão	18
3.4. Visão de Futuro.....	18
3.5. Valores.....	18
3.6. Ato Legal de Autorização.....	18
4. JUSTIFICATIVA.....	19
5. OBJETIVOS DO CURSO.....	19
5.1. Objetivo Geral.....	19
2. Objetivos Específicos.....	19
6. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO.....	20
7. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO E ÁREAS DE ATUAÇÃO... ..	21
8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	22
8.1. Estrutura Curricular.....	22
8.2. Matriz Curricular.....	25
8.3. Representação Gráfica do Perfil de Formação.....	27
8.4. Descrição do Curso.....	28
8.4.1. Política de inclusão	28
8.4.2. Relações étnico-raciais	28
8.4.3. Libras.....	28
8.4.4. Educação Ambiental.....	28

8.4.5. Educação em Direitos Humanos.....	29
8.5. Ementário.....	29
8.6. Metodologia.....	64
9. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC.....	67
10. PRÁTICAS COMO COMPONENTE CURRICULAR – PCC’s.....	68
11. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.....	69
11.1. Integração com as Redes Públicas de Ensino.....	71
12. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS.....	72
13. ATIVIDADES DE TUTORIA.....	73
13.1. Sistema de Tutoria.....	73
13.2. Tutor a Distância.....	73
13.3. Tutor de Apoio Presencial.....	74
14. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E A EXTENSÃO.....	76
15. APOIO AO DISCENTE.....	77
15.1. Atendimento a pessoas com Deficiência ou com Transtornos Globais.....	80
16. TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TDICs.....	81
16.1. <u>Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação – TDIC’s no processo de ensino aprendizagem.....</u>	<u>82</u>
16.2. <u>Mecanismos de interação e tutoria.....</u>	<u>84</u>
16.3. <u>Papel do Docente e do Professor Mediador/Tutor.....</u>	<u>85</u>
16.4. <u>O Coordenador de Plataforma e Tutoria.....</u>	<u>87</u>
16.5. <u>Professor Assistente.....</u>	<u>87</u>
16.6. <u>A Equipe Multidisciplinar.....</u>	<u>88</u>
16.7. <u>Os encontros presenciais obrigatórios.....</u>	<u>88</u>
17. DOS COLEGIADOS.....	88
17.1. Núcleo Docente Estruturante – NDE.....	88
17.2. Colegiado de Curso.....	89
18. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO.....	90
18.1. <u>Sistema de Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem.....</u>	<u>90</u>
18.2. <u>Verificação do Rendimento Escolar e da Aprovação.....</u>	<u>91</u>
18.3. <u>Avaliação da Aprendizagem de Forma Presencial.....</u>	<u>91</u>
18.4. <u>Avaliação da Aprendizagem pelo AVA.....</u>	<u>92</u>
18.5. <u>Sistema de Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.....</u>	<u>93</u>
18.6. Avaliação Inclusiva.....	95
19. EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES – ENADE.....	96
20. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES.....	97
21. SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	97
21.1. Avaliação Institucional.....	97

22. PERFIS DAS EQUIPES DOCENTE, TÉCNICO PEDAGÓGICA E TÉCNICO ADMINISTRATIVO.....97

22.1. Docentes do Curso.....97

22.2. Equipe Técnico-Administrativa.....99

23. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS.....100

23.1. Biblioteca.....101

24. DIPLOMAÇÃO.....101

25. REFERÊNCIAS102

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

1.1. IFRR – Reitoria

Nome do Instituto	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
CNPJ	10.839.508/0001-31
Nome do Dirigente	Nilra Jane Filgueira Bezerra
Endereço do Instituto	Rua Fernão Dias Paes Leme, nº 11
Bairro	Calungá
Cidade	Boa Vista
UF	Roraima
CEP	69.303-220
DDD/Telefone	(95) 3624-1224
E-mail	gabinete.reitoria@ifrr.edu.br

1.2 Entidade Mantenedora

Entidade Mantenedora	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica– SETEC
CNPJ	00.394.445/0532-13
Nome do Dirigente	Tomás Dias Sant’ana
Endereço da Entidade Mantenedora	Esplanada dos Ministérios Bloco 1, 4º andar – Ed. Sede
Bairro	Asa Norte
Cidade	Brasília
UF	Distrito Federal

CEP	70.047-902
DDD/Telefone	(61) 2022-8597
E-mail	setec@mec.gov.br

1.3. IFRR/Campus Boa Vista

Campus Ofertante	IFRR/Campus Boa Vista
CNPJ	10.839.508/0002-12
Nome do Dirigente	Joseane de Souza Cortez
Endereço do Instituto	Av. Glaycon de Paiva, 2496
Bairro	Pricumã
Cidade	Boa Vista
UF	Roraima
CEP	69.303-340
DDD/Telefone	(095) 3621-8021
E-mail	gabinete.boavista@ifrr.edu.br

2. DADOS GERAIS DO CURSO

2.1. Nome do Curso: Pedagogia

2.2. Modalidade da oferta: A distância – EaD.

Turno de funcionamento: Jornada integral.

Periodicidade de oferta: Anual.

2.3. Local de Funcionamento: IFRR/Campus Boa Vista

Polos: Boa Vista, Caracarái, Iracema, Mucajaí, Normandia e São Luiz do Anauá

2.4. Ano de Implantação: 2022

2.5. Habilitação: Educação Infantil, Anos iniciais do Ensino Fundamental e Gestão Escolar

2.6. Área do Conhecimento: Ciências Humanas

2.7 Número de Vagas Ofertadas: 300 (trezentas) vagas

2.8 Requisitos de Acesso: Ter concluído o Ensino Médio

2.9 Forma de ingresso: Processos seletivos

2.10. Duração do Curso: 4 (quatro) anos

2.11. Carga Horária Total: 3.355 horas

2.12. Regime Letivo: Modular

2.13. Título Outorgado: Licenciado em Pedagogia

2.14. Coordenadora do curso: Prof. Ma. Virginia Guedelho de Albuquerque Carvalho

2.15. Integralização mínima e máxima:

Mínima - 4 anos

Máxima - 5 anos

3. APRESENTAÇÃO DO CURSO

A criação do Curso de Licenciatura em Pedagogia decorreu da elevada demanda pela formação de educadores nos municípios de Roraima, com caráter crítico, e que possam auxiliar na construção de uma sociedade justa e igualitária. Especificamente, o curso de Pedagogia EaD surge da preocupação do IFRR/*Campus* Boa Vista com a qualidade da formação do docente para atuar na educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, que é um dos fatores que contribui fortemente para a construção de uma educação e escola de boa qualidade.

Mas essa qualidade não pode ser apenas relacionada ao conteúdo do ensino. A formação dos docentes deve proporcionar-lhes, além do conhecimento específico de sua área ou nível de atuação, os recursos necessários para que sejam capazes de desenvolver um trabalho pedagógico que ofereça às crianças as condições necessárias para que elas possam construir um mundo orientado pela solidariedade e respeito às diferenças.

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica, vem exigindo que o IFRR/*Campus* Boa Vista também se comprometa com a formação de educadores para atuar na educação infantil (até 5 anos), bem como para atuar nos anos iniciais do ensino fundamental. Essa necessidade é ainda maior quando se constata que esse atendimento é realizado pelas Prefeituras que, em muitos casos, não contam com a quantidade suficiente de profissionais com formação adequada para atuar na educação infantil, para atender às crianças, especialmente, aquelas que por sua condição social mais necessitam de apoio. Especificamente, o atendimento proporcionado na educação infantil deve ir além do pedagógico por si só, ele deve ampliar-se num trabalho especial do educador que deve ser responsável pelo *educar e cuidar*. Essas duas palavras desvelam novas responsabilidades para esse profissional que, portanto, deve ter uma formação humana e cidadã.

Nesse contexto, o IFRR/*Campus* Boa Vista tomou a iniciativa de acolher e dar tramitação a uma proposta de curso de nível superior para formação de docentes para atuar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, ligados às redes públicas e privada do município do Estado de Roraima.

A trajetória acadêmica prevista pelo curso será marcada por estudos teórico-práticos, de investigação e de reflexão crítico-social, alicerçado em um repertório de saberes e conhecimentos plurais. Essa formação deverá propiciar aos licenciados conhecimentos como o filosófico, o político, o antropológico, o histórico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o econômico, o cultural e o artístico em uma interlocução direta com o ambiente escolar. As atividades serão realizadas à distância e, em alguns momentos, ocorrerão encontros presenciais nos Polos de Apoio/ou laboratórios a eles vinculados.

O curso está sediado pelo Departamento de Educação à Distância do IFRR/*Campus* Boa Vista e terá duração de 8 semestres (4 anos) com uma carga horária de 3.355 horas. Ao final do curso a titulação a ser concedida aos concluintes será de Licenciado em Pedagogia.

O projeto Pedagógico de Curso está respaldado nas seguintes legislações:

Legislações nacionais:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n.º 9.394/96;
- Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental;
- Resolução CNE/CP n.º 01 de 17 de junho de 2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Resolução CNE/CEB n.º 5, DE 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;
- Resolução CNE/CEB n.º 4, de 13 de julho de 2010, que define Diretrizes Curriculares Nacionais gerais para a Educação Básica;
- Resolução CNE/CP n.º 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, se refere à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental;
- Resolução CNE/CP n.º 4, de 17 de dezembro de 2018, que institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDBEN, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP n.º 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP n.º 15/2017.

Resoluções do IFRR:

- Resolução 338/2018 – CONSUP/IFRR, de 1º de fevereiro de 2018, que contempla a reformulação da Organização Didática do IFRR.
- Resolução 682/2022 - CONSUP/IFRR, de 16 de julho de 2022, que Estabelece procedimentos sobre elaboração de Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação, nas modalidades de ensino presencial e a distância, no âmbito do Instituto Federal de Roraima.

3.1. Histórico da Instituição

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) é originário da extinta Escola Técnica implantada, informalmente, em outubro de 1986. Na ocasião, inicia suas atividades em 1987 com ofertas de vagas nos cursos técnicos em Eletrotécnica, com 105 alunos, e Edificações, com 70 alunos.

Nesse ínterim, o Governo do então Território Federal de Roraima, por meio do Decreto nº 026 (E), de 12 de outubro de 1988, cria a Escola Técnica de Roraima (ETRR). A ETFRR teve autorização de funcionamento e reconhecimento com o Parecer nº 26/89 do Conselho Territorial de Educação (CTE-RR), de 21 de dezembro de 1989, que aprova o seu Regimento Interno, as grades curriculares dos cursos por ela ministradas e torna válido todos os atos escolares anteriores ao Regimento Interno.

Por força da Lei Federal nº 8.670, de 30 de junho de 1993, foi criada a Escola Técnica Federal de Roraima (ETFRR). A qual, em 1994, iniciou suas atividades nas instalações físicas da Escola Técnica Estadual, com 74% de seus servidores redistribuídos do quadro de pessoal do ex-território Federal de Roraima, incorporou ao seu patrimônio: rede física, materiais e equipamentos, além disso, absorveu todos os estudantes matriculados naquela escola nos cursos de Edificações e Eletrotécnica.

A partir dessa data, a Escola iniciou um programa de expansão de cursos e do número de vagas, implantando novos cursos – ensino fundamental – 5ª a 8ª série (descontinuado a partir de 1996), Técnico em Agrimensura e Magistério em Educação Física – totalizando, naquele ano, 17 turmas e 406 estudantes.

Em dezembro de 1994, por meio da Lei nº 8.948 de 8 de dezembro, publicada no DOU nº 233, de 9 de dezembro, Seção I, foi instituído o Sistema Nacional de Educação Tecnológica que passou a transformar as Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET). Assim, a ETFRR foi, em 2002, transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima, por meio do Decreto Federal de 13 de novembro. A transformação em CEFET-RR trouxe à comunidade o princípio da verticalização da Educação Profissional, oferecendo cursos profissionalizantes de nível básico, técnico e superior.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo foi o primeiro a ser implantado e teve sua proposta vinculada à transformação da ETFRR em CEFET-RR. Em 2005, o Governo Federal, através do Ministério da Educação, instituiu o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no país. Promove, nesta nova fase, a implantação de Unidades Descentralizadas (UNED's) em diversas unidades da federação. O CEFET-RR foi contemplado na fase I com a UNED Novo Paraíso, no município de Caracará, região sul do Estado.

As atividades pedagógicas na UNED Novo Paraíso tiveram início em agosto de 2007 com 172 estudantes matriculados no Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, incluindo uma turma com 22 estudantes do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Em 11 de novembro de 2007, a UNED de Novo Paraíso foi inaugurada com a presença *in loco* do Ministro da Educação Fernando Haddad.

Na fase II, o CEFET-RR foi contemplado com o *Campus* Amajari, localizado na região norte do Estado, município de Amajari. Iniciou suas atividades atendendo a 70 estudantes matriculados no Curso Técnico em Agricultura, neste momento, funciona provisoriamente no espaço físico da Escola Estadual Ovídio Dias, mediante parceria firmada com a Secretaria de Estado da Educação e Desporto (Seed). Em setembro de 2012, o *Campus* Amajari foi oficialmente entregue à comunidade e, em dezembro de 2012, foi inaugurado pela presidenta da república em solenidade realizada no Palácio do Planalto.

Em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologias, formados pela adesão das Universidades Agrícolas e dos CEFETs com suas UNEDs, assim, foi criado o IFRR com seus respectivos *Campi*. Em 2010 foi lançada a fase III do Plano de Expansão da Rede Federal e o IFRR foi contemplado com mais uma unidade, o *Campus* Boa Vista Zona Oeste, cujo processo de construção e implantação está em andamento na zona oeste do município de Boa Vista.

O IFRR é uma instituição autárquica integrante do Sistema Federal de Ensino, está vinculada ao Ministério de Educação e supervisionada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), com sede e foro na cidade de Boa Vista e atuação no Estado de Roraima.

Atualmente, o IFRR está estruturado com uma Reitoria e cinco *campi* distribuídos pelo estado, conforme mostra a figura 01 e detalhamento a seguir:

a) *Campus* Boa Vista – Pré-expansão, localizado na região central do estado, em Boa Vista. Tem como referência para o desenvolvimento de suas atividades os municípios de Boa Vista, Bonfim, Cantá, Normandia, Alto Alegre, Mucajaí e Iracema;

b) *Campus* Novo Paraíso – Fase I da expansão, localizado na região sul do estado, tem como referência para o desenvolvimento de suas atividades os municípios de Caracará, Cantá, São Luiz, São João da Baliza, Caroebe e Rorainópolis;

c) *Campus* Amajari – Fase II da expansão, localizado na região norte do estado, tem como referência para o desenvolvimento de suas atividades os municípios de Amajari, Pacaraima, Uiramutã e Alto Alegre;

d) *Campus* Boa Vista Zona Oeste – Fase III, localizado na zona oeste da cidade de Boa Vista, atualmente em fase de construção e implantação.

e) *Campus* Avançado do Bonfim - Fase IV, localizado na região norte do estado, tem como referência para o desenvolvimento de sua atividade no município de Bonfim, atualmente em fase de implantação.

São objetivos da instituição: ministrar educação profissional, técnica de nível médio, cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, cursos de graduação; realizar pesquisas e desenvolver atividades de extensão, além de oferecer cursos de pós-graduação *Lato Sensu* e especialização e cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* de mestrado e doutorado.

A oferta de cursos oferecidos pelos *campi* do IFRR estão distribuídos assim:

a) No *Campus* Boa Vista são ofertados 11 (onze) cursos de graduação: 04 (quatro) cursos superiores de tecnologia (Tecnologia em Gestão Hospitalar, Tecnologia em Saneamento Ambiental, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Tecnologia em Gestão de Turismo); 07 (sete) cursos de licenciatura, dos quais 04 (quatro) são na modalidade presencial (Licenciatura Plena em Educação Física, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Letras-Espanhol e Literatura Hispânica), e 03 (três) são ofertados via Educação a Distância - EAD (Licenciatura em Letras e Espanhol, Licenciatura em Ciências Biológicas e Licenciatura em Matemática), atendendo a 08 (oito) polos situados nos municípios de Alto Alegre, Caracará, Rorainópolis, Amajari, São Luiz do Anauá, Pacaraima, Iracema e Boa Vista; 07 (sete) cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, sendo 02 (dois) na modalidade presencial: Pós-graduação em Gestão e Planejamento de Destinos Turísticos Sustentáveis e Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos; e 03 (três) são ofertados via EAD: Pós-graduação em Residência Jurídica, em parceria com o TJRR; Pós-graduação em Docência da Educação Física Escolar, Pós-graduação em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica; 02 (dois) cursos de mestrado: Mestrado em Educação (IFRR/UEER) e Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (IFRR/IFES); cursos técnicos de nível médio integrados, e subsequentes.

b) No *Campus* Novo Paraíso são ofertados 03 (três) cursos técnicos: Técnico em Agroindústria, Técnico em Agropecuária e Técnico em Aquicultura; 1 (um) curso superior: Bacharelado em Agronomia na modalidade presencial; 1 (um) curso de Pós-graduação em Agroecologia e Educação do Campo na modalidade presencial.

c) No *Campus* Amajari são ofertados 02 (dois) cursos técnicos: Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio e Curso Técnico em Aquicultura Integrado ao Ensino Médio e Subsequente.

d) No *Campus* Zona Oeste de Boa Vista, localizado na zona oeste da cidade de Boa Vista, são ofertados 04 (quatro) cursos técnicos: sendo 02 (dois) integrados ao ensino médio integrais: Técnico em Serviços Públicos e Técnico em Comércio; e 02 (dois) na modalidade Subsequente: Técnico em Administração e Técnico em Comunicação Visual; e 01 (um) curso superior de tecnologia: Tecnologia em Gestão Pública.

e) No *Campus* Avançado do Bonfim, localizado na região norte do estado, tem como referência para o desenvolvimento de suas ações de ensino, pesquisa e extensão, as atividades comerciais na região de fronteira com a Guiana Inglesa, ofertando 02 (dois) cursos técnicos na modalidade Subsequente: Técnico em Comércio Exterior e Técnico em Administração.

Além dos cursos regulares, nos quatro *campi* do IFRR e um *Campus* Avançado, são ofertados também, Cursos de Qualificação Profissional de Formação Inicial e Continuada (FIC), a exemplo do curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, em parceria com a PMRR; e os cursos de Recepcionista e Agente de Recepção e Hospedagem, ambos do Programa Emprega Mais/ Qualifica Mais.

Atualmente, o IFRR atende a um total de 5.456 estudantes, destes, 1.084 estão matriculados nos cursos técnicos; 1.682 nos cursos superiores; 733 nos cursos de pós-graduação; e 1.138 nos cursos FIC.

Para dar conta dessa demanda o IFRR, em 2022, conta com um quadro de pessoal constituído por 654 - servidores ativos, 07 – servidores substitutos e temporários, 03 – servidores em outras situações, distribuídos em seus cinco *campi* e Reitoria e mais 53 – servidores enquadrados no *Campus* Boa Vista.

A área de atuação do IFRR se estende pela soma das áreas de abrangência de todos os seus *campi*, o que significa dizer praticamente todo o Estado de Roraima, incluindo também, especialmente através dos *Campi* Boa Vista e Amajari, o atendimento às comunidades indígenas das diferentes etnias, cuja localização está definida de acordo com a demarcação e homologação das terras indígenas. A figura 1, para conhecimento, mostra a demarcação das terras e as comunidades indígenas do Estado de Roraima.

Figura 1: Mapa do Estado de Roraima com a localização dos *campi* do IFRR



Fonte: Brasil, MEC/SETEC

3.2. Histórico do *Campus Boa Vista*

A história do *Campus Boa Vista* é originária do processo de formação do atual IFRR. O *Campus*, na prática, nasceu da Escola Técnica Estadual de Roraima que funcionava em espaço físico cedido pela então Escola de Formação de Professores de Boa Vista.

Quando a Escola Técnica foi federalizada por meio da Lei nº 8.670, passando a chamar-se Escola Técnica Federal de Roraima (ETFRR), passou a funcionar com os servidores redistribuídos do ex- Território Federal de Roraima e discentes dos cursos de Edificações e Eletrotécnica.

Funcionando em prédio próprio, a Escola Técnica Federal implantou o curso Técnico em Agrimensura e Magistério em Educação Física. Seguindo esse processo de expansão e na perspectiva de preparar estudantes para ingressar no Ensino Técnico, implantou o ensino fundamental de 5ª a 8ª séries. No ano de 1996, por solicitação da comunidade, e tomando como base os resultados obtidos por meio de pesquisa de mercado, foram implantados os cursos pós 2º grau Técnico em Turismo e em Hotelaria e Técnico em Secretariado.

No ano de 1998, foi criado o curso Técnico em Transações Imobiliárias, e Curso Técnico em Enfermagem. Em 2000 e 2001, respectivamente, foram criados os cursos Técnicos em Eletrônica, em Laboratório, Recreação e Lazer, Informática, Radiologia e Segurança do Trabalho. Além de implantar a Educação de Jovens e Adultos (EJA), com o curso de qualificação profissional em Construção Civil e Eletrotécnica.

A Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, transformou a ETFRR em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET). A efetivação ocorreu por meio do Decreto Presidencial s/n de 13 de novembro de 2002 e da oferta do primeiro curso superior de Tecnologia em Turismo. Com isso, a comunidade interna se adequou ao princípio da verticalização da educação profissional, oferecendo cursos profissionalizantes de nível básico, técnico e tecnológico.

Neste sentido, foram criados e implantados os cursos de graduação: Licenciatura em Educação Física, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Gestão em Serviços de Saúde, Licenciatura em Letras-Espanhol e Literatura Hispânica, Saneamento Ambiental, Licenciatura em Ciências Biológicas e Licenciatura em Matemática.

Em 29 de dezembro de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.892/08, que criou 38 Institutos Federais, entre estes o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro do mesmo ano.

A partir dessa lei ficou instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede EPT), no âmbito do sistema federal de ensino, vinculada ao MEC. A consolidação dessa nova institucionalidade exigiu mudanças na estrutura organizacional, uma vez que o IFRR possui uma estrutura multicampi, a partir de então, a sede do CEFET-RR passou a denominar-se *Campus Boa Vista*.

3.3 Missão

O IFRR tem como missão promover a formação humana integral, articulando ensino, pesquisa e extensão, em consonância com os arranjos produtivos locais, socioeconômicos e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

3.4 Visão

Ser excelência, na Região Amazônica, como agente de transformação social, por meio de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

3.5 Valores

O IFRR possui os seguintes valores:

a) Ética e Transparência;

- b) Inclusão Social;
- c) Gestão Democrática
- d) Respeito à Diversidade e à Dignidade Humana;
- e) Responsabilidade Socioambiental.

3.6. Ato Legal de Autorização

Em processo

4. JUSTIFICATIVA

De acordo com o portal do MEC (2012), “O acesso de crianças brasileiras a creches deu um salto na última década, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Censo Escolar. [...] O aumento supera os 150%”. Recentemente, o Censo Escolar de 2019 divulgou um aumento de 4,24% nos alunos matriculados em creches e alta de 0,75% nas matrículas para a pré-escola.

Nesse sentido, o curso de Licenciatura em Pedagogia à Distância, surgiu da preocupação da Instituição com a qualidade da formação docente, um dos fatores que contribui fortemente para a construção de uma educação de qualidade.

A formação de docentes qualificados não pode se pautar apenas aos conteúdos curriculares - conhecimento específico de sua área ou nível de atuação, deve lhes proporcionar recursos pedagógicos e a conscientização do seu papel enquanto educador, a fim de que promovam o desenvolvimento integral da criança, sujeito histórico e cultural de direitos, que é capaz de participar do seu próprio processo formativo.

Um trabalho de educador que deve ser responsável pelo educar e cuidar, palavras que desvelam novas responsabilidades para esse profissional que, portanto, deve ter uma formação humana e cidadã.

Ainda, no âmbito da gestão escolar, este profissional deve compreender que a criança deve ser amparada nos princípios da democracia, que envolve a participação de todos na reflexão do espaço escolar.

A concretização dessa proposta exige grande esforço de todas as instituições responsáveis pela formação de docentes. Ciente da demanda existente, o IFRR/*Campus* Boa Vista acolhe a proposta do primeiro Curso de Licenciatura em Pedagogia nos município do estado de Roraima, oferecido institucionalmente e na modalidade EaD.

Ofertar essa Licenciatura em Pedagogia na modalidade EaD se justifica pela percepção de que assim o IFRR/*Campus* Boa Vista conseguirá atender a demanda dos municípios do Estado de Roraima e, conseqüentemente, abrangerá formação para um número elevado de educandos que buscam atuar na docência e gestão escolar em seus municípios sem se deslocarem para estudarem na capital.

5. OBJETIVOS DO CURSO

5.1. Objetivo Geral

Formar professores em nível de graduação por meio da Licenciatura em Pedagogia, modalidade a distância (EaD), para o público que queira se habilitar ao exercício do magistério da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como das funções previstas no art. 64 da Lei de Diretrizes e Bases – LDBEN nº 9.394/96, nos municípios do Estado de Roraima.

5.2. Objetivos Específicos

- a) Desenvolver processos pedagógicos que visem à elaboração de conhecimentos teóricos e competências relativas à docência, otimizando a reflexão, a prática pedagógica e a autonomia intelectual;
- b) Estimular a reflexão sobre a prática pedagógica cotidiana do educando, possibilitando-lhe a reconstrução do processo de análise da prática docente, tendo como instrumental os fundamentos da perspectiva de intervenção;
- c) Possibilitar aos educandos o domínio crítico do uso das novas tecnologias disponíveis na sociedade e, especialmente, nas escolas;
- d) Contribuir para que a formação do educando lhe proporcione olhar atento e crítico para atuar na sociedade com consciência ambiental, respeito à diversidade étnico/cultural do país e compreensão dos aspectos que envolvem a inclusão;
- e) Incentivar o uso de tecnologias e recursos digitais utilizados no contexto educacional afim de incorporá-los à prática pedagógica,

potencializando e transformando as experiências de aprendizagem;

f) Proporcionar compreensão quanto ao caráter integrado da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, possibilitando uma reflexão acerca das desigualdades, da diversidade e das diferenças, questões presentes nos contextos educativos e que merecem destaque para que o educando tenha sua formação ancorada na ciência do direito que todos os sujeitos têm à aprendizagem;

g) Formar o gestor para a Unidade escolar que tenha plena condição de atuar no planejamento, acompanhamento, supervisão e orientação educacional, conforme previsto no Art. 64 da LDBEN;

h) Construir conhecimentos para que o educando tenha condições de atuar como educador na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

6. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO

As formas de acesso ao curso foram elaboradas com base na Resolução CONSUP n.º 682/2022, de 16 de julho de 2022, que estabelece procedimentos sobre elaboração de Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação, nas modalidades de ensino presencial e a distância, no âmbito do Instituto Federal de Roraima. Conforme Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019 a 2023), os requisitos mínimos para ingresso no curso superior de Licenciatura em Pedagogia – modalidade EaD – do IFRR/*Campus* Boa Vista, são: ter concluído o Ensino Médio ou equivalente e ter sido aprovado em exame de acesso. O acesso ao curso de Licenciatura em Pedagogia – modalidade EaD, ocorre mediante processo seletivo, pautado nos princípios institucionais, de acordo com a legislação vigente, e presente em edital próprio, sendo realizadas entradas de acordo com as vagas liberadas pela CAPES.

No processo seletivo serão ofertadas 168(cento e sessenta e oito) vagas. No IFRR/*Campus* Boa Vista, a forma de acesso ao curso superior ocorre a partir de processos seletivos por meio da modalidade:

a) Processo seletivo institucional: conforme instruções e orientações estabelecidas em edital específico.

Conforme o PDI (2019 a 2023), os educandos ingressam no IFRR/*Campus* Boa Vista por meio de processos seletivos promovidos de acordo com a Lei n.º 12.711/2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, e ao Decreto n.º 7.824/2012, que regulamenta a citada lei; o IFRR/*Campus* Boa Vista, do total de vagas ofertadas, reserva vagas às ações afirmativas e de inclusão social pelo sistema de cotas. O referido decreto determina que os editais dos concursos seletivos das instituições federais de educação indicarão, de forma discriminada, por curso e turno, o número de vagas reservadas.

7. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO E ÁREAS DE ATUAÇÃO

O perfil do egresso licenciado em Pedagogia tem como base legal a Resolução CNE/PC n.º 3/2006, que apresenta o Reexame do Parecer CNE/CP n.º 5/2005, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, em seu Ar. 5º, o qual determina que o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

II – compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;

III - fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;

V - reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;

VI - aplicar modos de ensinar diferentes linguagens, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

VII - relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;

VIII - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

IX - identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

X - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;

XI - desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;

XII - participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

XIII - participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;

XIV - realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências nãoescolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;

XV - utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;

XVI - estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

§ 1º No caso dos professores indígenas e de professores que venham a atuar em escolas indígenas, dada a particularidade das populações com que trabalham, das situações em que atuam, sem excluir o acima explicitado, deverão:

I - promover diálogo entre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprias à cultura do povo indígena junto a quem atuam e os provenientes da sociedade majoritária;

II - atuar como agentes interculturais, com vistas à valorização e o estudo de temas indígenas relevantes.

§ 2º As mesmas determinações se aplicam à formação de professores para escolas de remanescentes de quilombos ou que se caracterizem por receber populações de etnias e culturas específicas.

Com base nesse perfil do egresso e considerando as necessidades educacionais decorrentes do estágio atual do desenvolvimento social do País, bem como a formação profissional exigida para o exercício das atividades referentes à docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental e à gestão escolar, espera-se que o profissional formado possa:

a) Desenvolver o domínio do processo de ensino e aprendizagem em suas múltiplas dimensões interdisciplinares;

b) desenvolver competências para conceber, executar e avaliar projetos educacionais/pedagógicos (coletivos e interativos), articulando teoria e prática;

c) desenvolver senso crítico e participativo no âmbito educacional e social;

d) desenvolver competências para a avaliação do curso e de programas de ensino e/ou atividades nos anos iniciais do ensino fundamental e na educação infantil.

8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

8.1. ESTRUTURA CURRICULAR

A organização curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia EaD tem como base a Resolução CNE/CP nº2/1019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), que orienta a constituição da matriz a partir de três núcleos de estudos: Núcleo de estudos básicos, Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos e Núcleo de estudos integradores.

Neste sentido, partindo-se do perfil do egresso, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) organizou os conteúdos primordiais em disciplinas, assim distribuídas:

I - Núcleo de Estudos de **FORMAÇÃO GERAL (FG)**: composto pelas disciplinas Educação Aberta e a Distância (30h); Leitura e Produção de Texto (60h); Elaboração de Trabalhos Acadêmicos (45h); Filosofia da Educação (60h); Sociologia da Educação (60h); História da Educação I (45h); História da Educação II (30h); Tecnologia Educacional (45h); Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem (75h); Educação, Corpo e Movimento (45h); Educação Ambiental (45h); Saúde da Criança (45h); Ludicidade na Escola (45h); Métodos de Pesquisa em Educação (45h); Diversidade e Educação (45h); Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso I (30h); Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação na Educação (60h); Fundamentos da Educação Especial (60h); Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (45h); Educação de Jovens e Adultos (45h) e Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso II (30h), totalizando 930 horas.

II - Núcleo de Estudos de **APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO (AD)** de estudos na área de formação compreende as disciplinas Prática como Componente Curricular I (75h); Prática como Componente Curricular II (60h); Prática como Componente Curricular III (60h); Prática como Componente Curricular IV (60h); Prática como Componente Curricular V (75h); Prática como Componente Curricular VI (70h); Fundamentos de Currículo no Ensino Fundamental (75h); Didática do Ensino (75h); Metodologia do Ensino da Matemática I (60h); Metodologia do Ensino da Matemática II (60h); Metodologia do Ensino de Artes (45h); Metodologia do Ensino de Ciências (60h); Fundamentos de Currículo na Educação Infantil (75h); Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa (75h);

Metodologia do Ensino da Educação Física (45h); Alfabetização e Letramento I (75h); Alfabetização e Letramento II (75h); Metodologia do Ensino da Geografia (60h); Metodologia da Educação Infantil (60h), Metodologia do Ensino de História (60h); Política e Organização da Educação Básica (45h), Atendimento básico em urgências e emergências na escola (30h) e Gestão Escolar (45h), com um total de 1.420 horas.

Para a complementação, enriquecimento cultural e atualização de conhecimentos específicos para formação do discente, o curso poderá ofertar disciplinas eletivas, que são de livre escolha do estudante regular. Por meio delas, o estudante tem a oportunidade de diversificar o seu aprendizado pessoal, profissional e ainda fortalecer o conhecimento básico. As solicitações de matrícula estarão sujeitas a análise e aprovação da Coordenação de Curso.

III - Quanto ao Núcleo de **ESTUDOS INTEGRADORES (EI)** para enriquecimento curricular, temos as Atividade Acadêmico-Científico-Culturais (AACC), perfazendo 200 horas, e o Estágio Supervisionado, perfazendo 400 horas.

Para a complementação dos núcleos, tem-se o Estágio Curricular Supervisionado, com forte característica teórico-prática, e a produção de um Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, visto como espaço para o educando realizar pesquisa a partir das aprendizagens (ensino) adquiridas no curso. Interdisciplinares por excelência, estas duas atividades concretizam o caminhar do educando pelos vários conteúdos que, ao se relacionar com a prática, possibilitam problematizar a realidade e estabelecer estratégias para compreendê-la por meio do ato de pesquisar (procurar, questionar, refletir, discutir, buscar dados).

Ao tratar da relação teoria-prática enfatiza-se as disciplinas de Prática como Componente Curricular (PCC) alocadas na matriz curricular do curso desde o primeiro período, que juntamente com o Estágio Supervisionado e as disciplinas de TCC, garantem a articulação da tríade ensino-pesquisa-extensão.

Estas relações teoria/prática e ensino/pesquisa/extensão, explicitam a articulação entre os componentes curriculares no percurso de formação do educando. Como elementos comprovadamente inovadores, cita-se: a própria metodologia proposta para as disciplinas de PCC, que ao desenvolver projetos a partir de observações *in loco* no âmbito da educação infantil, ensino fundamental e gestão escolar, promovem melhorias para o ambiente escolar (local); e a elaboração e apresentação do TCC, que pode estar atrelado às PCC's e/ou ao estágio supervisionado (prática), proporcionando a integração dos componentes curriculares do curso (teoria), bem como o aprofundamento e continuidade das atividades de pesquisa ao longo dos semestres.

Neste contexto, a estrutura curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia EaD do IFRR/*Campus* Boa Vista proporciona aos futuros pedagogos habilidades e competências para propor, gerenciar e conduzir, de forma interdisciplinar, mudanças em prol do desenvolvimento da sociedade local e regional.

Abaixo, segue a Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia, modalidade EaD, do IFRR/*Campus* Boa Vista.

8.2. Matriz Curricular¹

MÓDULO I		
DISCIPLINAS	NÚCLEO	CH
Educação Aberta e a Distância	FG	30
Leitura e Produção de Texto	FG	60
Elaboração de Trabalhos Acadêmicos	FG	45
Filosofia da Educação	FG	60
Prática como Componente Curricular I	AD	75
TOTAL DA CARGA HORÁRIA: 270 horas		
MÓDULO II		
DISCIPLINAS	NÚCLEO	CH
Sociologia da Educação	FG	60
História da Educação I	FG	45

Fundamentos de Currículo No Ensino Fundamental	AD	75
Tecnologia Educacional	FG	45
Prática como Componente Curricular II	AD	60
Atividades Curriculares de Extensão (ACE's)	EI	90
TOTAL DA CARGA HORÁRIA: 375 horas		
MÓDULO III		
DISCIPLINAS	NÚCLEO	CH
Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	FG	75
Educação, Corpo e Movimento	FG	45
História da Educação II	FG	30
Didática do Ensino	AD	75
Metodologia do Ensino da Matemática I	AD	60
Prática como Componente Curricular III	AD	60
TOTAL DA CARGA HORÁRIA: 345 horas		
MÓDULO IV		
DISCIPLINAS	NÚCLEO	CH
Metodologia do Ensino de Artes	AD	45
Metodologia do Ensino da Matemática II	AD	60
Metodologia do Ensino de Ciências	AD	60
Educação Ambiental	FG	45
Saúde da Criança	FG	45
Prática como Componente Curricular IV	AD	60
Atividades Curriculares de Extensão (ACE's)	EI	85
TOTAL DA CARGA HORÁRIA: 400 horas		
MÓDULO V		
DISCIPLINAS	NÚCLEO	CH
Fundamentos de Currículo na Educação Infantil	AD	75
Ludicidade na Escola	FG	45

Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa	AD	60
Metodologia do Ensino da Educação Física	AD	60
Atendimento básico em urgências e emergências na escola	AD	30
Prática como Componente Curricular V	AD	75
TOTAL DA CARGA HORÁRIA: 345 horas		
MÓDULO VI		
DISCIPLINAS	NÚCLEO	CH
Alfabetização e Letramento I	AD	75
Metodologia do Ensino da Geografia	AD	60
Metodologia da Educação Infantil	AD	60
Métodos de Pesquisa em Educação	FG	45
Prática como Componente Curricular VI	AD	70
Atividades Curriculares de Extensão (ACE's)	EI	80
TOTAL DA CARGA HORÁRIA: 390 horas		

(1) Esclarece-se que a articulação teoria-prática será garantida ao longo do processo formativo do educando e estará registrada em Plano de Ensino do docente responsável pela disciplina.

MÓDULO VII		
DISCIPLINAS	NÚCLEO	CH
Alfabetização e Letramento II	AD	75
Metodologia do Ensino de História	AD	60
Diversidade e Educação	FG	45
Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso I	FG	30
Política e Organização da Educação Básica	AD	45
TOTAL DA CARGA HORÁRIA: 255 horas		
MÓDULO VIII		
DISCIPLINAS	NÚCLEO	CH
Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação na Educação	FG	60
Fundamentos da Educação Especial	FG	60
Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	FG	45

Educação de Jovens e Adultos	FG	45
Gestão Escolar	AD	45
Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso II	FG	30
Atividades Curriculares de Extensão (ACE's)	EI	90
TOTAL DA CARGA HORÁRIA: 375 horas		
ATIVIDADE ACADÊMICO CIENTÍFICO CULTURAL	NÚCLEO	CH
AACC	EI	200
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	NÚCLEO	CH
Estágio Curricular Supervisionado	EI	400

LEGENDA NÚCLEOS:

Núcleo de estudos de **formação geral** = FG

Núcleo de **aprofundamento e diversificação** de estudos das áreas de atuação profissional = AD

Núcleo de **estudos integradores** para enriquecimento curricular = EI

RESUMO DAS ATIVIDADES DO CURSO	CARGA HORÁRIA
ATIVIDADES FORMATIVAS	2.015
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR - PCC	400
ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS - AACC	200
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	400
ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO - ACE	340
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	3.355 Horas

8.3. Representação Gráfica do Processo Formativo							
DISCIPLINAS POR MÓDULO							
MÓDULO I 270h	MÓDULO II 375h	MÓDULO III 345h	MÓDULO IV 400h	MÓDULO V 345h	MÓDULO VI 390h	MÓDULO VII 255h	MÓDULO VIII 375h
Educação Aberta e a Distância (30h)	Sociologia da Educação (60h)	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem (75h)	Metodologia do Ensino de Artes (45h)	Fundamentos de Currículo na Educação Infantil (75h)	Alfabetização e Letramento I (75h)	Alfabetização e Letramento II (75h)	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação na Educação (60h)

Leitura e Produção de Texto (60h)	História da Educação I (45h)	Educação, Corpo e Movimento (45h)	Metodologia do Ensino da Matemática II (60h)	Ludicidade na Escola (45h)	Metodologia do Ensino da Geografia (60h)	Metodologia do Ensino de História (60h)	Fundamentos da Educação Especial (60h)
Elaboração de Trabalhos Acadêmicos (45h)	Fundamentos de Currículo no Ensino Fundamental (75h)	História da Educação II (30h)	Metodologia do Ensino de Ciências (60h)	Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa (60h)	Metodologia da Educação Infantil (60h)	Diversidade e Educação (45h)	Língua Brasileira de Sinais – Libras (45h)
Filosofia da Educação (60h)	Tecnologia Educacional (45h)	Didática do Ensino (75h)	Educação Ambiental (45h)	Metodologia do Ensino da Educação Física (60h)	Métodos de Pesquisa em Educação (45h)	Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso I (30h)	Educação de Jovens e Adultos (45h)
Prática como Componente Curricular I (75h)	Prática como Componente Curricular II (60h)	Metodologia do Ensino da Matemática I (60h)	Saúde da Criança (45h)	Atendimento básico em urgências e emergências na escola (30h)	Prática como Componente Curricular VI (70h)	Política e Organização da Educação Básica (45h)	Gestão Escolar (45h)
	Atividades Curriculares de Extensão - ACE's (90h)	Prática como Componente Curricular III (60h)	Prática como Componente Curricular IV (60h)	Prática como Componente Curricular V (75h)	Atividades Curriculares de Extensão - ACE's (80h)		Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso II (30h)
ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC): 200h							
ESTÁGIO SUPERVISIONADO: 400h							

Legenda:	Núcleo de estudos de FORMAÇÃO GERAL (FG)	
	Núcleo de estudos de PROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO de estudos das áreas de atuação profissional (AD)	
	Núcleo de ESTUDOS INTEGRADORES para enriquecimento curricular (EI)	

8.4. Descrição do Curso

O Curso de Licenciatura em Pedagogia ofertado pelo IFRR/*Campus* Boa Vista, apresenta carga horária total de 3.355 (três mil trezentos e cinquenta e cinco) horas, sendo 2.015 (duas mil e quinze) horas ligadas às atividades formativas, 400 (quatrocentas) horas decorrentes de Práticas como Componentes Curriculares, 400 (quatrocentas) horas decorrentes do Estágio Curricular Supervisionado, 200 (duzentas) horas de atividades acadêmico-científico-culturais para aperfeiçoamento.

A formação de licenciados em Pedagogia pelo IFRR/*Campus* Boa Vista contempla uma abordagem transversal entre as disciplinas e projetos, em conformidade com a legislação vigente, salientando-se:

8.4.1. POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

O IFRR/Campus Boa Vista conta com o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), sendo este, em parceria com o corpo docente e demais setores institucionais, os responsáveis pela garantia de acesso e permanência dos educandos com necessidades especiais no espaço educacional do IFRR/Campus Boa Vista. Na perspectiva da educação inclusiva, o Napne tem desenvolvido ações em conformidade com o Decreto Federal nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado.

A equipe do NAPNE é composta por representantes do corpo técnico administrativo, docentes, educandos e representantes das famílias assistidas. O Napne tem como objetivo incluir todos os educandos e servidores que possuem qualquer tipo de barreira motora, intelectual ou social. Situações envolvendo gestantes; educandos acidentados; deficientes físicos; educandos com problemas de visão, audição e fala; vítimas de preconceito racial ou de orientação sexual; são alguns exemplos de atuações assistidas pelo Napne.

8.4.2. Relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena

Em atendimento à Lei nº 10.639/2003; Lei nº 11.645/2008; Resolução CNE/CP nº 01/2004, as relações étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, serão trabalhadas em conteúdos abordados nas disciplinas Sociologia da Educação e Diversidade e Educação, as quais abordam conteúdos atrelados à riqueza cultural e, também, de comportamentos e hábitos observados na sociedade brasileira, preparando os licenciados em Pedagogia para o convívio harmônico em uma sociedade multifacetada e, deste modo, habilitando-os para as práticas profissionais e cidadãs.

8.4.3. Libras

Em atendimento ao Decreto nº 5.626/2005, a oferta da disciplina LIBRAS é obrigatória em todos os cursos. Neste caso, a disciplina será ofertada no módulo VIII do curso, sendo obrigatória a todos os licenciados em Pedagogia do IFRR/Campus Boa Vista.

8.4.4. Educação Ambiental

Em atendimento à Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002; Resolução CNE/CP nº 2/2012, os cursos devem prever em seus projetos o trabalho com Educação Ambiental. Além do tema ser abordado de forma interdisciplinar, o curso também possui uma disciplina ofertada no módulo IV.

8.4.5. Educação em Direitos Humanos

Em atendimento à Resolução nº 01/2012, os cursos devem atender às Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos. Nesse caso, o conjunto de conteúdos abordados nas disciplinas Sociologia da Educação e Estudos Étnicos, Raciais, da Diversidade e Educação atendem a essa demanda específica.

O maior conhecimento e vivência sobre as atividades e práticas ligadas à licenciatura também serão contemplados em conteúdos trabalhados e debatidos por diversas disciplinas ao longo do curso, a se destacar: Didática do Ensino; Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem; Tecnologia Educacional; Educação de Jovens e Adultos (EJA); Educação Ambiental; Gestão Escolar; Educação Especial; Libras; Estudos Étnicos, Raciais, da Diversidade e Educação; Sociologia da Educação.

Finalmente, os educandos do curso de Licenciatura em Pedagogia modalidade EaD do IFRR/Campus Boa Vista, ao longo do desenvolvimento acadêmico, realizarão obrigatoriamente 400 (quatrocentas) horas de Prática como Componente Curricular (PCC). Isso proporcionará, aos futuros licenciados, atividades práticas e teóricas relacionadas ao exercício da docência junto à Educação Básica – educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, além de apresentá-los à vivência de práticas educativas relacionadas a ações cotidianas não escolares.

Deste modo, caberá aos educandos de Licenciatura em Pedagogia, a partir da integração dos conhecimentos obtidos ao longo do módulo letivo, a elaboração de material(is)-técnico, científico, didático e pedagógico relacionado aos conteúdos de Pedagogia. Objetiva-se, então, o rompimento das ideias que segregam, ao longo do desenvolvimento acadêmico do educando, as disciplinas específicas de conteúdos voltadas para área pedagógica, o que não raramente repercute na redução da interdisciplinaridade, com consequências negativas para o perfil do futuro docente.

8.5. EMENTÁRIO

MÓDULO I
Disciplina Obrigatória
Disciplina: Educação Aberta e a Distância – Carga Horária: 30 horas

Ementa: O estudante da EaD: seu papel e sua organização para o estudo. Concepções e políticas de EaD em diferentes contextos históricos. Processo de ensino e aprendizagem em EaD: componentes e papéis. Ambientes Virtuais de ensino e aprendizagem. Particularidades do AVA utilizado pelo IFRR/Campus Boa Vista. Questões legais em EaD.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

KENSKI, V.M.. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 8.ed. Campinas: Papirus, 2010.
LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (Orgs.). **Educação a distância: o estado da arte**. Vol. 1. Vários autores. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.479p.Disponível em: http://www.abed.org.br/arquivos/Estado_da_Arte_1.pdf. Acesso em: jul. 2020. MORAN, J.M.; VALENTE, J.A. **Educação a Distância: Pontos e Contrapontos**. Grupo Summus. 2011. 136p.

COMPLEMENTAR

BACICH, Lilian; MORÁN, José (Org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018. 238 p.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. 7. ed. Campinas: Autores Associados, 2015. 127 p. (Educação contemporânea).

MORAN, J.M.; MASETTO, M.T.; BEHRENS, M.A.. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 19. ed. Campinas: Papirus, 2012.

PETERS, Otto. **A educação a distância em transição: tendências e desafios**. São Leopoldo: Unisinos, 2012. 400 p.

SILVA, Robson Santos da. **Objetos de aprendizagem para educação a distância**. 1.ed. São Paulo: Novatec, 2011. 142 p.

Disciplina Obrigatória

Disciplina: Leitura e Produção de Texto – **Carga Horária:** 75 horas

Ementa: Língua Portuguesa: gramática, literatura, produção e análise de textos orais e escritos, verbais e não-verbais. Interdisciplinaridade.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 7.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016. xxxvii, 762 p. (Obras de referência).

GARCIA, O.M.. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. 27.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

SILVA, E.T.da. **O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura**. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

COMPLEMENTAR

BECHARA, Evanildo. **Gramática Fácil**. Editora Nova Fronteira. 1.ed. 2017. 208p.

BLIKSTEIN, I. **Técnicas de comunicação escrita**. 2.ed. Editora Contexto, 2016. 128p.

SOARES, M. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. 12.ed. São Paulo, 1994.

SOLÉ, I. **Estratégias de leitura**. 6.ed. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

VANOYE, F.; OSAKABÉ, H.. **Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita**. 11.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Disciplina Obrigatória

Disciplina: Elaboração de Trabalhos Acadêmicos – **Carga Horária:** 60 horas

Ementa: O texto acadêmico e o processo de construção do conhecimento. O método científico. A divulgação científica e o desenvolvimento do pensamento crítico por meio da leitura e produção de gêneros textuais acadêmicos: Fichamento, Resumo, Resenha, Relatórios. Leitura de demais gêneros textuais acadêmicos: Projeto e Artigo. Técnicas de paráfrase e objetividade no discurso. Revisão da norma padrão culta da língua portuguesa. Padrões Normativos da Associação Brasileira de Normas Técnicas. Espaço de introdução do educando às linguagens de acesso às diferentes fontes de produção da pesquisa educacional: biblioteca e meios informatizados. Debates dirigidos sobre questões relacionadas a plágio e direitos autorais.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8.ed. atual. São Paulo: Atlas, 2017. 346 p.

MEDEIROS, J.B.. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 13.ed. São Paulo: Atlas, 2019.

SEVERINO, A.J.. **Metodologia do trabalho científico**. 24.ed. São Paulo: Cortez, 2018. 320p.

COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Mário de Souza. **Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2014. 82 p. BLIKSTEIN, I. **Técnicas de comunicação escrita**. 2.ed. Editora Contexto, 2016. 128p.

FAZENDA, I. **Metodologia da pesquisa educacional**. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017. 173 p.

KOCHE, J. C. **Fundamentos de Metodologia Científica – Teoria da Ciência e Prática da Pesquisa**. 17 ed. Vozes. Rio de Janeiro, 2000.

Disciplina Obrigatória

Disciplina: Filosofia da Educação – **Carga Horária:** 60 horas

Ementa: Fundamentos filosóficos da educação. O processo educativo e a imagem do homem. A reflexão filosófica e o pensamento pedagógico.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

ARANHA, M.L.A. de. **Filosofia da educação**. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2006.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

LUCKESI, C.C. **Introdução a filosofia: aprendendo a pensar**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

COMPLEMENTAR

ARANHA, M.L.A. **História da Educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2006.

RODRIGO, Lidia Maria. **Filosofia em sala de aula: teoria e prática para o ensino médio**. Campinas: Autores Associados, 2009. 278 p. (Formação de professores).

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 18. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

SAVIANI, D. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. 41.ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Como ler um texto de filosofia**. São Paulo:

Paulus, 2008. 72 p. (Como ler filosofia).

Disciplina Obrigatória

Disciplina: Prática como componente curricular – PCC I – **Carga Horária:** 75 horas

Ementa: Atividades práticas e teóricas relacionadas ao exercício da docência do futuro professor com caráter integrador de conteúdos. Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas são colocadas em relação, com o objetivo de proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Estudo do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI/MEC). Planejamento da prática docente.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

FAZENDA, I.C.A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 18.ed. Campinas: Papirus, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

KISHIMOTO, T.M.. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: CENGAGE Learning, 2011.

COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_voll.pdf. Acesso em: jul. 2020
CUNHA, Maria Isabel da. **O bom professor e sua prática**. 4.ed. Campinas: Papirus, 1994.

PERRENOUD, Philippe. **10 novas competências para ensinar: convite à viagem**. Porto Alegre: Artmed, 2000. 192 p.

ZABALA, A.. **A Prática Educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

MÓDULO II

Disciplina Obrigatória

Disciplina: Sociologia da Educação – **Carga Horária:** 60 horas

EMENTA: Introdução aos conceitos básicos da sociologia e às diferentes escolas sociológicas. A sociologia como ciência. As relações entre a educação e a sociedade e entre a educação e a sociologia. Estudo das concepções teóricas sobre a educação no discurso sociológico dos autores clássicos das Ciências Sociais: Emile Durkheim, Max Weber e Karl Marx.

Referências Bibliográficas BÁSICA

BOURDIEU, P.. **Escritos de Educação**. Petrópolis/R.J.: Vozes, 2012. CARVALHO, A.B.de (Org.). **Sociologia e educação**. São Paulo: AVERCAMP, 2006.

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. Portugal: Edições 70, 2011.

COMPLEMENTAR

FORACCHI, M.; MARTINS, J.S. (Orgs.) **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GIDDENS, A. **Sociologia**. São Paulo: ARTMED, 2001.

GUIMARAES NETO, E.. **Educar pela sociologia: contribuições para a formação do cidadão**. Belo Horizonte: RHJ, 2012.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do Trabalho).

Disciplina Obrigatória

Disciplina: História da Educação I – **Carga Horária:** 60 horas

Ementa: Este componente curricular empreenderá a reconstrução da história da educação e da pedagogia como prática social, analisando os fundamentos da educação em geral. Para tanto, levará em consideração as fases da história da educação, o surgimento de sistemas educacionais, ideias e práticas pedagógicas e a construção do pensamento educacional da Antiguidade ao século XXI.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

CAMBI, F. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

MANACORDA, M.A. **História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias**. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

COMPLEMENTAR

ARANHA, M.L.A. **História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil**. São Paulo, Editora Moderna, 2006.

GENTILI, P. (Org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

LOMBARDI, J.C. (Org.). **Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais**. 3.ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

PILETTI, C.; PILETTI, N.. **História da educação: de Confúcio a Paulo Freire**. São Paulo: Contexto, 2011.

SAVIANI, D.; LOMBARDI, J.C.; SANFELICE, J.L. (Org.) **História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual**. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

Disciplina Obrigatória

Disciplina: Fundamentos de Currículo no Ensino Fundamental – **Carga Horária:** 75 horas

Ementa: Fundamentos histórico, cultural, epistemológico social e ideológico das concepções de currículo nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Componentes curriculares. Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's.

Referências Bibliográficas BÁSICA

APPLE, M.W. **Ideologia e currículo**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GARCIA, R.L.; MOREIRA, A.F.B. **Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios**. São Paulo: Cortez, 2003.

COMPLEMENTAR

BRASIL, MEC. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1999.

MORAES, Maria Cândida. **Transdisciplinaridade, criatividade e educação: Fundamentos ontológicos e epistemológicos**. 1.ed. Campinas: Papirus, 2015.

SILVA, T.T. da; MOREIRA, A.F.B. **Currículo, cultura e sociedade**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 154 p.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 325 p.

Disciplina Obrigatória

Disciplina: Tecnologia Educacional – **Carga Horária:** 60 horas

Ementa: As tecnologias educacionais. Informática e educação. O computador como recurso tecnológico no processo de ensino aprendizagem e ferramenta para confecção de material didático. O uso dos recursos audiovisuais na Educação. Impactos da Internet na educação escolar e na formação continuada do professor. O uso de Softwares educativos e Softwares Livres como ferramenta de apoio ao docente. Educação a distância.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

FREIRE, W. (Org). **Tecnologia e educação: as mídias na prática docente**. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

KENSKI, V.M.. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 8.ed. Campinas: Papirus, 2010.

LEITE, L.S. (Coord.). **Tecnologia educacional: descubra suas possibilidades na sala de aula**. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

COMPLEMENTAR

CAMARGO, Fausto; DAROS, Thuinie. **A Sala de Aula Inovadora: Estratégias Pedagógicas para Fomentar o Aprendizado Ativo**. Editora Penso, 2018. 144p.

MORAN, José Manoel; MASETTO, Marcos T; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21.ed. rev. e atual. São Paulo: Papirus, 2013. 171 p.

SILVA, Robson Santos da. **Objetos de aprendizagem para educação a distância**. 1.ed. São Paulo: Novatec, 2011. 142 p.

SOBRAL, A.V.. **Internet na escola: o que é? Como se faz?** 3.ed. Rio de Janeiro: Loyola, 2002.

TAJRA, S.F.. **Informática na educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade**. 8.ed. São Paulo: Érica, 2008.

Disciplina Obrigatória

Disciplina: Prática como componente curricular – PCC II – **Carga Horária:** 75 horas

Ementa: Atividades práticas e teóricas relacionadas ao exercício da docência do futuro professor com caráter integrador de conteúdos. Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas são colocadas em relação, com o objetivo de proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Estudo do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI/MEC). Práticas desenvolvidas no âmbito da Educação Infantil.

Referências Bibliográficas BÁSICA

FAZENDA, I.C.A. **Interdisciplinaridade:** história, teoria e pesquisa. 18.ed. Campinas: Papyrus, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 43.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogos infantis:** o jogo, a criança e a educação. 18.ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 127 p.

COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: jul. 2020

LEITE, Sérgio Antônio da Silva (Org). **Afetividade e práticas pedagógicas.** 2.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. 311 p.

OSTETTO, Luciana E. (Org.). **Educação infantil:** saberes e fazeres da formação de professores. 5.ed. Campinas: Papyrus, 2012. 144 p.

VEIGA, I.P.A. **Formação de professores:** políticas e debates. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MÓDULO III

Disciplina Obrigatória

Disciplina: Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem – **Carga Horária:** 75 horas

Ementa: O objeto de estudo da psicologia. Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem. As abordagens do desenvolvimento humano: inatista- maturacionista, comportamentalista, interacionista (Piaget) e histórico-cultural (Vygotsky). O papel do professor que emerge mediante as abordagens estudadas. A concepção de educando que emerge mediante as abordagens estudadas. Temas contemporâneos: bullying, a síndrome de Burnout, drogas, família e escola, adolescência.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

BIAGGIO, Angela M. Brasil. **Psicologia do desenvolvimento**. 24.ed. Petrópolis: Vozes, 2019. 342p.

GOULART, Íris Barbosa. **Psicologia da educação: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica**. 21.ed. Petrópolis: Vozes, 2015. 214 p.

MAIA, Christiane Martinatti. **Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem**. Curitiba: Editora InterSaberes 2017.

COMPLEMENTAR

LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa de Lima. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992. 117 p.

PIAGET, J. **Experiências básicas para utilização pelo professor**. 25.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

PIAGET, Jean. **O nascimento da inteligência na criança**. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 392 p.

VIGOTSKY, L.S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 182 p.

VIGOTSKY, L.S.; LURIA, A.R.; LEONTIEV, A.N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 12.ed. São Paulo: Ícone, 2012. 228 p. (Coleção Educação Crítica).

Disciplina Obrigatória

Disciplina: Educação, Corpo e Movimento – **Carga Horária:** 60 horas

Ementa: Dimensões do movimento e da corporeidade da criança. Ludicidade, jogos e brincadeiras como estratégia na aquisição do movimento. Cultura corporal, expressão e ritmo. Interdisciplinaridade.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 22 jul. 2020.

DANTAS, E. **Pensando o corpo e o movimento**. 2.ed. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação**. 18.ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 127 p.

COMPLEMENTAR

BORGES, Juvenal; BELINI, Roberto. **Repensando a Educação Física Escolar**. Editora Appris, 2020. 111p.

BROTTO, Fábio Otuzi. **Jogos cooperativos: o jogo e o esporte como um exercício de convivência**. 4.ed. São Paulo: Palas Athena, 2013. 176 p.

DARIDO, Suraya Cristina (Org.). **Educação física escolar: compartilhando experiências**. São Paulo: Phorte, 2011. 461 p.

RANGEL, I.C.A. **Educação Física na Infância**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

SILVA, Marcos Ruiz da. **Metodologia do ensino de educação física: teoria e prática**. Editora InterSaberes. 2016, 250p.

Disciplina Obrigatória

Disciplina: História da Educação II – **Carga Horária:** 30 horas

Ementa: Através da evolução da Educação Brasileira em suas fases históricas, este componente curricular, discute os principais ideários educacionais, destacando alguns educadores brasileiros.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

HILSDORF, M.L.S. **História da educação brasileira:** leituras. São Paulo: Cengage Learning, 2003.

ROMANELLI, O. **História da Educação no Brasil.** 37.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 5.ed. Campinas: Autores Associados, 2019. xxxii, 469 p. (Memória da educação).

COMPLEMENTAR

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia:** geral e Brasil. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006. 384 p.

BEISIEGEL, C.de R. **Paulo Freire.** Recife: Massangana, 2010.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira:** a organização escolar. 21.ed. Campinas: Autores Associados, 2011. 163 p. (Memória da educação).

SAVIANI, D.; LOMBARDI, J.C.; SANFELICE, J.L. (Org.) **História e história da educação:** o debate teórico-metodológico atual. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SAVIANI, D. **Escola e democracia.** Campinas: Autores Associados, 2002.

Disciplina Obrigatória

Disciplina: Didática do Ensino – **Carga Horária:** 75 horas

Ementa: Educação e Sociedade. Educação Escolar. Concepções de educação: tradicional, escolanovista, tecnicista e progressista. Noções de Currículo. Plano de Curso, de unidade e de aula. Avaliação. Interdisciplinaridade. Relação professor-educando.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

FAZENDA, I. **Didática e interdisciplinaridade**. 17.ed. Campinas: Papirus, 2011.

LIBÂNEO, J.C. **Didática**. 34.ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, C.. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 22.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

COMPLEMENTAR

CANDAUI, V.M. **A didática em questão**. 32.ed., Campinas: Papirus, 2011. HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. 43.ed. Porto Alegre: Mediação, 2009. 128 p.

PETERS, O. **Didática do ensino a distância**. Trad. Ilson Kayser. São Leopoldo/ RS: Editora UNISINOS, 2001.

SILVA, T.T.da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

ZABALA, A.. **A Prática Educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Disciplina Obrigatória

Disciplina: Metodologia do Ensino da Matemática I – **Carga Horária:** 75 horas

Ementa: Conceito de número (aspectos qualitativos e quantitativos). O Sistema de Numeração Decimal. Operações fundamentais: Adição, subtração e diferentes tipos de problemas envolvendo suas propriedades. A resolução de problemas como perspectiva metodológica. Jogos matemáticos como recurso pedagógico. Planejamento de atividades e materiais de ensino na área da matemática nos anos iniciais da alfabetização.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: jul. 2020.

CARVALHO, Dione Lucchesi de. **Metodologia do ensino da matemática**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2015. 120p.

GERALDO, A.C.H. **Didática de ciências naturais na perspectiva histórico- crítica**. Campinas: Autores Associados, 2009.

COMPLEMENTAR

ALVES, E.M.S. **A ludicidade e o ensino de matemática: uma prática possível**. Campinas: Papirus, 2012.

KAMII, C. **A criança e o número**. 31.ed. Campinas: Papirus, 2003.

PÓLYA, George. **A arte de resolver problemas: um novo aspecto do método matemático**. Rio de Janeiro: Interciência, 2006. xx, 203 p.

SMOLE, K.C.S.; DINIZ, M.I.S.V. (Org.). **Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática**. Porto Alegre: Artmed, 2001. 204p.

SMOLE, K.C.S.; DINIZ, M.I.S.V.; CÂNDIDO, P.. **Figuras e formas: matemática de 0 a 6**. 2.ed. rev. Porto Alegre: Penso, 2014. 200 p.

Disciplina Obrigatória
Disciplina: Prática como componente curricular – PCC III – Carga Horária: 75 horas
Ementa: Atividades práticas e teóricas relacionadas ao exercício da docência do futuro professor com caráter integrador de conteúdos. Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas são colocadas em relação, com o objetivo de proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Os anos iniciais do Ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN/MEC). Planejamento da prática docente.
<p>Referências Bibliográficas</p> <p>BÁSICA</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: jul. 2020.</p> <p>SAVIANI, D. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 18.ed. Campinas: Autores Associados, 2009.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Indicadores da qualidade na educação: dimensão – ensino e aprendizagem da leitura e da escrita. São Paulo: Ação Educativa/MEC, 2006. 20p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Pro_cons/indqual_2.pdf. Acesso em: jul. 2020.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>CARVALHO, M. Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.</p> <p>KLEIMAN, Angela; MORAES, Silvia E. Leitura e interdisciplinaridade: tecendo redes nos projetos da escola. Campinas: Mercado de Letras, 2001. 191 p. (Ideias sobre linguagem; 1)</p> <p>PENTEADO, H.D. Meio Ambiente e Formação de Professores. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>PERRENOUD, Philippe. 10 novas competências para ensinar: convite à viagem. Porto Alegre: Artmed, 2000. 192 p.</p> <p>VEIGA, I.P.A. Formação de professores: políticas e debates. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p>

MÓDULO IV
Disciplina Obrigatória
Disciplina: Metodologia do Ensino de Artes – Carga Horária: 45 horas
Ementa: Conteúdos programáticos fundamentais da Arte e diferentes linguagens da expressão artística (dança, música, desenho, teatro, pintura, modelagem) na escola. Estudo de conceitos e princípios básicos. Criatividade. Interdisciplinaridade. Planejamento e desenvolvimento de atividades e materiais de ensino na área de Artes.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

BARBOSA, Ana Mae. **Arte-educação no Brasil**. Editora Perspectiva, 7.ed. 2019. 136p.

FERRAZ, M.H.C.deT.; FUSARI, M.F.deR.e. **Metodologia do ensino de arte: fundamentos e proposições**. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2018. 222 p.

KISHIMOTO, T.M.. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: CENGAGE Learning, 2011.

COMPLEMENTAR

BENJAMIN, W.. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. 2.ed. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2009. 176p.

COX, M. **Desenho da criança**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010 JEANDOT, N. **Explorando o universo da música**. 3.ed. São Paulo: Scipione, 2008.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação**. 18.ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 127 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: jul. 2020.

Disciplina Obrigatória

Disciplina: Metodologia do Ensino da Matemática II – **Carga Horária:** 75 horas

Ementa: Operações fundamentais: multiplicação, divisão e suas propriedades; diferentes tipos de problemas envolvendo o campo multiplicativo: raciocínio combinatório e multiplicação retangular. Frações, números decimais e porcentagem; geometria; grandezas e medidas e tratamento da informação. Jogos matemáticos como recurso pedagógico. Planejamento de atividades e materiais de ensino na área da matemática nos anos finais do ciclo de alfabetização.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: jul. 2020.

CARVALHO, Dione Lucchesi de. **Metodologia do ensino da matemática**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2015. 120p.

GERALDO, A.C.H. **Didática das ciências naturais na perspectiva histórico- crítica**. Campinas: Autores Associados, 2009.

COMPLEMENTAR

KAMII, C. **A criança e o número**. 31.ed. Campinas: Papyrus, 2003.

PARRA, C.; SAIZ, I. (Org.). **Didática da Matemática: Reflexões Psicopedagógicas**. Porto Alegre: Artmed, 1996. 258p.

SMOLE, K.C.S.; DINIZ, M.I.S.V.; CÂNDIDO, P.. **Figuras e formas: matemática de 0 a 6**. 2.ed. rev. Porto Alegre: Penso, 2014. 200 p.

SMOLE, K.C.S.; DINIZ, M.I.S.V.; CANDIDO, P. **Jogos matemáticos de 1º a 5º ano**. Porto Alegre: Grupo A, 2007. 152 p. (Cadernos do Mathema - Ensino Fundamental).

SMOLE, K.C.S.; DINIZ, M.I.S.V. (Org.). **Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática**. Porto Alegre: Artmed, 2001. 204p.

Disciplina Obrigatória

Disciplina: Metodologia do Ensino de Ciências – **Carga Horária:** 60 horas

Ementa: O Ensino Ciências: abordagens teóricas e pesquisas da área. Papel do ensino de ciências e inter-relações com os demais componentes curriculares. Referências nacionais para a construção do currículo e para ensino de ciências naturais na educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Metodologia do ensino de ciências: planejamento, desenvolvimento e avaliação.

Referências Bibliográficas BÁSICA

ARCE, A.; SILVA, D.A.S.M. da; VAROTTO, M.. **Ensinando ciências na educação infantil**. Campinas: Alínea, 2011. 133 p.

DELIZOICOV, D.; SILVA, A.F.G.da (Colab.). **Ensino de ciências: fundamentos e métodos**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011. 364 p. (Docência em formação - ensino fundamental).

GERALDO, A.C.H.. **Didática de ciências naturais na perspectiva histórico- crítica**. Campinas: Autores Associados, 2009. xii, 170p. (Formação de professores).

COMPLEMENTAR

ASTOLFI, J.P; DEVELAY, M.. **Didática das ciências**. 16.ed. Campinas: Papirus, 2011. 123p.

B R A S I L . **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: jul. 2020.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (Org.). **Ensino de ciências por investigação: condições para implementação em sala de aula**. São Paulo: Cengage Learning, 2014. ix, 152 p.

PENTEADO, H.D. **Meio Ambiente e Formação de Professores**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TRIVELATO, Sílvia; SILVA, Rosana Louro Ferreira. **Ensino de ciências**. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 133 p. (Ideias em ação).

Disciplina Obrigatória

Disciplina: Educação Ambiental – **Carga Horária:** 60 horas

Ementa: Inter-relação entre Educação, Sociedade e Ambiente. Educação para a mudança. A crise socioambiental. Problematizando as concepções de meio ambiente, desenvolvimento sustentável e educação ambiental. O campo da Educação Ambiental. Políticas Públicas em Educação Ambiental. Concepções de Educação Ambiental na produção teórico-prática. A formação da prática docente em Educação Ambiental. O diagnóstico da Educação Ambiental na educação formal.

Referências Bibliográficas BÁSICA

LAMIM-GUEDES, Valdir; MONTEIRO, Rafael de Araujo Arosa (Orgs.). **Educação ambiental na educação básica:** entre a disciplinarização e a transversalidade da temática socioambiental [livro eletrônico]. Vários autores. 2.ed. Revista e ampliada – São Paulo: Editora Na Raiz, 2019. p.131. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1pNXnrSvSpHslrATjUdjnNVYTsArY8308/view>.

Acesso em: jul. 2020.

LISBOA, Cassiano Pamplona; KINDEL, Eunice Aita Isaia (Org.). **Educação ambiental: da teoria à prática.** Porto Alegre: Mediação, 2012. 144 p.

MARCATTO, Celso. **Educação ambiental:** conceitos e princípios. 1.ed. Belo Horizonte: FEAM, 2002. 64p. Disponível em: http://www.feam.br/images/stories/arquivos/Educacao_Ambiental_Conceitos_Principios.pdf. Acesso em: jul. 2020.

COMPLEMENTAR

BARCELOS, V. **Educação Ambiental e complexidade.** Santa Catarina: EDUNISC, 2008.

BRASIL. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** meio ambiente, saúde. Brasília, MEC/SEF, v.9, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf> Acesso em: jul. 2020.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação.** Campinas: Papyrus, 1995. 107p. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

LAMIM-GUEDES, Valdir; MONTEIRO, Rafael de Araujo Arosa (Orgs.). **Educação Ambiental na Prática:** Transversalidade da temática socioambiental [Livro eletrônico]. Vários autores. São Paulo: Editora Na Raiz, 2020. 196p. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1a1-mhxNbwMiL6oq-gBO_GiAXrbffVZ7e/view. Acesso em: jul. 2020.

PENTEADO, H.D. **Meio Ambiente e Formação de Professores.** 7.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Disciplina Obrigatória

Disciplina: Saúde da Criança – **Carga Horária:** 45 horas

Ementa: Saúde da criança de 0 a 10 anos. Conceitos de saúde, nutrição e higiene. Políticas de Atenção à saúde da criança. Programas de saúde, higiene e nutrição na educação infantil e nos anos Iniciais do Ensino Fundamental. Desnutrição: determinantes, desenvolvimento físico, psíquico e social da criança. Puericultura e imunização. Prevenção de acidentes na infância. Violência doméstica na infância.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Cadernos de Atenção Básica, n. 33). Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/cab-no-33-saude-da-crianca-crescimento-e-desenvolvimento/> Acesso em: jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_nutricao_aleitamento_alimentacao.pdf. Acesso em: jul. 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: adaptações curriculares**. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999. Disponível em: http://www.acessibilidade.net/at/kit2004/Programas%20CD/ATs/cnotinfor/Relatorio_Inclusiva/report_adaptacao_curricular_pt.html. Acesso em: jul. 2020.

COMPLEMENTAR

BEE, H. **A criança em desenvolvimento**. 9.ed. Porto Alegre: Artmed, 2003. BRASIL, Ministério da Saúde. **Caderneta da Saúde da Criança**. 5.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderneta_saude_crianca_menino.pdf. Acesso em: jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. V.1-2 Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Criança. **Estatuto da criança e do adolescente**. 3.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: jul. 2020.

FALEIROS, V. P.; FALEIROS, E. S. **Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. 2.ed. Brasília: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escqprote_eletronico.pdf. Acesso em: jul. 2020.

Disciplina Obrigatória

Disciplina: Prática como componente curricular – PCC IV – **Carga Horária:** 75 horas

Ementa: Atividades práticas e teóricas relacionadas ao exercício da docência do futuro professor com caráter integrador de conteúdos. Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas são colocadas em relação, com o objetivo de proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN/MEC). Práticas desenvolvidas no âmbito dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 22 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Indicadores da qualidade na educação**: dimensão – ensino e aprendizagem da leitura e da escrita. São Paulo: Ação Educativa/MEC, 2006. 20p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Pro_cons/indqual_2.pdf. Acesso em: jul. 2020.

SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 18. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

COMPLEMENTAR

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 36.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GERALDO, A.C.H. **Didática das ciências naturais na perspectiva histórico- crítica**. Campinas: Autores Associados, 2009.

KLEIMAN, Angela; MORAES, Silvia E. **Leitura e interdisciplinaridade**: tecendo redes nos projetos da escola. Campinas: Mercado de Letras, 2001. 191 p. (Ideias sobre linguagem; 1)

PERRENOUD, Philippe. **10 novas competências para ensinar**: convite à viagem. Porto Alegre: Artmed, 2000. 192 p.

VEIGA, I.P.A. **Formação de professores**: políticas e debates. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2012

MÓDULO V

Disciplina Obrigatória

Disciplina: Fundamentos de Currículo na Educação Infantil – **Carga Horária**: 75 horas

Ementa: Análise dos fundamentos e pressupostos históricos, culturais, políticos, econômicos e sociais da Educação Infantil e sua função no sistema escolar. A criança e a sociedade contemporânea. O lugar social da criança na modernidade. Diversidade cultural e práticas infantis. A cultura da infância e a infância na cultura. Diferentes visões de infância: literatura, cinema, televisão, propaganda, museus, artes plásticas. A criança e a indústria cultural. Criança, natureza, mundo social e conhecimento. Os projetos didáticos e as áreas curriculares integradas.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

ALBUQUERQUE, M.H.K. de; ROCHA, E.A.C.; BUSS-SIMAO, M.. Formação docente para educação infantil nos currículos de pedagogia. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.34, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100129&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: jul. 2020.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

KISHIMOTO, T.M. **Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação**. 17.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

COMPLEMENTAR

BENJAMIN, W.. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. 2.ed. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2009. 176p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_voll.pdf. Acesso em: jul. 2020 KRAMER, S. et al. (Org.). **Infância e educação infantil**. Campinas: Papyrus, 2012.

KRAMER, S.. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Z.de (Org.). **A criança e seu desenvolvimento: perspectivas para se discutir a educação infantil**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Disciplina Obrigatória

Disciplina: Ludicidade na Escola – **Carga Horária:** 45 horas

Ementa: Conceito de jogo, brinquedo e brincadeira. Jogo na educação: aspectos histórico e cultural. Jogo simbólico e a ação pedagógica. Ludicidade e prática pedagógica. Brinquedoteca.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

KISHIMOTO, T.M.. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: CENGAGE Learning, 2011.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação**. 18.ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 127 p.

SANTOS, Santa Marli Pires dos (Org.). **Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos**. 15.ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 143 p.

COMPLEMENTAR

ALVES, E.M.S. **A ludicidade e o ensino de matemática: uma prática possível**. Campinas: Papyrus, 2012.

BENJAMIN, W.. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. 2.ed. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2009. 176p.

COX, M. **Desenho da criança**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FERRAZ, Maria Heloisa Corrêa de Toledo; FUSARI, Maria Felisminda de Rezende e. **Metodologia do ensino de arte: fundamentos e proposições**. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2018. 222 p.

JEANDOT, N. **Explorando o universo da música**. 3.ed. São Paulo: Scipione, 2008.

Disciplina Obrigatória

Disciplina: Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa – **Carga Horária:** 75 horas

Ementa: A evolução do currículo de Língua Portuguesa no país. A Linguística e Sociolinguística no ensino de Língua Portuguesa. Estratégias de leitura em sala de aula. A construção de enunciados (Matriz de Língua Portuguesa- Descritores). Estudo do cruzamento de diferentes linguagens e sua significação. Discussão da leitura, literatura, literatura infantil, televisão, história em quadrinhos, desenho animado, pintura, fotografia. Diferentes gêneros e formas discursivas, instâncias singulares de produção de conhecimento. Estudo da intertextualidade presentes na produção e leitura de textos. Interdisciplinaridade.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

CASSEB-GALVÃO, Vânia; NEVES, Maria Helena de Moura. **O todo da língua:** teoria e prática do ensino de português. Parábola: 2017.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo.** 7.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016. xxxvii, 762 p. (Obras de referência).

SILVA, E.T.da. **O ato de ler:** fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

COMPLEMENTAR

BECHARA, Evanildo. **Gramática Fácil.** Editora Nova Fronteira. 1.ed. 2017. 208p.

BLIKSTEIN, I. **Técnicas de comunicação escrita.** 22.ed. São Paulo: Ática, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Indicadores da qualidade na educação:** dimensão – ensino e aprendizagem da leitura e da escrita. São Paulo: Ação Educativa/MEC, 2006. 20p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Pro_cons/indqual_2.pd. Acesso em: jul. 2020.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola:** uma perspectiva social. 18.ed. São Paulo: Contexto, 2017. 158 p.

SOLÉ, I. **Estratégias de leitura.** 6.ed. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

Disciplina Obrigatória

Disciplina: Metodologia do Ensino de Educação Física – **Carga Horária:** 45 horas

Ementa: Educação Física e diferentes linguagens da expressão corporal. Conhecimentos sobre o corpo: esportes, jogos, lutas e ginásticas; atividades rítmicas; atividades expressivas. Dimensões metodológicas do ensino da Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Interdisciplinaridade. O lúdico e a importância do brincar. Jogos na formação da criança. Planejamento e desenvolvimento de atividades e materiais de ensino na área de Educação Física.

Referências Bibliográficas BÁSICA

DANTAS, E. **Pensando o corpo e o movimento**. 2.ed. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

KISHIMOTO, T.M. **Jogos infantis**: o jogo, a criança e a educação. 13.ed. São Paulo: Vozes, 2004.

SILVA, Marcos Ruiz da. **Metodologia do ensino de educação física**: teoria e prática. Editora InterSaberes. 2016, 250p.

COMPLEMENTAR

BORGES, Juvenal; BELINI, Roberto. **Repensando a Educação Física Escolar**. Editora Appris, 2020. 111p.

BROTTO, Fábio Otuzi. **Jogos cooperativos**: o jogo e o esporte como um exercício de convivência. 4.ed. São Paulo: Palas Athena, 2013. 176 p.

DARIDO, Suraya Cristina (Org.). **Educação física escolar**: compartilhando experiências. São Paulo: Phorte, 2011. 461p.

KISHIMOTO, T.M. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: CENGAGE Learning, 2011.

RANGEL, Irene Conceição Andrade (Coord.). **Educação física na infância**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. xviii, 330p. (Educação física no ensino superior).

Disciplina Obrigatória

Disciplina: Prática como componente curricular – PCC V – **Carga Horária**: 75 horas

Ementa: Atividades práticas e teóricas relacionadas ao exercício da docência do futuro professor com caráter integrador de conteúdos. Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas são colocadas em relação, com o objetivo de proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Enfoque na Gestão Escolar. Planejamento Educacional.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

CONTI, C.L.A.; RISCAL, S.A.; SANTOS, F. dos R. **Organização escolar:** da administração tradicional à gestão democrática. São Carlos: EdUFSCar, 2012. 105 p. (Coleção UAB-UFSCar).Disponível em: http://livresaber.sead.ufscar.br:8080/jspui/bitstream/123456789/2729/1/Pe_FlavioReis_OrganizacaoEscolar.pdf. Acesso em: jul. 2020."

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 43.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LUCK, H. **Liderança em gestão escolar.** Vol. IV. 9.ed. Editora Vozes, 2014. 168p.

COMPLEMENTAR

MIZUKAMI, M.da G.N.; REALI, A.M.de M.R (Org.). **Teorização de práticas pedagógicas:** escola, universidade, pesquisa. São Carlos: EdUFSCar, 2009. 203p.

PERRENOUD, Philippe et al. **As competências para ensinar no século XXI:** a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2002. 176p.

SAVIANI, D. **Educação:** do senso comum à consciência filosófica. 18.ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 13.ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 325 p.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Técnicas de ensino:** por que não? 21.ed. Campinas: Papyrus, 2011. 159p. (Magistério: formação e trabalho pedagógico).

Disciplina Obrigatória

Disciplina: Atendimento Básico em Urgências e Emergências na Escola – **Carga Horária:** 30 horas

Ementa: Estudo de aspectos relativos à prevenção de acidentes domésticos, nas escolas, na via pública, entre outros, proporcionando acesso ao conhecimento e entendimento das ações que devem ser desencadeadas frente a uma situação de urgência ou emergência, e, se necessário, utilizar técnicas básicas de primeiros socorros.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

SANTANA, João Carlos Batista. Emergências pediátricas – ABRAMED. Editora Atheneu. ISBN 9788538809050.

SANTOS, Nívea Cristina Moreira. Urgência e emergência para a enfermagem: do atendimento pré-hospitalar APH à sala de emergência. 4ed. Rev. e Amp. São Paulo: Érica, 2007. 224p. ISBN 9788576140474.

KAWAMOTO, Emília Emi. Acidentes: como socorrer e prevenir. São Paulo: EPU,2002. 110p. ISBN 8512127104.

COMPLEMENTAR

ROSENBERG, Stephen N. Livro de primeiros socorros Johnson e Johnson. 2ed. Rio de Janeiro: Record, 1985. 171p.

KARREN, Keith J. Primeiros socorros para estudantes. 10ed. Barueri, São Paulo: Manole, 2013. XXV 568. ISBN 978820434789.

GÓIS, Aécio Flávio Teixeira de. Guia de bolso de ponto socorro. Editora Atheneu. ISBN 9788538803652.

JUSSARA LUONGO. Tratado de primeiros socorros. Editora Rideel 392, ISBN 9788533944107

GUIA prático de primeiros socorros – 3ª Edição. Editora Rideel 36. ISBN 9788533943605

MÓDULO VI

Disciplina Obrigatória

Disciplina: Alfabetização e Letramento I – **Carga Horária:** 75 horas

Ementa: Bases epistemológicas da aprendizagem da leitura e da escrita. Conceitos fundamentais de alfabetização e letramento. Interdisciplinaridade.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

CARVALHO, M. **Alfabetizar e letrar:** um diálogo entre a teoria e a prática. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

SOARES, M.B. **Alfabetização e Letramento.** 6.ed. São Paulo: Contexto, 2013.

COMPLEMENTAR

CAGLIARI, G.M.; CAGLIARI, L.C. **Diante das letras:** a escrita na alfabetização. Campinas: Mercado de Letras, 1999.

CAGLIARI, L.C. **Alfabetização & Linguística.** 11.ed. São Paulo: Scipione, 2009. FERREIRO, E. **Reflexões sobre alfabetização.** 26.ed. São Paulo: Cortez, 2011. KLEIMAN, A.; MORAES, S.E. **Leitura e Interdisciplinaridade:** tecendo redes nos projetos da escola. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

SOARES, M.B. **Letramento:** um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

Disciplina Obrigatória

Disciplina: Metodologia do Ensino de Geografia – **Carga Horária:** 60 horas

Ementa: As noções de espacialidade e temporalidade apreendidas e vivenciadas pelo educando nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Ressignificando o conhecimento e a percepção do espaço: a construção da identidade, cidadania e sustentabilidade a partir do espaço sensorial-afetivo no cotidiano infantil. Alfabetização cartográfica: construção de conhecimentos, signos e representações no espaço imediato da criança. Os componentes de metodologia do ensino aplicados à prática educativa em Geografia: diretrizes e pressupostos teórico-metodológicos. Intervenções e aplicações pedagógicas na metodologia do ensino geográfico. As novas tendências metodológicas no ensino de Geografia.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

LESANN, Janine. **Geografia no ensino fundamental I**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011. 177 p. (Formação docente 1).

PENTEADO, H.D. **Metodologia do ensino de história e geografia**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2017. 256p.

GERARDI, L.H.de O.; CARVALHO, P.de. **Geografia: ações e reflexões**. Rio Claro: Ed. UNESP, 2006. 440 p. Disponível em: http://www.rc.unesp.br/igce/newpos/new_geo/dowgeografia.php. Acesso em: ago 2020.

COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: jul. 2020.

CARLOS, A.F.A. et al. (Org.) **Geografia na sala de aula: práticas e reflexões**. 9.ed. Porto Alegre: Editora Contexto, 2009. 144p.

CASTROGIOVANNI, A.C.; CALLAI, H.C.; KAERCHER, N.A. **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 12. ed. 2017. 144p.

FERRETTI, Eliane Regina. **Geografia em ação, práticas em climatologia**. 2.ed. Curitiba: Aymarã, 2012. 127 p.

PONTUSCHKA, N.N.; OLIVEIRA, A.U. (Org.). **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2018. 383 p.

Disciplina Obrigatória

Disciplina: Metodologia da Educação Infantil – **Carga Horária:** 75 horas

Ementa: Aspectos teóricos que orientam a ação docente. Diagnóstico dos componentes metodológicos envolvidos. Organização do tempo e do espaço. Utilização das várias linguagens. Adaptação da criança à escola. Planejamento didático em educação infantil: introdução, justificativa, objetivos, conteúdo específicos, etapas previstas, coleta e análise de dados.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

HORN, M.das G.S. **Sabores, Cores, Sons, Aromas: a organização dos espaços na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

OLIVEIRA, Z.R.. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

COMPLEMENTAR

ANGOTTI, M. A **educação infantil em diálogos**. São Paulo: Alinea, 2012. BASSEDAS, E.; HUGUET, T.; SOLÉ, I. **Aprender e ensinar na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: jul. 2020.

KISHIMOTO, T.M.. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: CENGAGE Learning, 2011.

RIZZO, G.. **Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento**. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

Disciplina Obrigatória

Disciplina: Métodos de Pesquisa em Educação – **Carga Horária:** 60 horas

Ementa: Classificação das pesquisas e suas abordagens: quantitativa, qualitativa e pesquisa participante. Etapas para produção de projetos e artigos. Início do desenvolvimento do projeto de pesquisa referente ao trabalho de conclusão de curso. Ética em Pesquisa - Comitê de Ética em Pesquisa.

Referências Bibliográficas BÁSICA

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). **A Pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. 12.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012. 159 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado** 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017. 239 p.

MEDEIROS, J.B.. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 13.ed. São Paulo: Atlas, 2019.

COMPLEMENTAR

FAZENDA, I. **Metodologia da pesquisa educacional**. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017. 173 p.

IFSULDEMINAS. **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos do IFSULDEMINAS**. Pouso Alegre, 2018. 91p. Disponível em: https://www.muz.ifsuldeminas.edu.br/images/2020/02/biblioteca/Manual_TCC_I_FSULDEMINAS.pdf. Acesso em: ago 2020.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2013. 112 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 312p.

Disciplina Obrigatória

Disciplina: Prática como componente curricular – PCC VI - **Carga Horária:** 75 horas

Ementa: Atividades práticas e teóricas relacionadas ao exercício da docência do futuro professor com caráter integrador de conteúdos. Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas são colocadas em relação, com o objetivo de proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Enfoque na Gestão Escolar. Práticas desenvolvidas no âmbito da Gestão Escolar.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

CONTI, C.L.A.; RISCAL, S.A.; SANTOS, F. dos R. **Organização escolar:** da administração tradicional à gestão democrática. São Carlos: EdUFSCar, 2012. 105 p. (Coleção UAB-UFSCar). Disponível em: http://livresaber.sead.ufscar.br:8080/jspui/bitstream/123456789/2729/1/Pe_FlavioReis_OrganizacaoEscolar.pdf. Acesso em: jul. 2020.

LUCK, H. **Gestão participativa na escola.** Vol. III. 11.ed. Editora Vozes, 2013. 128p..

PARO, V.H. **Administração escolar:** introdução crítica. 17.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

COMPLEMENTAR

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 55.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. MIZUKAMI, M.da G.N.; REALI, A.M.de M.R (Org.). **Teorização de práticas pedagógicas:** escola, universidade, pesquisa. São Carlos: EdUFSCar, 2009. 203 p.

PERRENOUD, Philippe et al. **As competências para ensinar no século XXI:** a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2002. 176p.

SAVIANI, D. **Educação:** do senso comum à consciência filosófica. 18.ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 13.ed.

Petrópolis: Vozes, 2012. 325 p.

MÓDULO VII

Disciplina Obrigatória

Disciplina: Alfabetização e Letramento II – **Carga Horária:** 75 horas

Ementa: A apropriação da linguagem escrita. Pressupostos teórico-epistemológicos na alfabetização. Relações entre alfabetização, construção do conhecimento e letramento. Oralidade e função social da escrita. Interdisciplinaridade.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

MORTATTI, Maria do Rosário Longo; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva (Org.). **Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos?** São Paulo: FAPESP, 2014. 349 p. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/alfabetizacao_ebook.pdf. Acesso em: jul. 2020.

SOARES, M.B. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto: 2013. VIGOTSKII, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alex N. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. Tradução Maria da Pena Villalobos. 11.ed. São Paulo: Ícone, 2010. (Coleção Educação Crítica). Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/humanizacao/wp-content/uploads/sites/14/2017/04/VIGOTSKI-Lev-Semenovitch-Linguagem-Desenvolvimento-e-Aprendizagem.pdf>. Acesso em: jul. 2020.

COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 22 jul. 2020.

CARVALHO, M. **Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática**. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

FERREIRO, E. **Reflexões sobre alfabetização**. 26.ed. São Paulo: Cortez, 2011. SILVA, E.T.da. **O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura**. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SOARES, M.B. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

Disciplina Obrigatória

Disciplina: Metodologia do Ensino de História – **Carga Horária:** 60 horas

Ementa: O ensino da História e suas implicações no processo educativo. História na Sala de Aula. A realidade do ensino de História no Brasil. Alternativas metodológicas e elementos didáticos no ensino de História.

Referências Bibliográficas

BÁSICA

BITTENCOURT, C.M.F. **O saber histórico em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998.

BORGES, V.P.. **O que é História?** São Paulo: Brasiliense, 1980.

PINSKY, J.. **O ensino de história e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 1997.

COMPLEMENTAR

BITTENCOURT, C.M.F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BLOCH, M.L.B. **Apologia da história, ou, o ofício de historiador**. São Paulo: Zahar, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: jul. 2020.

HOBBSAW, E. **Era dos Extremos: o breve Século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

KARNAL, L. **História na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004.

Disciplina Obrigatória

Disciplina: Diversidade e Educação – **Carga Horária:** 60 horas

Ementa: Educação para as relações étnico-raciais. Conceitos de raça e etnia, mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação. Configurações dos conceitos de raça, etnia e cor no Brasil: entre as abordagens acadêmicas e sociais. Cultura afro-brasileira e indígena. Políticas de ações afirmativas e discriminação positiva: a questão das cotas.

Referências Bibliográficas BÁSICA

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: SEPPIR, out. 2004. 262 p. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/>

/asset_publisher/6JYIsGMAMkWI/document/id/48817. Acesso em: jul. 2020. BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006. 262 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_eticoraciais.pdf. Acesso em: jul. 2020.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

COMPLEMENTAR

BRASIL. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais: temas transversais - pluralidade cultural e orientação sexual**. Brasília, MEC/SEF, v.2, 2.ed. 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>. Acesso em: jul. 2020.

FÁVERO, O.; IRELAND, T.D. **Educação como exercício de diversidade**. Brasília: Unesco, 2007.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. 1.ed. Brasília: Ministério da Educação, 2009. 455 p. (Educação para todos; 32).

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **Direitos humanos e as práticas de racismo**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. 1 recurso online (287p.) (Temas de interesse do Legislativo; 19). Disponível em: http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/13516/direitos_humanos_santos.pdf?sequence=2. Acesso em: jul. 2020.

SILVA JÚNIOR, Hédio; BENTO, Maria Aparecida Silva; CARVALHO, Silvia Pereira de (Org.) **Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial**. São Paulo: CEERT: Instituto Avialá - Formação Continuada de Educadores, 52p. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11284-revistadeeducacaoinfantil-2012&category_slug=agosto-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: jul. 2020.

Disciplina Obrigatória

Disciplina: Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso I – **Carga Horária:** 60 horas

Ementa: Inter-relação entre pesquisa, ensino e prática no campo educacional a partir de suas instâncias epistemológicas, pedagógicas e didáticas. Elaboração do trabalho científico: relato de experiência, resumo expandido ou artigo científico, a partir de práticas desenvolvidas nos componentes curriculares do curso.

Referências Bibliográficas BÁSICA

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado** 8.ed.

São Paulo: Atlas, 2017. 239 p.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017. 173 p.

ALMEIDA, Mário de Souza. **Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese:**

uma abordagem simples, prática e objetiva. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2014. 82 p.

COMPLEMENTAR

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2010. 212 p.

IFSULDEMINAS. **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos do IFSULDEMINAS**.

Pouso Alegre, 2018. 91p. Disponível em:

https://www.muz.ifsuldeminas.edu.br/images/2020/02/biblioteca/Manual_TCC_IFS

ULDEMINAS.pdf. Acesso em: ago 2020.

MEDEIROS, J.B. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 13.ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. **Redação de artigos científicos: métodos de realização, seleção de periódicos, publicação**. São Paulo: Atlas, 2015. 288 p.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 8.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015. 158 p.

Disciplina Obrigatória

Disciplina: Política e Organização da Educação Básica – **Carga Horária:** 60 horas

Ementa: O Público, o Estatal e o Privado na educação brasileira. Estrutura e Funcionamento da Educação Básica: impasses e perspectivas das políticas educacionais. Organização dos sistemas de ensino. Políticas públicas educacionais e legislação de ensino: a Lei nº 9.394/96 e suas implicações nos diferentes níveis de modalidade de ensino.

Referências Bibliográficas BÁSICA

BRANDÃO, C.F. **LDB passo a passo**: Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei n. 9.394/96 comentada e interpretada, artigo por artigo. 5.ed. rev. atual. São Paulo: Avercamp, 2015.

LIBÂNEO, J.C.; OLIVEIRA, J.F.de; TOSCHI, M.S.. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2013. (Docência em formação saberes pedagógicos).

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do trabalho).

COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Conselho escolar e o financiamento da educação no Brasil**. Brasília: MEC, 2006. 92p. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares; 7) Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/cad%207.pdf>. Acesso em: jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **O Sistema Nacional de Educação**:

diversos olhares 80 anos após o manifesto. Brasília: MEC, 2014.

JEFFREY, D.C.; AGUILAR, L.E. (Org.). **Política educacional brasileira**: análises e entraves: (níveis e modalidades). Campinas: Mercado de Letras, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao FUNDEB**: por uma outra política educacional. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2011. xvii, 317 p. (Educação contemporânea).

LUIZ, M. C. (Org.) **Conselho escolar**: algumas concepções e propostas de ação. São Paulo: Xamã, 2010. 151p. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares) Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option>

=com_docman&view=download&alias=8683-livconselhos-ufscar-

pdf&category_slug=agosto-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: jul. 2020

MÓDULO VIII

Disciplina Obrigatória

Disciplina: Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação – **Carga Horária**: 60 horas

Ementa: Tecnologias: instrumentais, intelectuais e educacionais; Espaços diferenciados de aprendizagem; Mídias na Educação; Informática na Educação; Softwares Educacionais; Objetos de Aprendizagem; Redes Virtuais de Aprendizagem.

Referências Bibliográficas BÁSICA

BACICH, Lilian; MORÁN, José (Org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora:** uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018. 238 p.

CAMARGO, Fausto; DAROS, Thuinie. **A Sala de Aula Inovadora:** Estratégias Pedagógicas para Fomentar o Aprendizado Ativo. Editora Penso, 2018. 144p.

SOBRAL, A.V. **Internet na escola:** o que é? Como se faz? 3.ed. Rio de Janeiro: Loyola, 2002.

COMPLEMENTAR

FERRETI, C.J.; FRANCO, M.L.; ZIBAS, D. **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar.** 14.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

FREIRE, W. (Org). **Tecnologia e educação:** as mídias na prática docente. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

KENSKI, V.M. **Tecnologias e ensino presencial e a distância.** 8.ed. Campinas: Papirus, 2010.

MORAN, J.M.; MASETTO, M.T.; BEHRENS, M.A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** 19. ed. Campinas: Papirus, 2012.

TAJRA, S.F. **Informática na educação:** novas ferramentas pedagógicas para o professor. São Paulo: Érica, 2012.

Disciplina Obrigatória

Disciplina: Fundamentos da Educação Especial – **Carga Horária:** 60 horas

Ementa: Análise histórica da Educação Especial, contemplando o estudo das políticas públicas para a educação inclusiva. Estudo sobre os sujeitos do processo da educação inclusiva com ênfase na aprendizagem. Análise da organização e estrutura de currículos e conteúdos programáticos utilizados na educação especial.

Referências Bibliográficas BÁSICA

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 13.146 de 6 de julho/2015**. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513623/001042393.pdf> Acesso em: ago. 2020.

DIAS, Félix et al. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social**: questões contemporâneas, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/rp6gk>. Acesso em: jul. 2020.

MIRANDA, T.G.; GALVÃO FILHO, T.A. (Org.) **O professor e a educação inclusiva**: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 491p., 2012. Disponível em: http://www.galvaofilho.net/noticias/baixar_livro.htm. Acesso em: jul. 2020.

COMPLEMENTAR

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola**: de alunos com necessidades educacionais especiais. 4.ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. 128 p. CARVALHO, R.E. **Educação inclusiva**: com os pingos nos “is”. Belo Horizonte: Mediação, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Summus, 2015. 95p. (Coleção novas arquiteturas pedagógicas).

MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; PLETSCHE, Márcia Denise; HOSTINS, Regina Célia Linhares (Org.) **Educação especial e/na educação básica**: entre especificidades e indissociabilidades [recurso eletrônico] 1.ed. - Araraquara [SP]: Junqueira & Marin, 2019. 571p. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/ebook-educacao-especial-e-na-educacao-basica.pdf>. Acesso em: jul. 2020.

MENDES, Rodrigo Hübner; CAVALHERO, José; GITAHY, Ana Maria Caira. **Artes visuais na educação inclusiva**: metodologias e práticas do Instituto Rodrigo Mendes. São Paulo: Peirópolis, 2010. 143 p.

Disciplina Obrigatória

Disciplina: Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS – **Carga Horária**: 60 horas

Ementa: Aspectos clínicos, educacionais e sócio antropológicos da surdez. A Língua de Sinais Brasileira - LIBRAS: características básicas da fonologia. O intérprete de Libras e seus principais requisitos. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audiovisuais. Noções de variação. Praticar LIBRAS: desenvolver a expressão visual-espacial para a docência.

Referências Bibliográficas BÁSICA

FIGUEIRA, A.S. **Material de Apoio para o aprendizado em LIBRAS**. Porto Alegre: mediação, 2011.

GESSER, A. **LIBRAS: que língua é essa?** São Paulo: Parábola, 2009. QUADROS, R.M. de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

COMPLEMENTAR

ALMEIDA, E.C.de.; DUARTE, P.M. **Atividades ilustradas em sinais da LIBRAS**. São Paulo: Revinter, 2004.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro ilustrado de língua brasileira de sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008. 352 p.

LACERDA, C.B.F.de. **Intérprete de LIBRAS**. 3.ed. Porto Alegre: Mediação, 2009. REIS, B.A.C.dos; SEGALLA, S.R. **ABC em LIBRAS**. São Paulo: Panda Books, 2009.

SANTANA, A.P. **Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas**. São Paulo: Plexus, 2007.

Disciplina Obrigatória

Disciplina: Gestão Escolar – **Carga Horária:** 60 horas

Ementa: Educação escolar e não escolar. Instituições escolares ou não escolares. Gestão democrática. Papel do gestor. Organização do trabalho pedagógico. Superação da dicotomia entre os aspectos administrativos e pedagógicos da gestão.

Referências Bibliográficas BÁSICA

CONTI, C.L.A.; RISCAL, S.A.; SANTOS, F. dos R. **Organização escolar: da administração tradicional à gestão democrática**. São Carlos: EdUFSCar, 2012.

105 p. (Coleção UAB-UFSCar). Disponível em: http://livresaber.sead.ufscar.br:8080/jspui/bitstream/123456789/2729/1/Pe_Flavi_oReis_OrganizacaoEscolar.pdf. Acesso em: jul. 2020.

LUCK, H. **Liderança em gestão escolar**. Vol. IV. 9.ed. Editora Vozes, 2014. 168p.

PARO, V.H. **Administração escolar: introdução crítica**. 17.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Conselho escolar e direitos humanos**. Brasília: MEC, 2008. 108p. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares; 11) Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=752-cad-11-seb&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: jul. 2020.

LUCK, H. **Gestão participativa na escola**. Vol. III. 11.ed. Editora Vozes, 2013. 128p.

PARO, Vitor Henrique. **Diretor escolar: educador ou gerente?** 1.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre educação**. Edição: 1.ed. Editora Xamã. 2001

SANTOS, C.R. **A gestão educacional e escolar para a modernidade**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

Disciplina Obrigatória

Disciplina: Educação de Jovens e Adultos (EJA) – **Carga Horária:** 60 horas

Ementa: Aspectos históricos da educação de jovens e adultos (EJA) do Brasil. A educação de adultos nas Campanhas de educação de massa. Concepção freireana de Educação: educação bancária, educação problematizadora e dialogicidade. Pressupostos teórico-metodológicos da educação de jovens e adultos. Análise da EJA como instrumento de inclusão social, considerando as formas de atuação dos docentes nos primeiros anos do ensino fundamental e a especificidade do trabalho com jovens e adultos.

Referências Bibliográficas BÁSICA

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 55.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. PAIVA, V.P.

História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos. 6.ed. São Paulo: Loyola, 2003.

SOARES, L.; GIOVANETTI, M.A.G.C.; GOMES, N.L. **Diálogos na educação de jovens e adultos**. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2020**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acesso em: jun. 2020.

CAPUCHO, Vera. **Educação de jovens e adultos:** prática pedagógica e fortalecimento da cidadania. São Paulo: Cortez, 2012. 150 p. (Educação em direitos humanos).

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (Org.). **Educação de jovens e adultos:** teoria, prática e proposta. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2013. 160 p.

PAULA, Cláudia Regina de; OLIVEIRA, Marcia Cristina de. **Educação de jovens e adultos:** a educação ao longo da vida. Curitiba: IBPEX, 2011. 94 p.

VÓVIO, C.L.; IRELAND, T.D. **Construção coletiva:** contribuições à educação e jovens e adultos. 2.ed. Brasília: MEC, 2008.

Disciplina Obrigatória

Disciplina: Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso II – **Carga Horária:** 60 horas

Ementa: Orientações para a finalização da escrita do trabalho científico. Normas para a elaboração e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso Final.

Referências Bibliográficas BÁSICA

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017. 173 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado** 8.ed.

São Paulo: Atlas, 2017. 239 p.

PEREIRA, Maurício Gomes. **Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. x, 383 p.

COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Mário de Souza. **Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese:**

uma abordagem simples, prática e objetiva. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2014. 82 p. FAZENDA, I.C.A.

Metodologia da pesquisa educacional. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2010. 212 p.

IFSULDEMINAS. **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos do IFSULDEMINAS**.

Pouso Alegre, 2018. 91p. Disponível em:

https://www.muz.ifsuldeminas.edu.br/images/2020/02/biblioteca/Manual_TCC_IFS

ULDEMINAS.pdf. Acesso em: ago 2020.

MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. **Redação de artigos científicos: métodos de realização, seleção de periódicos, publicação**. São Paulo: Atlas, 2015. 288 p.

SANTOS, Clóvis Roberto dos Santos. **Trabalho de Conclusão de Curso – Guia**

de Elaboração Passo a Passo. São Paulo: Cengage. Learning, 2010.

8.6. Metodologia

A metodologia do curso parte do referencial teórico definido na matriz curricular e a concepção de ensino na relação pedagógica. Assim, o Núcleo Docente Estruturante – NDE do curso se fundamentou na perspectiva de que professor, professor mediador/tutor e educando são sujeitos inseridos em um contexto histórico e que a construção do conhecimento ocorra na mediação constante dos saberes disciplinares e nas metodologias de ensino preconizadas no AVA.

No decorrer dos oito módulos os conteúdos das disciplinas serão apresentados, refletidos discutidos e desenvolvidos pelos professores nas seguintes metodologias: Material apostilado - textos organizados com o referencial teórico norteador do conteúdo que permitirá ao acadêmico conhecer os fundamentos teóricos de cada área de conhecimento do curso; Videoaulas - discutem a temática da semana, ampliam o referencial teórico e relacionam as possibilidades que a teoria permite na intervenção prática da futura profissão; Vídeos complementares de diferentes profissionais da educação - para não se restringir somente ao olhar do professor aos fundamentos teóricos, discutirão a temática e contribuirão para ampliar o entendimento teórico.

Atividades avaliativas diversificadas permitirão que as metodologias sejam ressignificadas a cada semana: Questionário - permite aprofundar discussões, evidenciar pontos importantes da temática discutida por meios de questões que perpassam pela reflexão entre a teoria e a prática, o suporte da legislação, aspectos históricos ou sociais que permitem a contextualização do tema no processo de formação; Tarefa - propicia diferentes possibilidades de ações como pesquisa, atividades pontuais com questões abertas que contribuem para a reflexão de determinada situação problema para a busca de soluções no cenário educacional ou do cotidiano da sala de aula; Wiki - o acadêmico será convidado a participar com os colegas a tecerem textos a partir de uma temática ou situação problema, interagirem os saberes, dúvidas, opiniões e a chegarem a uma decisão na elaboração de um texto que apresente a visão do grupo; Glossário - contribui para que os significados dos termos relevantes de cada temática ou conceitos teóricos sejam selecionados e priorizados no processo de ensino e aprendizagem e Fórum – permite a reflexão prática com a teórica estudada e discutida.

O Fórum deverá promover interação e comunicação entre os usuários do curso nas disciplinas: Fórum de Dúvidas Semanal – educandos podem apresentar dúvidas referentes ao conteúdo da semana e atividades; Fórum de Dúvidas para Webconferência – os estudantes podem postar dúvidas ou conteúdos que precisam ser abordados pelo docente. Ademais, os tutores poderão utilizar encontros via chat ou webconferências para sanar dúvidas pontuais a um maior número de alunos. Além de haver no AVA um Fórum oculto aos estudantes – Fórum de Comunicação Tutores x Professor, em que tutores podem enviar dúvidas e feedbacks semanais do andamento das atividades aos professores. Acredita-se que essa devolutiva é um elemento norteador à sequência do trabalho do professor, que se julgar necessário, poderá acrescentar, transformar, adequar elementos na sequência de seu trabalho, como por exemplo, gravar nova videoaula para esclarecer dúvidas, articular saberes com a prática educativa ou até mesmo estabelecer relações entre os conteúdos estudados no decorrer das semanas, rompendo assim, a fragmentação do ensino, proporcionando ao estudante melhor compreensão dos assuntos

estudados. Em caso de dúvida ou sugestão, tutores e professor terão disponibilidade ao diálogo, sendo uma cópia das mensagens transmitidas via plataforma será enviada ao e-mail de cada usuário, evitando ruídos na comunicação.

Neste sentido, as metodologias do curso permitirão ao educando, sujeito de sua própria aprendizagem, junto com o professor e a mediação do tutor, participação ativa no decorrer das disciplinas ofertadas no curso. Acredita-se que tanto o professor quanto o tutor tem de ser promotores do encantamento com o conhecimento; há necessidade de sólida base científica, da formação de cidadania e da solidariedade social, cabendo a eles estimular o desenvolvimento da autonomia dos alunos na construção do conhecimento a partir de informações compartilhadas.

É a partir dessa reflexão que o NDE propôs a metodologia do curso, um caminho que parte do perfil do egresso, da coerência entre o que se faz na formação do educando e o que se espera dele como futuro professor. Desse princípio as disciplinas foram organizadas, em consonância com a Resolução CNE/CP nº 02/2015.

Reforçando a preocupação da proposta curricular do curso ao que concerne às metodologias inovadoras e mediadoras para a formação do futuro pedagogo, ao iniciar a formação, o acadêmico cursa a primeira disciplina - Educação Aberta e a Distância, estratégia adotada para que o ingressante sintam-se seguro no curso e manifeste ou desenvolva as habilidades mínimas necessárias ao desempenho de suas atividades acadêmicas. Neste quesito, introduz-se novas formas de interação entre discentes e tutoria que visem ampliar a capacidade de acompanhamento efetivo dos educandos, de forma cotidiana e personalizada, a fim de evitar a evasão.

Nos encontros presenciais obrigatórios (conforme cronograma da disciplina) a diversificação das metodologias será incentivada até mesmo para articular os objetivos do curso com sua própria metodologia. Além do encontro presencial por disciplina, o curso abrangerá ainda uma webconferência ao final de cada disciplina, esta ministrada pelo professor com a participação dos discentes e tutores.

Essa prática, mais uma vez, garantirá a interação direta entre todos os participantes do processo ensino-aprendizagem. Inserir a webconferência, ao final de cada disciplina, oportunizará um espaço no qual o aluno pode esclarecer dúvidas, compartilhar entendimentos, tecer relações com a prática. Caracteriza-se como mais um momento em que é possível ao professor criar situações e intervir de modo assertivo para atribuir significado ao conhecimento elaborado até o momento, instigar nos educandos pensamentos e ações, construindo, internalizando e elaborando novos conhecimentos.

A diversificação das metodologias será incentivada e concretizada tanto de forma presencial (momento em que estudantes vivenciam a realidade escolar, por meio das disciplinas de PCC, estágio supervisionado ou TCC, encontros presenciais) quanto virtual (TIC's e recursos disponíveis no AVA), por meio de seminários, trabalhos de campo, pesquisas em bibliotecas, projetos, teatros, leituras, dramatizações, expressão corporal, jogos pedagógicos, entre outros.

Em especial, a avaliação presencial em grupo, da forma como é organizada e conduzida, será concebida também como um importante momento de aprendizagem, pois ali, há a interlocução com os membros do grupo, a socialização entre os pares e a devolutiva do tutor - sistematização do conteúdo como fechamento, preparando e fornecendo segurança para que os estudantes realizem a atividade avaliativa individual, na sequência.

Tais práticas, vividas ao longo dos quatro anos de curso, acrescidas de experiências teórico-prática e integradoras, proporcionadas principalmente pelas disciplinas de PCC's e Estágio Supervisionado, contextos em que são proporcionados momentos de observação (do contexto educacional, da comunidade em que a unidade escolar está inserida, das condições materiais, da clientela atendida pela escola, da prática pedagógica realizada pelo professor, da organização da escola e da sala de aula, da relação da escola com a comunidade, dos estudantes, dentre outros), e efetivação de práticas pedagógicas (regência, elaboração e desenvolvimento de projetos), possibilitam as condições necessárias para o desenvolvimento de competências e habilidades para atuarem de forma significativa nas realidades locais e regionais.

Essas ações objetivam demonstrar que o educando de nosso curso não caminha sozinho no processo. Há conteúdo, atividades e a possibilidade do diálogo e interação entre professores, tutores e educando, garantindo assim, que os conceitos e propostas lançados pelas diferentes disciplinas sejam aprendidos de fato, sem a necessidade de que o aluno decore o conteúdo para realizar atividades avaliativas.

Nesse sentido, além das capacitações e formações específicas para a EaD realizadas em disciplinas específicas no primeiro semestre e ao longo do curso, Prática como Componente Curricular (PCC), um Guia do Educando/Disciplina será oferecido aos educandos. Nele, encontram-se descritas as metodologias empregadas com o uso das TIC's e as estratégias que possibilitam aos educandos construir ativamente o conhecimento; descrevem também o ambiente virtual de aprendizagem (AVA) e os recursos disponíveis aos educandos; igualmente, informam as práticas pedagógicas que serão desenvolvidas pelos professores no decorrer do curso e sua coerência com a metodologia prevista/implantada.

9. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

Com o intuito de promover a articulação entre os fundamentos teórico- metodológicos e a prática educacional, o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC viabilizará a iniciação à pesquisa e investigação educacionais dos futuros docentes por meio da problematização da prática docente, visto que ao escrever; levantar temas; elaborar hipóteses, comprovando-as ou refutando-as; observar e intervir sobre a realidade, o futuro docente pedagogo constituirá o seu processo de desenvolvimento profissional reflexivo para futuras tomadas de decisões.

Serão contempladas como Trabalho de Conclusão de Curso os formatos de relato de experiência, resumo expandido ou artigo

científico, representando discussões de práticas vivenciadas em um dos componentes curriculares do curso.

O TCC será realizado individualmente, em duplas ou trios. A orientação para o desenvolvimento do TCC será realizada na tríade - material didático autoinstrucional, professor mediador/tutor e professor da disciplina, podendo também se desdobrar para o professor da disciplina em que o projeto e vivência estejam sendo contempladas.

A redação do Trabalho de Conclusão de Curso será realizada no sétimo e oitavo períodos, durante o desenvolvimento das disciplinas Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso I e Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso II, respectivamente.

A defesa final do TCC, resultado da experiência prática vivenciada durante o Curso de Licenciatura em Pedagogia EaD, será realizada durante a disciplina Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso II, em formato de pôster, em evento público a ser organizado no polo de apoio presencial com a presença de uma Banca Examinadora. A Banca Examinadora, composta por dois professores mediadores/tutores e um docente convidado, julgará os quesitos: trabalho escrito; apresentação pública (tempo, segurança, referencial teórico, relevância da prática e clareza) e domínio do conteúdo, emitindo como conceito final: Suficiente (S) ou Insuficiente (I).

Para os casos de reprovações, a banca emitirá um parecer sobre os procedimentos a serem realizados pelo educando para nova investidura no pleito: reordenação e revisão do projeto conforme as observações propostas; ou elaboração de novo projeto e apresentação em período posterior.

A publicação de pesquisa educacional - resultado da experiência prática vivenciada durante o curso - aprovada e apresentada em eventos externos (Congressos, Simpósios, Encontros...), a partir do 6º período, poderá ser validada como Defesa Final do TCC, seguindo normas a serem definidas em Regulamento próprio. Os artigos científicos submetidos à publicação em periódicos e revistas científicas somente poderão ser validados após aprovação da publicação.

10. PRÁTICAS COMO COMPONENTE CURRICULAR – PCC's

Conforme § 1º, inciso I, do artigo 13º da Resolução CNE/CP nº 02/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e formação continuada, fica estabelecida a obrigatoriedade da realização de 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular (PCC). Com isso, os cursos de licenciatura devem propiciar atividades práticas e teóricas aos educandos relacionadas ao exercício da docência do futuro docente da educação infantil e do ensino fundamental, além de apresentá-los à vivência de práticas educativas relacionadas a ações cotidianas não escolares.

A referida Resolução aponta ainda que o caráter integrador de conteúdos deve ser adotado em fases iniciais do curso. Deste modo, o curso de Licenciatura em Pedagogia, modalidade EaD, do IFRR/Campus Boa Vista, disponibiliza aos educandos 6 (seis) disciplinas de Prática como Componente Curricular (PCC), as quais encontram-se distribuídas ao longo da grade curricular e, ofertadas desde o 1º período do curso. Essas disciplinas totalizam 400 (quatrocentas) horas ao final do curso.

Nas disciplinas de Prática como Componente Curricular (PCC), cabe aos educandos de Licenciatura em Pedagogia, a partir da integração dos conhecimentos obtidos ao longo do semestre letivo, a elaboração de material(is)técnico, científico, didático e pedagógico - relacionado aos conteúdos de Pedagogia ministrados. Cabe também aos educandos a confecção de Projetos e/ou Portfólios relativos às ações e atividades realizadas pelos educandos durante o desenvolvimento das disciplinas de PCCs. Neste caso, o portfólio corresponde à produção de documentação descritiva das atividades planejadas e executadas pelos educandos de Pedagogia ao longo da disciplina de PCC, contendo registro textual e fotográfico.

Os educandos poderão ser divididos em grupos para planejamento, execução, implantação, avaliação e apresentação das atividades desenvolvidas ao longo das disciplinas de Prática como Componente Curricular (PCC). Isso incrementará a capacidade dos educandos quanto às práticas frequentes e comuns à profissão de docente, em que a execução de tarefas e ações constitui-se em trabalho em equipe.

O material produzido pelos educandos e que auxiliará o registro das ações e atividades implementadas pelos educandos para cumprimento das disciplinas de PCC's poderá ser constituído por:

- a) Criação de material de áudio, visual ou audiovisual relacionado à área da Educação;
- b) Proposição, execução e avaliação de atividades lúdicas voltadas para práticas educacionais;
- c) Planejamento e criação de projetos associados à área de Educação, envolvendo os níveis de ensino: Educação Infantil e Ensino Fundamental;
- d) Planejamento, criação, organização e desenvolvimento de campanhas destinadas à sensibilização da comunidade quanto a assuntos atrelados à Educação;
- e) Planejamento, criação, organização e desenvolvimento de campanhas de integração escola-comunidade.

A PCC, em cada uma das disciplinas que a abrigará, será uma reflexão sobre o conteúdo de Pedagogia que está sendo aprendido pelo educando e que será ensinado por este quando de sua atuação profissional como docente. As atividades são desenvolvidas no ambiente educativo, futuro campo de atuação do profissional, e servem como oportunidade para o confronto entre a teoria e a prática, com

vistas à investigação científica. Tais atividades respeitam os níveis de assimilação, o que depende das condições teórico-metodológicas do educando.

A inserção da prática como componente curricular objetiva associá-la à dimensão do conhecimento por meio da reflexão sobre a atuação profissional e permite ainda a articulação entre as demais disciplinas, não se restringindo apenas ao estágio, e tendo como finalidade a articulação das diferentes práticas, numa perspectiva interdisciplinar. Fica a cargo das PCCs estabelecer mecanismos de promoção da interdisciplinaridade no curso.

Ao final da disciplina os educandos estarão aptos (aprovado) ou inaptos (reprovado). O não cumprimento das 400 horas associadas às disciplinas de Prática como Componente Curricular (PCC) implicará na reprovação e suspensão da emissão do diploma.

11. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Ao instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica, a Resolução nº 2, de 1º de Julho de 2015, prevê no Art. 1º: *princípios, fundamentos, dinâmica formativa e procedimentos a serem observados nas políticas, na gestão e nos programas e cursos de formação, bem como no planejamento, nos processos de avaliação e de regulação das instituições de educação que as ofertam* (BRASIL, 2015, p.2).

Com o intuito de garantir aos docentes a formação plena para o exercício integrado e indissociável da docência na educação básica, incluindo o ensino e a gestão educacional, e os processos educativos escolares e não escolares, da produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e educacional, a Resolução nº 2, de 1º de Julho de 2015, define uma base comum nacional quanto à estrutura e currículo dos cursos de licenciatura, destacando a obrigatoriedade para o cumprimento do Estágio Curricular Supervisionado:

(...) II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio curricular supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;

(...) § 6º O estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico. (BRASIL, 2015, p. 2).

Segundo Tardif (2002, p. 13), os docentes possuem, desenvolvem e adquirem saberes variados, provenientes de suas experiências pessoais e profissionais. Os conhecimentos curriculares adquiridos na universidade, ou seja, na formação inicial, assim como os didático-pedagógicos que advêm da formação profissional são entendidos como cultura pessoal que constituem sua prática pedagógica.

Quanto à formação inicial do docente, o mesmo deve compreender que assumir-se como sujeito também da produção do saber, desenvolvendo a concepção de que ensinar não é apenas transmitir conhecimento, mas articular vários conhecimentos e criar possibilidades para sua produção ou construção constitui um dos saberes indispensáveis para sua prática docente (RAYMUNDO, 1996, p.364).

O Estágio Curricular Supervisionado constitui um terreno fértil para a construção de saberes que permitirão ao futuro docente estruturar sua prática pedagógica, por meio da articulação de fundamentos teóricos, metodológicos e práticos adquiridos nas disciplinas do curso de licenciatura em pedagogia, assim como, viabilizar a relação próxima do futuro pedagogo com o ambiente que envolve seu cotidiano; assim, *a partir desta experiência os acadêmicos começarão a se compreenderem como futuros docentes, pela primeira vez encarando o desafio de conviver, falar e ouvir, com linguagens e saberes distintos do seu meio, mais acessível à criança.* (PIMENTA, 1997).

Elemento indispensável na formação docente, o estágio curricular supervisionado constitui o currículo do Curso de Licenciatura em Pedagogia, modalidade à distância do IFRR/Campus Boa Vista e é regido pelas Normas de Estágio Curricular Supervisionado em consonância com a Lei nº 11.788/08. Este deverá ser realizado junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, obrigatoriamente em instituições de ensino, sob a supervisão de um professor habilitado desta.

O acadêmico poderá iniciar suas atividades de estágio após ter cumprido com êxito, o mínimo de 50% da carga horária das disciplinas do curso, tendo um professor-orientador do Estágio do IFRR/Campus Boa Vista definido e Carta de Aceite carimbada e assinada pela escola escolhida. Caso o acadêmico realize estágio sem a observância das condições previstas, este não será contabilizado como estágio obrigatório.

A carga horária total do estágio curricular supervisionado compreenderá 400 (quatrocentas) horas, sendo estas organizadas entre a Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental e a Gestão Escolar destes e da Educação de Jovens e Adultos – EJA (anos iniciais) distribuídas entre atividades de orientação, observação, pesquisa e regência, conforme Quadro 01.

Quadro 01. Organização da distribuição de horas de Estágio Curricular Supervisionado.

HABILITAÇÕES NÍVEIS DE ENSINO	CARGA HORÁRIA TOTAL A SER CUMPRIDA	ESTÁGIO DE OBSERVAÇÃO (HORAS)	ESTÁGIO DE REGÊNCIA (HORAS)
----------------------------------	---	-------------------------------------	-----------------------------------

EDUCAÇÃO INFANTIL	140	84	56
ENSINO FUNDAMENTAL I (1º ao 3º anos)	80	48	32
ENSINO FUNDAMENTAL I (4º e 5º anos)	80	48	32
EJA – ANOS INICIAIS	40	24	16
GESTÃO ESCOLAR	60	60	-
TOTAL	400	264 (60%)	136 (40%)

As atividades vinculadas ao estágio curricular supervisionado devem compreender desde a **observação** nas unidades escolares no que concerne às reuniões pedagógicas e de pais, assim como da prática pedagógica de docentes já atuantes em sala de aula para as devidas problematizações. A análise de planos de ensino, projetos político-pedagógicos, currículos oficiais da educação infantil, ensinos fundamental e médio, resultados das avaliações em larga escala, viabilizaram o entendimento de questões relacionadas à gestão escolar.

Quanto à **regência**, os futuros docentes deverão realizar um trabalho de pesquisa e planejamento, devidamente orientados pelos professores orientadores de estágio, a fim de desenvolver em sala de aula atividades que os permitam vivenciar práticas de ensino inovadoras e que estejam à luz dos fundamentos teórico-metodológicos trabalhados durante o curso de pedagogia (articulação com as disciplinas). Serão levadas em consideração, as horas destinadas à pesquisa e planejamento das aulas que serão ministradas nas diferentes áreas do conhecimento.

O estágio curricular supervisionado será avaliado por meio de fichas de registro contendo itens fundamentais da **observação** em sala de aula ou na instituição de ensino: local de realização do estágio, endereço, telefone, quantidade de horas realizadas e suas respectivas datas, atividades observadas e assinatura do professor supervisor e do diretor da escola.

Quanto à **regência**, será avaliado relatório final contendo: plano de aula, narrativa elaborada a partir da execução da aula, sistematização das impressões do futuro docente quanto a suas observações e regência.

As fichas e relatórios terão seus formatos definidos por meio de um Manual de Estágio padronizado pela Coordenação e pelo Colegiado do Curso.

Vale ressaltar que a **observação** e a **regência** serão realizadas na Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), somadas às questões de análise da gestão escolar, estas por sua vez, devem se estender da Educação Infantil até a EJA (anos iniciais).

A realização do estágio dar-se-á mediante termo de compromisso celebrado entre o acadêmico e a parte concedente, com interveniência obrigatória da Instituição de Ensino. Entende-se por parte concedente, escolas de educação infantil, ensino fundamental ou médio, privadas, municipais ou estaduais. O estágio não gera vínculo empregatício de qualquer natureza.

11.1. Integração com as Redes Públicas de Ensino

A contextualização e a articulação entre teoria e prática devem configurar princípios basilares dos currículos dos cursos de licenciatura. Nesse sentido, a IFRR/Campus Boa Vista entende ser necessário promover ações de parcerias com unidades escolares públicas a fim de realizar atividades de ensino, pesquisa e extensão nestes espaços, envolvendo a comunidade em que a escola está inserida.

Essas ações, acompanhadas de práticas de observação, planejamento e reflexão a partir de situações-problema encontradas nesses ambientes, permitem que o discente relacione a relação entre o seu ambiente de estudo e o futuro ambiente de trabalho.

Essas ações abrangem escolas da educação básica das redes públicas dos municípios de Boa Vista, Caracará, Iracema, Mucajaí, Normandia e São Luiz do Anauá do estado de Roraima.

O aluno deste Curso é inserido neste cenário entre o 5º e o 7º semestres do curso e, em cada semestre, são desenvolvidas na escola de educação básica da rede pública as seguintes atividades: Observação, Coparticipação e Regência.

Conforme a Resolução CNE/CP nº 2/2019, para os cursos de formação docente, compreendemos que as atividades acadêmicas, científicas e culturais complementares à formação são aquelas previstas no Núcleo de Estudos integradores para enriquecimento curricular, compreendendo a participação em:

[...] a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência

docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição; b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos; c) mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC; d) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social (Resolução CNE/CP 02/2015, p. 10).

Dessa forma, tais atividades não se resumem a ações de naturezas didática e acadêmica, envolvendo práticas socioculturais que estejam, de algum modo, relacionadas à formação do docente. Entende-se que, também no Ensino Superior, os acadêmicos devem estar imersos em atividades que contribuam tanto para sua formação cidadã, quanto para a sua prática profissional, principalmente porque, os docentes a serem formados serão os educadores futuros. As atividades aqui consideradas se revestem, portanto, de singular relevância para a complementação da formação do pedagogo.

Essas atividades, que totalizam 200 horas, são obrigatórias, e podem ser realizadas pelos graduandos durante o período de integralização do curso. A relação de atividades e sua correspondência por carga horária está definida na Resolução CONSUP nº 434/2019, que aprova o Regulamento de Atividades Acadêmico Científico Culturais, que dispõe sobre o regime de atividades complementares próprias dos Cursos de Licenciatura Presencial e/ou EaD do IFRR, que estabelece a sua forma de realização, em atendimento à Resolução CNE/CP nº 02 de 2015.

De posse dos documentos comprobatórios, em qualquer tempo, o educando pode registrar as horas correspondentes junto à Coordenação de AACC, anexando os documentos comprobatórios no Ambiente AACC, disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem do curso de Licenciatura em Pedagogia EaD. A validação das atividades se dá pela análise dos documentos comprobatórios registrados no AVA, em consonância com as modalidades estabelecidas no Regulamento, devendo ser devidamente comprovadas por meio da apresentação de certificados ou declarações, relatórios, cuja veracidade é verificada.

13. ATIVIDADES DE TUTORIA

13.1. Sistema de Tutoria

O Sistema de Tutoria recebe atenção especial nas atividades da DEAD/IFRR/Campus Boa Vista, pois o papel desempenhado pelo tutor no processo de ensino e aprendizagem da educação a distância está no centro dos indicadores de qualidade do curso. A DEAD/IFRR/Campus Boa Vista, em parceria com a UAB, terá dois grupos de tutores: tutoria a distância e tutoria presencial.

13.2. Tutor a Distância

A relação entre o grupo de tutores a distância e os estudantes será mediada por tecnologias de informação e comunicação, especialmente pelas ferramentas disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem (AVA). Esses tutores trabalharão em consonância com os professores da disciplina e com os tutores presenciais e serão orientados pelas coordenações de Tutoria e de Curso.

O processo de acompanhamento da realização das atividades se dará de forma intensiva e isso requererá do tutor virtual as seguintes atribuições:

- Auxiliar na realização das atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- Interagir com os alunos sob sua supervisão;
- Consultar o professor coordenador da disciplina sobre questões referentes ao conteúdo;
- Orientar o aluno sobre com quem falar para solucionar alguma outra dificuldade que não seja de sua competência;
- Consultar a coordenação de tutoria e professor da disciplina sobre dificuldades referentes à interação com os alunos.

O sistema de tutoria virtual receberá atenção especial da Equipe de EaD da A DEAD/IFRR/Campus Boa Vista, pois considera-se que o processo de interação/interatividade constitui ponto central na proposta metodológica dos cursos de EaD do IFRR/Campus Boa Vista.

13.3. Tutor de Apoio Presencial

Os tutores presenciais serão professores selecionados pela instituição de ensino, lotados nas diversas regiões e envolvidos no projeto. Serão escolhidos por meio de um processo de seleção que levará em conta alguns critérios:

- Residir preferencialmente na região onde se desenvolve a licenciatura;
- Possuir, preferencialmente, licenciatura em Pedagogia;
- Apresentar disponibilidade para se dedicar, em tempo exclusivo, ao cumprimento das tarefas que compõem suas atividades;
- Demonstrar possuir os conhecimentos necessários às funções que desempenhará enquanto orientador acadêmico;
- Aceitar participar, como cursista, de uma capacitação em Educação Aberta e a distância – Orientação Acadêmica.

Dentre as atribuições do tutor presencial, podemos destacar:

- Dar instruções básicas de informática;
- Orientar o aluno na navegação no ambiente virtual de aprendizagem;
- Auxiliar o aluno a gravar, copiar, enviar atividades e trabalhos via internet ou correspondência para os professores;
- Auxiliar o aluno na organização da sua agenda (plano de estudos);
- Mediar ou auxiliar, sempre que necessário, a comunicação entre alunos e tutores a distância responsáveis pelas disciplinas.

O tutor presencial deve ter disponibilidade, cerca de 20 h, em dois ou três períodos semanais no Polo de Apoio Presencial, com dias e horários pré-definidos e repassados aos alunos para os “plantões de dúvidas”, grupos de estudos ou refazer aulas de laboratório. Os tutores presenciais têm como função acompanhar o desenvolvimento teórico (didático) do curso, estar presentes nas aulas práticas e nas avaliações que ocorrerem no Polo de sua competência.

Reporta-se ao orientador acadêmico para instrução e soluções de dúvidas. O caso de não conseguir sanar as dúvidas deve recorrer ao tutor a distância.

A tutoria no curso de Licenciatura em Pedagogia é um componente fundamental do sistema e tem a função de realizar a mediação entre o estudante e os recursos didáticos de curso. Trata-se de um dos elementos do processo educativo que possibilita a (re)significação da educação a distância, por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espaço da escola tradicional.

O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único. O tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas, as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão, com os professores formadores, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem no Trabalho de Conclusão de Curso.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, como se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido, necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria e prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se relaciona-se com outros estudantes para estudar, se participa de organizações ligadas à sua formação.

Além disso, o tutor deve, neste processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos dos aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela IFRR/Campus Boa Vista antes do início do curso e ao longo do curso.

Como recursos para interlocução tutor-aluno poderão ser utilizados:

- Ambiente Virtual, com recursos de fórum, chat, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
- Videoconferência;
- Vídeoaula;
- Telefone;
- E-mail.

Os encontros presenciais serão eventos que envolverão os atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas do Curso. As atividades a serem contempladas podem incluir: avaliação do desempenho discente, apresentação de palestras, aulas, pesquisas desenvolvidas, defesa de TCC, estágio, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica.

Serão realizados encontros presenciais por módulo, nos finais de semana. Além disso, em disciplinas específicas serão realizadas em aulas presenciais nos polos, sempre aos sábados. As aulas serão ministradas por professores formadores, e eventualmente, por tutores.

14. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E A EXTENSÃO

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia, na modalidade a distância, cumpre o estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais. Considerando a necessidade de promover e creditar as práticas de Extensão IFRR/Campus Boa Vista e garantir as relações multiinter e ou transdisciplinares e interprofissionais do IFRR/Campus Boa Vista e da sociedade.

Esse PPC se fundamenta no princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, previsto no art. 207 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; na concepção de currículo estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.364/96); na Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação 2014/2024 (Lei nº 13.005/2014); na Resolução nº 07 de 2018 do Conselho Nacional de Educação e na Política de Extensão do IFRR/Campus Boa Vista, de modo a reconhecer e validar as ações de Extensão institucionalizadas como integrantes da grade curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Este Curso de Licenciatura em Pedagogia garante ao discente a participação em quaisquer atividades de Extensão, respeitados os eventuais pré-requisitos especificados nas normas pertinentes. O discente deve atuar integrando a equipe no desenvolvimento das atividades, nas seguintes modalidades:

- Em projetos de Extensão, como bolsista ou não, nas atividades vinculadas;
- Em cursos, na organização e/ou como ministrantes;
- Em eventos, na organização e/ou na realização.

Estas atividades serão registradas no histórico escolar dos discentes como forma de seu reconhecimento formativo, e deve conter título, nome do coordenador, IES de vinculação, período de realização e a respectiva carga horária

15.APOIO AO DISCENTE

Ao pensar em ações de acolhimento e permanência, discorreremos sobre a Aula Inaugural, primeiro encontro presencial do curso de Pedagogia EaD do IFRR/Campus Boa Vista, onde os educandos serão recepcionados em cerimônia pela equipe gestora das atividades de ensino, de pesquisa e extensão do IFRR/Campus Boa Vista.

Neste encontro, serão apresentados aos tutores, docentes e coordenação de curso, informados sobre o cotidiano acadêmico, oportunidades, desafios e responsabilidades, além de características gerais do curso e o perfil do egresso que os qualificará profissionalmente. Receberão instruções de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), e uma pasta contendo a impressão da matriz curricular do curso com os docentes vinculados às disciplinas, e o Cronograma de Atividades das Disciplinas constando as datas de avaliações e webconferências a ocorrer no primeiro período do curso.

Após a cerimônia, serão convidados a realizar um tour pelo AVA nos Laboratórios de Informática, onde serão recepcionados pelos professores mediadores/tutores que acompanham e orientam o acesso na plataforma mediante login e senha.

Nessa oportunidade, os calouros serão conduzidos a acessar a Área do Aluno – que contém materiais instrucionais e orientadores, e a disciplina Educação Aberta e a Distância, identificando a localização dos materiais didáticos, atividades avaliativas e fórum de dúvidas. Essa iniciativa é fundamental principalmente para aqueles alunos que, mesmo recebendo via e-mail vídeo tutorial para o primeiro acesso, ainda apresentam dificuldades.

Nos dias que seguem, fase inicial delicada, os tutores ficarão atentos a qualquer demanda específica como, por exemplo: marcar atendimentos individualizados no polo e fazer contato via telefone. No decorrer do curso, apesar do aluno adquirir segurança, o atendimento e o monitoramento da assiduidade do aluno no AVA continua a ser realizado. Ao identificar a ausência de estudantes na plataforma e/ou envio de atividade, os tutores deverão intervir pontualmente (mensagens no AVA, ligações telefônica, WhatsApp) e através do diálogo com o estudante, realizar as intervenções pedagógicas necessárias.

Com foco na acessibilidade e na equidade do aprendizado dos educandos, sempre que necessário, os tutores também deverão realizar chats e webconferências, sanando dúvidas sobre conteúdos e recursos da plataforma, além de realizarem doze horas semanais de atendimento no polo de apoio presencial. Acredita-se que os feedbacks frequentes dos tutores aos estudantes possibilitarão um clima de afetividade entre ambos, tornando-os mais próximos e companheiros. Esse vínculo, permeado pela atenção e carinho (de ambas as partes) se refletirá na aprendizagem que se tornará mais prazerosa. Tais ações supracitadas resultarão em práticas exitosas e inovadoras visto que no plano afetivo o aluno se sentirá seguro em seu processo de aprendizado, dando espaço a interação e a colaboração.

No plano Institucional, o IFRR/Campus Boa Vista - polo possui uma Coordenadoria de Assistência ao Educando - CAE, setor diretamente ligado ao educando que por meio de uma Equipe Multidisciplinar promove a orientação educacional para assuntos didáticos, pedagógicos, socioeconômicos e emocionais. Tem como objetivo intervir positivamente na formação dos educandos da instituição e proporcionar-lhes ambiente e condições adequadas ao seu processo de aprendizagem; coordenar, acompanhar, e avaliar o atendimento aos educandos, bem como orientar aqueles que apresentam problemas que interferem no seu desempenho acadêmico e no cumprimento das normas disciplinares da instituição.

Adicionalmente, o IFRR/Campus Boa Vista oferece oportunidades de apoio financeiro nos quais os educandos do curso podem participar mediante aprovação em processos seletivos, tais como: estágio remunerado não obrigatório, monitoria, bem como projetos de ensino, pesquisa, extensão e/ou inovação financiados por órgãos de fomento ou pelos próprios IFRR/Campus Boa Vista.

Destaca-se, ainda, o atendimento às pessoas com deficiência ou com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, no qual o IFRR/Campus Boa Vista conta com o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE, sendo este, em parceria com o corpo docente e demais setores institucionais, os responsáveis pela garantia de acesso e permanência dos educandos com necessidades específicas no espaço educacional da IES.

Na perspectiva da educação inclusiva, o Núcleo tem desenvolvido ações em conformidade com o Decreto Federal nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado. A exemplo de atuações assistidas: gestantes; educandos acidatados; deficientes físicos; educandos com problemas de visão, audição e fala; vítimas de preconceito racial ou de orientação sexual.

Neste sentido, com o intuito de facilitar a aprendizagem do aluno que apresenta algum tipo de deficiência visual ou auditiva, o AVA do curso de Pedagogia conta com algumas ferramentas para intervenção, caso necessário: 1. Ferramenta de acessibilidade que aumenta ou diminui o tamanho e também a cor da fonte; 2. Link ao DosVox, sistema que realiza a comunicação com o deficiente visual através da síntese da voz em português ou outro idioma.

Além do exposto, durante o período de formação no curso de Pedagogia, o acadêmico que desejar realizar Estágio Não Obrigatório Remunerado será acompanhado e orientado pelo SIEC - Seção de Integração Escola Comunidade, possibilitando ao mesmo ampliar seu aprendizado, integrar-se ao mundo do trabalho, buscar oportunidade profissional para desenvolver a prática profissional nos conhecimentos construídos no decorrer do curso.

Nos planos de acessibilidade, o IFRR/Campus Boa Vista prevê nos seus regulamentos:

Acessibilidade arquitetônica – condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Acessibilidade atitudinal – refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.

Acessibilidade pedagógica – ausência de barreiras nos métodos e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente. A forma como os docentes concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional determinará, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.

Acessibilidade nas comunicações – eliminação de barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila, etc., incluindo textos em Braille, grafia ampliada, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).

Acessibilidade digital – direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de tecnologias assistivas, compreendendo equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

15.1. Atendimento a pessoas com Deficiência ou com Transtornos Globais e altas habilidades ou superdotação

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Lei nº 9.394/96), art. 59, os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais, “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender as suas necessidades”. Cabe às instituições educacionais prover os recursos necessários ao desenvolvimento dos educandos com necessidades educacionais específicas, garantindo aos mesmos o acesso, a permanência e a conclusão com êxito no processo educacional.

Conforme PDI (2019 a 2023) do IFRR, os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais analisam os laudos médicos quando apresentados e, no caso de ingresso do candidato, encaminham as providências para que os novos educandos tenham pleno acesso aos serviços pedagógicos.

O IFRR/Campus Boa Vista conta com o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), órgão responsável por assessorar e acompanhar as ações no âmbito da Educação Inclusiva, tendo as seguintes competências:

- I. Refletir e promover a cultura da inclusão no âmbito do IFRR/Campus Boa Vista por meio de projetos, assessorias e ações educacionais, contribuindo para as políticas e ações inclusivas nas esferas municipal, estadual e federal;
- II. Implantar e implementar políticas de acesso, permanência e conclusão do processo educacional com êxito, respeitando as especificidades do educando, em articulação com os poderes públicos e sociedade civil;
- III. Assegurar ao educando com necessidades especiais o espaço de participação, de modo que, em seu percurso formativo, adquira conhecimentos e também valores sociais consistentes que o levem a atuar na sociedade de forma autônoma e crítica;
- IV. Propiciar o envolvimento da família do educando com necessidades especiais nas ações inclusivas, visando sua participação no processo educacional e inserção do educando no mundo do trabalho;
- V. Zelar para que, na elaboração de documentos institucionais, seja contemplada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no ensino regular;
- VI. Promover eventos que envolvam a sensibilização e capacitação da comunidade escolar e sociedade civil;
- VII. Captar e gerir os recursos financeiros disponibilizados pelo poder público e iniciativa privada, definindo prioridades de ações e aquisição de equipamentos, softwares, materiais didático-pedagógicos e materiais para a Sala de Recursos Multifuncionais;
- VIII. Sugerir a contratação de profissionais especializados para atuarem junto aos educandos com necessidades especiais, possibilitando a estruturação dos Núcleos de Acessibilidade;
- IX. Fazer cumprir a organização curricular diferenciada, bem como a adequação de métodos, técnicas, recursos educativos e demais especificidades pedagógicas que se fizerem necessárias;
- X. Incentivar projetos de pesquisa e projetos de extensão na área da Educação Inclusiva.

Parágrafo único: Entende-se por Núcleo de Acessibilidade aquele composto por profissionais, não necessariamente que compõem o NAPNE, que auxiliarão diretamente os educandos com necessidades especiais.

Assim, objetiva-se garantir o que determina a legislação em vigor - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96), Decreto 7.611/2011, Resolução nº 04/2009 e Decreto nº 5.626/2005, as quais devem ser observadas por todos os envolvidos no processo educativo.

Os educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação que ingressarem no Curso de Licenciatura em Pedagogia poderão ser acompanhados pelo NAPNE, com apoio dos setores de Assistência ao Educando e Pedagógico, docentes, familiares e demais integrantes da comunidade escolar, que fará uma primeira avaliação dos mesmos, encaminhando-os se necessário a profissionais da área da saúde, bem como, acompanhando-os em seu processo educativo, a fim de garantir a permanência e a conclusão do curso com êxito, dentro de suas possibilidades, auxiliar sua inserção no mercado de trabalho e, sobretudo, assegurar o cumprimento da legislação nacional e das Políticas de Inclusão do IFRR/Campus Boa Vista.

16. TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TDICs

16.1. Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC's no processo ensino aprendizagem

São recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas, com destaque para aquelas disponíveis no próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), Moodle.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) constituem boa parte da vida acadêmica dos educandos do curso de Licenciatura em Pedagogia EaD do IFRR/Campus Boa Vista, uma vez que o oferecimento de cursos na modalidade a distância só é possível devido ao uso e evolução das TIC's.

Neste sentido, as TIC's estarão presentes no dia a dia do nosso aluno, desde o acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem - nossa sala de aula virtual, ao início de uma disciplina, até as avaliações presenciais, ao término de cada disciplina, que comumente são utilizadas salas de aula com recursos multimídias ou laboratórios de informática.

O AVA do curso de Pedagogia se define para além de simples repositório de textos, imagens e vídeos. Dentro dos princípios da aprendizagem *e-Learning* é configurado para garantir aos usuários do curso uma diversidade de ferramentas síncronas e assíncronas que oportunizam novas competências, habilidades, formas de ser e fazer educando e docente, facilitando o processo de ensino aprendizagem, além de torná-lo mais prazeroso. O presente Projeto Pedagógico do Curso prima pelo uso de ferramentas como enquete, webconferência, mensagem, glossário, tarefa, questionário, fórum, chat e wiki.

Para cumprir os objetivos mínimos previstos considera-se necessário que o AVA contenha recursos mínimos de atividades e que os docentes as utilizem diversificadamente, tais como aquelas presentes no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle, que é o AVA escolhido para a oferta do curso. Destacam-se, dentre outros:

a) **Enquete:** é o instrumento utilizado para coletar opiniões acerca de um assunto referente a disciplina, módulo, tema etc. O professor pode fazer uso desse recurso para, por exemplo, saber qual o melhor dia e horário para a realização de um chat, uma pesquisa de campo, um trabalho presencial, entre outros.

b) **Webconferência:** é um recurso tecnológico que possibilita conectar professores, professores mediadores/tutores e educandos por meio da internet, para a realização de eventos e/ou aula online. A comunicação é feita por áudio e vídeo, em tempo real e com a possibilidade do uso de textos e arquivos.

c) **Diálogo/Mensagem:** ferramenta que permite a troca de mensagens entre dois participantes (docente-educando/educando-educando). Desde que a atividade tenha sido criada, qualquer participante pode iniciar um diálogo, convidando alguém para uma conversa assíncrona.

d) **Glossário:** dicionário que pode ser utilizado para escrever alguns termos relacionados com um determinado assunto. Uma das suas funcionalidades mais importantes é a possibilidade de realçar termos existentes no glossário ao aparecerem num recurso ou atividade da página (hiperlinks).

e) **Tarefa:** permite ao docente agendar /propor a realização de tarefas que envolvam a elaboração de algum produto em formato digital a ser submetido na plataforma em prazo definido. As tarefas mais comuns neste tipo de atividade incluem artigos, ensaios, projetos e relatórios. O docente dispõe de um campo para comentar cada trabalho.

f) **Questionário:** permite ao docente criar testes objetivos com diferentes tipos de perguntas (múltipla escolha; verdadeiro/falso; respostas curtas). Os questionários e as perguntas ficam registados na base de dados para reutilização em diferentes cursos e contextos. Na construção de um questionário, o professor pode fazer algumas escolhas, como mostrar ou não os resultados no final do questionário.

g) **Fórum:** forma de interação e comunicação assíncrona fundamental em ambiente de aprendizagem a distância. É nos fóruns que tem lugar o debate, a partilha de ideias e o esclarecimento de dúvidas. Um fórum pode ser configurado para que os educandos sejam automaticamente inscritos na discussão, o que significa que receberão cada mensagem colocada no fórum na sua caixa de e-mail.

h) **Chat:** chat ou conversa síncrona permite aos participantes discutir um tema ou afinar estratégias a distância mas em tempo real. A atividade de Chat pode ser agendada e associada apenas a determinada sessão com objetivos definidos ou constituir um espaço aberto,

informal, sempre disponível. Um aspecto importante para o docente é a possibilidade de manter em arquivo o conteúdo das conversas realizadas.

i) **Wiki:** página web que pode ser editada colaborativamente, ou seja, qualquer participante pode inserir, editar, apagar textos. Oferece suporte a processos de aprendizagem colaborativa. As versões antigas são arquivadas e podem ser recuperadas a qualquer momento.

No planejamento das disciplinas deve-se priorizar a diversificação de ferramentas avaliativas, e, sobretudo, conscientizar os professores para a importância da utilização de ferramentas interativas e colaborativas de aprendizagem, com destaque para wiki. Os professores deverão ser capacitados para o uso da ferramenta, garantindo que sua utilização promova o máximo de comunicação, troca de ideias e partilha de conhecimento entre os educandos.

Outro destaque é para a utilização da ferramenta fórum, que não deverá se restringir à atividades avaliativas - a exemplo os fóruns de discussão, mas também deverá ser amplamente utilizada para promover e facilitar a comunicação e interatividade entre docentes, discentes e tutores.

Alguns exemplos a seguir: Fórum de Comunicação Tutores x Professor (disposto na aba Apresentação da disciplina), Fórum de Dúvidas Semanal (disposto na aba semanal da disciplina), Fórum de Dúvidas da Área do Estágio Supervisionado (canal de comunicação tutores e discentes), Fórum de Dúvidas da Área de AACC (canal de comunicação tutores e discentes); além do Fórum de Atividades Complementares, utilizado para envio de oportunidades de AACC aos estudantes, com cópia das mensagens enviadas para o e-mail do usuário.

Ademais, as TICs encontram-se disponibilizadas nos ambientes de apoio presencial nos polos. Neste contexto, os educandos poderão fazer uso da estrutura (laboratórios de informática, biblioteca, acesso à internet, servidores e conta de e-mail institucional) e de serviços que possibilitam a utilização de TICs no processo ensino e aprendizagem, permitindo e facilitando a execução deste projeto pedagógico do curso.

A GTIC - Gerência de Tecnologia da Informação e Comunicação - é responsável nos polos pelo aprimoramento e manutenção dos serviços de TI. Como ferramenta de comunicação e objetivando eficiência na disponibilização dos recursos, a GTIC utiliza a ferramenta GLPI, que consiste em uma aplicação de gestão desenvolvida para atender às necessidades de Gestores de TI no gerenciamento de chamados de Helpdesk. O sistema acadêmico Webgiz é utilizado pela secretaria acadêmica, discentes e docentes, local onde se registram notas, planos de ensino, geram-se relatórios, entre outros.

16.2. Mecanismos de interação e tutoria

Não basta garantir as estruturas tecnológicas de TIC, ao contrário, elas devem ser efetivas na comunicação dos envolvidos. Portanto, para além da descrição do AVA, importa descrever os mecanismos de atendimento ao público e as estratégias utilizadas para motivar educandos, professores mediadores/tutores e docentes a promoverem ensino-aprendizagens colaborativas no AVA.

Uma estratégia refere-se a oferta de uma disciplina específica de Ambientação, com o título de *Educação Aberta e a Distância*, que vai além do ensino das condições de acesso e introdução ao Moodle e trabalha na produção do Plano de Estudos dos educandos.

Além disso, busca-se introduzir novas formas de interação capazes de realizar um acompanhamento efetivo dos educandos, evitando sua evasão. Para tanto, os professores mediadores/tutores são essenciais, pois tem o mérito de estabelecerem uma comunicação permanente e continuada em diferentes espaços geográficos e tempos, de modo a possibilitar ao educando a aquisição de conhecimentos e habilidades, bem como desenvolver a sociabilidade, por meio de atividades da comunicação, interação e troca de experiências.

O professor mediador/tutor, no exercício da função auxiliar docente participa ativamente da prática pedagógica. Trata-se de um profissional que deverá ser graduado na área do curso e selecionado pelo campus proponente, no mínimo em número de seis (6) por turma, ou seja, dois (2) para cada polo de apoio presencial e com carga horária de trabalho semanal de 20 horas.

Os professores mediadores/tutores serão responsáveis pela mediação do processo pedagógico com educandos geograficamente distantes ou presentes nos polos de apoio presencial. São atribuições do professor mediador/tutor, a saber: esclarecer dúvidas; promover espaços de construção coletiva de conhecimentos; selecionar material de apoio e sustentar teoricamente os conteúdos; assistir ou auxiliar o docente nos processos avaliativos de ensino e aprendizagem.

Os professores mediadores/tutores deverão também ser devidamente capacitados para utilização das TIC's, atuando por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem, preferencialmente na sede do campus proponente e seus polos.

16.3. Papel do Docente e do Professor Mediador/Tutor

São atribuições para professores mediadores/tutores e docentes do curso:

Professor Mediador/Tutor:

- Cumprir carga horária junto ao polo de apoio presencial e AVA estabelecida pela Coordenação de Curso e Coordenação de Plataforma e Tutoria;
- Registrar frequência via ponto eletrônico de acordo com a carga horária presencial estabelecida pela Coordenação de Curso e

Coordenação de Plataforma e Tutoria;

- Garantir acesso regular ao AVA durante o período do contrato;
- Atentar para as informações contidas no Guia da Disciplina, informando à Coordenação de Plataforma e Tutoria quanto a possíveis divergências entre o Guia e as atividades postadas no AVA;
- Garantir que a comunicação com os docentes e educandos seja realizada preferencialmente via AVA, com retorno de no máximo 24 horas;
- Manter contato constante com os educandos, motivando-os continuamente para o estudo;
- Orientar e supervisionar trabalhos dos educandos, ajudando-os a adquirir autonomia;
- Esclarecer dúvidas sobre o conteúdo e atividades propostas pelas disciplinas;
- Assistir às webconferências realizadas pelos docentes;
- Corrigir atividades online, mediante gabarito elaborado pelo docente, em até 1 (uma) semana após o encerramento da atividade;
- Participar e corrigir fóruns avaliativos online, mediante orientações do docente, em até 1 (uma) semana após o encerramento da atividade;
- Proporcionar feedback das atividades e avaliações realizadas;
- Organizar relatórios da participação do educando no AVA, conforme critérios previamente definidos;
- Garantir, com antecedência, a reprodução das avaliações presenciais a serem aplicadas;
- Aplicar e corrigir as avaliações presenciais, mediante gabarito elaborado pelo docente, em até 10 (dez) dias após a aplicação;
- Lançar notas no AVA;
- Instruir os educandos sobre regulamentos e procedimentos do Curso como prazos de matrícula, rematrícula, dispensa de disciplinas, solicitação de dependências, apresentação de atestados e quaisquer outras atividades inerentes ao curso;
- Apresentar os interesses dos educandos junto à Coordenação;
- Participar do processo de matrícula de ingressantes quando requisitado pela Coordenação de Plataforma e Tutoria;
- Realizar a conferência das notas lançadas no AVA e no Sistema Acadêmico (Webgiz) após o término da disciplina, quando requisitado pela Coordenação de Plataforma e Tutoria;
- Participar das Reuniões Pedagógicas e Capacitações quando requisitado pela Coordenação de Plataforma e Tutoria.

Docente:

- Garantir acesso regular ao AVA durante o período da disciplina;
- Garantir que a comunicação com os professores mediadores/tutores e educandos seja realizada preferencialmente via AVA, com retorno de no máximo 24 horas;
- Alimentar semanalmente o AVA com todas as informações necessárias para o bom andamento da disciplina;
- Elaborar/selecionar o material didático da disciplina a ser postado no AVA;
- Elaborar o Guia da Disciplina a ser postado no AVA, seguindo normas estabelecidas pela coordenação de curso;
- Elaborar um vídeo de apresentação do professor e da disciplina, com esclarecimentos e orientações sobre os encontros presenciais, divisão da carga horária, formas de avaliação da aprendizagem, unidades trabalhadas, dentre outros;
- Elaborar vídeos semanais, de preferência de sua autoria, sobre os assuntos pertinentes à disciplina;
- Orientar os professores mediadores/tutores quanto as correções de todas as atividades propostas, enviando aos mesmos o gabarito de correção até no máximo a data do encerramento da atividade;
- Participar ativamente do Fórum de Dúvidas da disciplina;
- Elaborar as avaliações presenciais (individual e em grupo), bem como o gabarito de correção;
- Elaborar as avaliações presenciais adaptadas para os educandos de inclusão, seguindo recomendações do NAPNE, bem como o gabarito de correção;
- Encaminhar as avaliações aos coordenadores de polo com 30 (trinta) dias de antecedência à sua aplicação;
- Elaborar avaliações presenciais (individual e em grupo) para aqueles educandos que tiveram o requerimento de Segunda Oportunidade deferido, bem como o gabarito de correção;
- Elaborar a avaliação presencial de Exame Final, bem como o gabarito de correção;
- Organizar e participar de pelo menos 1 (uma) webconferência antes da avaliação presencial;
- Lançar notas no WebGiz em até 10 (dez) dias após o encerramento da disciplina;
- Participar das Reuniões Pedagógicas e Capacitações quando requisitado pela Coordenação de Curso.

16.4. O Coordenador de Plataforma e Tutoria

O curso de Licenciatura em Pedagogia contará com uma Coordenação de Plataforma e Tutoria, que atuará com a Coordenação de Curso e Administrador da Plataforma.

Quanto à tutoria, este profissional norteará o trabalho dos professores mediadores/tutores, e nesse contexto, as atribuições e rotinas desempenhadas por eles no exercício de suas funções. Mantém o elo entre os professores mediadores/tutores e docentes para que as práticas pedagógicas elaboradas sejam executadas na forma planejada.

Quanto à plataforma, este profissional verificará a alimentação do AVA pelo Designer Instrucional, mediante envio dos materiais elaborados pelos docentes, de forma a garantir o bom funcionamento da plataforma bem como o cumprimento do estabelecido nos Guias das disciplinas.

16.5. Professor Assistente

Se tratando de formação de professores em cursos EaD, educadores renomados destacam a necessidade de um perfil diferenciado do docente, considerando a especificidade dessa modalidade de ensino. Enquanto espaço diferenciado, o EaD se utiliza de tempos, métodos e espaços diferentes que a modalidade presencial, o que requer dos docentes que atuam nestes cursos uma formação específica e o entendimento que não há como realizar apenas uma transposição do curso presencial utilizando-se das tecnologias da informação e comunicação (TICs).

Esta demanda reforça a necessidade do curso de Licenciatura em Pedagogia EaD contar com o acompanhamento de um profissional capacitado, com experiência administrativa e docente nesta modalidade, que designado como Docente Assistente, terá a atribuição de auxiliar os docentes titulares nas etapas de planejamento e condução das disciplinas, incluindo:

- a) Apoio técnico junto ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e seus recursos, priorizando as necessidades particulares do processo de ensino e aprendizagem em EaD;
- b) Definição de estratégias pedagógicas adequadas às diferentes tecnologias utilizadas, incluindo a escolha dos métodos e meios instrucionais estruturados para produção de um aprendizado efetivo;
- c) Integração adequada das tecnologias da informação e comunicação para aprendizagens significativas, de modo a aproveitá-las de forma competente e ativa; se pautar não apenas no conteúdo curricular do curso, mas também em decisões sobre o suporte ao aluno, acesso e escolha dos meios de aprendizagem;
- d) Estímulo à atuação docente produtora, conselheira e parceira, à medida que elabora as propostas do curso, acompanha os alunos e constrói, junto aos especialistas em tecnologia, abordagens inovadoras de aprendizagem.

16.6 A Equipe Multidisciplinar

A Equipe Multidisciplinar do curso de Licenciatura em Pedagogia EaD do IFRR/Campus Boa Vista foi instituída com o intuito de se adequar ao novo Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância, publicado pelo INEP/MEC.

Composta por profissionais de várias áreas, esta equipe tem a ciência que seu papel junto ao curso de Licenciatura em Pedagogia, modalidade a distância é atuar com responsabilidade quanto a concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e recursos educacionais para EaD.

16.7. Os encontros presenciais obrigatórios

Haverá encontro presencial obrigatório por disciplina, realizado ao sábado, e este ocorrerá de acordo com cronograma semestral do curso. A finalidade deste encontro é proporcionar um momento de atividades avaliativas que correspondam a uma avaliação coletiva e uma avaliação individual, a serem aplicadas pelo professor mediador/tutor.

17. DOS COLEGIADOS

17.1. Núcleo Docente Estruturante – NDE

De uma maneira geral, os estudos e deliberações sobre o curso serão desempenhados pelo colegiado do curso, composto pelos docentes e representantes discentes. Todavia, um grupo mais restrito de docentes, que exerçam liderança acadêmica, percebida na produção de conhecimentos, no desenvolvimento das atividades de ensino, nas ações administrativas do campus e que atuem no curso farão parte do Núcleo Docente Estruturante (NDE) (BRASIL, 2010).

O NDE deve contribuir para a consolidação do perfil do egresso, zelar pela integração curricular interdisciplinar e com atividades de pesquisa e extensão, incentivar o desenvolvimento de pesquisa e extensão a partir de demandas inerentes ao processo formativo, as necessidades de mercado e as políticas públicas em áreas de conhecimento do curso, além de zelar pelo cumprimento das diretrizes curriculares nacionais e consolidação do projeto pedagógico do curso (BRASIL, 2010).

Inicialmente o NDE será formado por 05 (cinco) docentes atuantes na primeira fase do curso, em regime integral, e 01 (um) pedagogo. A partir do segundo semestre, o Colegiado do Curso será o responsável pela eleição dos representantes do NDE (docentes, discentes e pedagogos), seguindo as orientações legais.

O NDE é um órgão consultivo responsável pela concepção e consolidação do Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC) de Graduação e tem por finalidade a atualização e revitalização dos mesmos. São atribuições do NDE:

- I - Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II - Colaborar com a atualização periódica do PPC;
- III - Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação nos Colegiados dos respectivos Cursos, sempre que necessário;
- IV - Contribuir para a análise e avaliação do PPC, das ementas, dos conteúdos programáticos e dos planos de ensino dos componentes curriculares;

V - Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de graduação;

VI - Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

VII - Auxiliar o acompanhamento das atividades do corpo docente;

VIII - Analisar e propor ações a partir dos resultados das avaliações institucionais, entre outras ações.

17.2. COLEGIADO DE CURSO

O Colegiado de Curso Superior é um órgão normativo e consultivo de cada curso que tem por finalidades acompanhar as implementações dos projetos pedagógicos, avaliar alterações dos currículos, discutir temas ligados ao curso, planejar e avaliar as atividades acadêmicas do curso, observando-se as políticas e normas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), bem como as demais legislações aplicáveis.

O Colegiado de Curso é constituído pelo Coordenador do Curso. Na condição de Presidente; por 03 (três) membros docentes vinculados ao Curso, em exercício efetivo; por 01 (um) representante do corpo discente do curso; por 01 (um) pedagogo, preferencialmente o Coordenador Pedagógico que acompanha o Curso.

A Resolução nº 147-CONSUP/IFRR, de 18 de fevereiro de 2014 define como atribuições do Colegiado de Curso:

- I. Analisar e deliberar propostas de alteração do Projeto Pedagógico do Curso;
- II. Acompanhar o processo de reestruturação curricular;
- III. Propor e/ou validar a realização de atividades complementares do Curso;
- IV. Acompanhar os processos de avaliação do Curso;
- V. Acompanhar os trabalhos e dar suporte ao Núcleo Docente Estruturante;
- VI. Acompanhar o cumprimento de suas decisões;
- VII. Propor alterações no Regulamento do Colegiado do Curso;
- VIII. Analisar e decidir sobre pedidos de transferências de discentes quando a coordenação não se achar apta a dar o parecer;
- IX. Analisar e decidir sobre pedidos de reingresso de discentes quando a coordenação não se achar apta a dar o parecer.

18. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

18.1. Sistema de Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem

Luckesi (1999) enfatiza que a avaliação deve ser compreendida como um processo contínuo, sistemático de acompanhamento e julgamento dos resultados do ensino e aprendizagem, contemplando as modalidades de Avaliação Diagnóstica, Avaliação Formativa e Avaliação Somativa.

A partir dessa fundamentação, o NDE definiu a avaliação da aprendizagem no curso de Pedagogia de forma processual com caráter diagnóstico e formativo, envolvendo docentes, professores mediadores/tutores e educandos. Para atender esse processo avaliativo, a avaliação prioriza diversos instrumentos que buscam contemplar os limites definidos em normas internas e externas ao IFRR, estando em conformidade com o Decreto 9.057/2017 que regulamenta o Art. 80 da LDBEN nº 9394/96.

Quanto aos critérios de promoção ao discente, estes estão regulamentados pela Organização Didática do IFRR e seguirão a regulamentação institucional em vigor.

No curso de Licenciatura em Pedagogia, modalidade EaD, do IFRR/Campus Boa Vista a avaliação do desempenho do educando para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas ou certificados dar-se-á no processo, mediante:

- I. Cumprimento das atividades programadas nos Polos de Apoio Presencial e Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- II. realização de exames presenciais.
- III. Mais de 50% (cinquenta por cento) da nota semestral dos componentes curriculares devem ser distribuídas em duas atividades avaliativas presenciais, em um mesmo dia, sendo uma atividade coletiva de consulta e pesquisa e outra avaliação individual.
- IV. O educando terá direito a avaliação presencial em primeira chamada e uma segunda oportunidade.
- V. O educando terá direito ao Exame Final presencial, em caráter individual.

Ao acadêmico será permitido requerer ao Polo de Apoio Presencial uma segunda oportunidade de avaliação, até 07 (sete) dias úteis após cessado o impedimento, quando por motivo justificável não tenha comparecido a primeira oportunidade.

Não haverá nova oportunidade para realização de nova avaliação no caso de perda da segunda oportunidade. A justificativa de falta somente será efetivada com a entrega do documento que comprove a ocorrência do fato na secretaria do polo, no prazo de 07 (sete) dias úteis, contados a partir da data de aplicação da avaliação.

É importante mencionar que a avaliação dos acadêmicos com necessidades específicas será acompanhada pelo NAPNE e equipe multidisciplinar do campus, que direcionará as ações de inclusão no processo educacional. A exemplo, são realizadas adaptações de avaliações, ampliação de tempo para realização de atividades no AVA, aplicação individualizada de avaliações presenciais individuais, bem como acompanhamento individualizado de tutores no polo de apoio presencial. Assim, evidencia-se o olhar cuidadoso da gestão e dos docentes (conteudistas e tutores) para promover a inclusão no curso.

18.2. Verificação do Rendimento Escolar e da Aprovação

De acordo com o aproveitamento dos educandos em cada disciplina do curso, será considerado:

I - **APROVADO**, o educando que obtiver média igual ou superior a 70 (setenta) pontos.

II - Terá direito ao **EXAME FINAL** da disciplina o educando que obtiver Média da Disciplina (MD) igual ou superior a 40 e inferior a 70. Após o exame final, será considerado aprovado o educando que obtiver nota final (NF) maior ou igual a 70. A média final da disciplina após o exame final será calculada de acordo com a seguinte fórmula.

$$NF = \frac{MD + 2 \times EF}{3}$$

3

A nota final (NF) corresponderá à média ponderada do valor de sua média da disciplina (MD), peso 1, mais o valor do exame final (EF), peso 2, sendo essa soma dividida por 3.

A avaliação de exame final será presencial, em caráter individual e poderá abordar todo o conteúdo contemplado na disciplina. O exame final terá o valor de 100 pontos no AVA.

III - **REPROVADO**, o educando em que a nota final for inferior a 70 (setenta) pontos.

18.3. Avaliação da Aprendizagem de Forma Presencial

As **avaliações presenciais** deverão ocorrer no sábado de acordo com o cronograma de cada disciplina. Utilizar-se-á, pelo menos, dois instrumentos de avaliação que contemplem duas ou mais formas de avaliação, sendo:

1. **Avaliação em Grupo** (20% da nota total da disciplina): a ser realizada no primeiro momento do encontro presencial. Deverá ser aplicada uma avaliação de caráter formativo objetivando aferir a aprendizagem do estudante durante a realização do trabalho proposto em aula, bem como uma avaliação comparativa, a ser utilizada para averiguar se os discentes se apropriaram do conteúdo em estudo. Tais atividades avaliativas deverão privilegiar o protagonismo discente com vistas ao pleno desenvolvimento das competências e habilidades necessárias à sua futura atuação docente e pedagógica de modo mais abrangente.

Ao término de cada atividade o tutor deverá apresentar um feedback com os apontamentos relacionados à aprendizagem do grupo como um todo e a cada discente especificamente. Posteriormente, esta ação deverá ser registrada no AVA. As ações concernentes à avaliação em grupo serão acompanhadas também pela coordenação de tutoria, com vistas a potencializar a aprendizagem construída na interação que ocorre no encontro presencial, e que é aportada nos conhecimentos construídos no decorrer de cada disciplina. Trata-se de um momento de aprendizagem também para a equipe de tutoria que pode, além de participar deste processo aplicando as avaliações, aprender com seus pares.

2. **Avaliação Individual** (40% da nota total da disciplina): esta deverá conter obrigatoriamente questões dissertativas e objetivas. Trata-se de uma avaliação somativa, com caráter quantitativo na qual seu objetivo é coletar dados que permitam ao docente/tutor avaliar quantos e quais conteúdos foram aprendidos de modo geral ao término da disciplina por meio do registro escrito. Esta atividade também deverá contemplar a avaliação da capacidade de desempenho em um nível prescrito deste estudante, por assim ser, promoverá a proficiência das habilidades relacionadas à escrita acadêmica. Os feedbacks desta avaliação deverão ser realizados individualmente e postados na plataforma com a descrição e explicação de cada item avaliado, o que permitirá abordagem da avaliação mediadora, que dialoga com o processo da construção do conhecimento.

18.4. Avaliação da Aprendizagem pelo AVA

As **avaliações realizadas no AVA** correspondem a quarenta por cento (40%) do valor total da nota da disciplina, sendo trinta e cinco por cento (35%) para as atividades *online* e cinco por cento (5%) para uma autoavaliação (do educando, da disciplina, do professor, do tutor, das atividades avaliativas).

No planejamento das atividades online explorar-se-á ao máximo os diferentes recursos disponíveis no AVA (Fórum, V ou F, Múltipla Escolha, Tarefa, Palavra Cruzada, Wiki), bem como solicitará trabalhos, fichas de observações, relatórios dentre outros. Entende-se que a utilização repetida e exclusiva de um mesmo tipo de instrumento não permite ver o indivíduo sob todos os ângulos, induzindo a erros graves. Neste sentido, a diversificação de atividades avaliativas não prejudica aqueles alunos que desenvolvem melhor

competências ligadas a determinados tipos de instrumentos, que poderiam não ser contemplados pelo docente.

A dosagem na utilização e diversificação de técnicas e instrumentos de avaliação será constantemente aprimorada pela equipe pedagógica que compreende não apenas o professor responsável pelo conteúdo, mas principalmente a equipe de tutoria que acompanha presencialmente e também virtualmente cada discente. Os feedbacks destas atividades serão postados individualmente no AVA pela equipe de tutoria, com a identificação e explicação dos itens avaliados (aprender com os erros), o que permitirá abordagem da avaliação mediadora, que dialoga com o processo da construção do conhecimento.

18.5. Sistema de Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

A avaliação do Projeto Pedagógico do Curso será realizada pelo Coordenador juntamente com o Colegiado de Curso e com Núcleo Docente Estruturante - NDE, e estes órgãos colegiados deverão organizar espaços de discussão e acompanhamento do processo didático-pedagógico do curso, por meio de reuniões e levantamentos semestrais que permitirão observar, além da produção dos docentes, o investimento realizado no sentido da socialização de pesquisas em diferentes espaços da comunidade e o desempenho dos educandos.

Além da atuação do Colegiado de Curso, no qual existe a representação discente, e do NDE, conta-se, ainda, com a Avaliação Institucional que tem como objetivo geral promover a qualidade da oferta dos cursos do IFRR/Campus Boa Vista, sendo constituída pela autoavaliação, sob responsabilidade da Comissão Permanente de Avaliação – CPA. Essa comissão é composta por representantes da comunidade externa ao Instituto, do corpo técnico-administrativo, e por representantes educandos e docentes.

Para avaliação, adota método participativo da comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa, utilizando-se diferentes instrumentos, como o uso de questionários validados previamente e, também, por meio de reuniões pedagógicas com educandos e docentes, e avalia as seguintes dimensões: projeto pedagógico do curso (condições de oferta do curso), estrutura física, corpo docente e educando, corpo técnico administrativo.

As avaliações são realizadas por toda a comunidade acadêmica e ocorrem no início de cada semestre, sempre referente ao semestre anterior cursado. Decorrido o processo de avaliação, os resultados são tabulados e analisados estatística e qualitativamente pelos membros da CPA para divulgação e propostas de melhoria.

Além da autoavaliação institucional conduzida pela CPA, ocorre também, periodicamente, a avaliação externa do curso instituída pela Lei nº 10.861/2004, que institui o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sistema e-MEC). Essa avaliação externa é constituída por uma análise *in loco* realizada por especialistas da área, que se utilizam de um Instrumento de Avaliação dos Cursos Superiores.

Outra forma de avaliação corresponde ao ENADE (Exame Nacional de Desempenho do Educando), que permite o reconhecimento ou recredenciamento do curso avaliado. Esse instrumento avalia o desempenho dos educandos do Ensino Superior por meio da aplicação de um exame de conhecimentos adquiridos, e integra o Sistema Nacional de Avaliação do Curso Superior (SINAES).

Tem como objetivo acompanhar o processo de aprendizagem e o rendimento dos educandos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, às habilidades e competências desenvolvidas.

De acordo com a Lei nº 10.861/2004, Art. 5º, § 5º: o ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação. Por isso, os educandos selecionados pelo INEP para participarem do ENADE deverão comparecer e realizar, obrigatoriamente, o Exame, como condição indispensável para sua colação de grau e emissão de histórico escolar. São avaliados pelo Exame todos os educandos do primeiro ano do curso, como Ingressantes, e do último ano do curso, como Concluintes.

Ingressantes são todos aqueles que, até uma determinada data estipulada a cada ano pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tiverem concluído entre 7% e 22% da carga horária mínima do currículo do curso. Já, os concluintes são todos os educandos que integralizaram pelo menos 80% da carga horária mínima do currículo do respectivo curso, até uma determinada data estipulada pelo INEP a cada ano, ou ainda, os que tenham condições acadêmicas de conclusão do curso durante o referido ano letivo.

A partir dos resultados oriundos do conjunto de avaliações exposto acima, são implantadas, no âmbito do curso, ações acadêmico-administrativas que objetivam tanto o aperfeiçoamento da formação educando como o incremento da estrutura institucional.

Os resultados dessas avaliações são divulgados a toda a comunidade acadêmica por meio de reuniões, endereços eletrônicos das IES e confecção de documentos informativos. Tais resultados exibem as informações coletadas ao longo do processo avaliativo, assim como as ações planejadas e propostas para melhoria das condições de oferta do curso e das demais dimensões avaliadas, sendo uma ferramenta importante para identificar forças e fragilidades.

A partir das informações disponibilizadas, os diferentes setores e atores envolvidos passam a traçar propostas juntamente ao NDE, objetivando a correção de rumos que assegurem a melhoria na qualidade do processo ensino e aprendizagem.

18.6. Avaliação Inclusiva

O fazer docente se objetiva na relação ensino-aprendizagem que permeia a relação docente-educando, constituindo a base de qualquer instituição escolar. É preciso enfatizar que tal fazer não se concretiza em um grau maior de importância, é um fazer que parte de uma concepção de relação horizontal com os educandos não podendo haver uma valorização maior tanto de um como de outro.

Dentre as ações que compõem o fazer docente encontra-se a avaliação, com o objetivo de refletir sobre o processo ensino-aprendizagem. O importante, porém, mais do que o instrumento em si, é o referencial teórico que direciona o fazer docente e esclarece a intencionalidade com que esse instrumento é utilizado. Na avaliação classificatória o resultado é tido como verdadeiro e imutável. Assim, o papel político pedagógico da nota legitima o fracasso devido ao caráter de terminalidade da prova, o que dificulta a superação e o crescimento, estereotipando o educando.

A avaliação em uma perspectiva inclusiva e democrática deve considerar a aprendizagem não a partir dos mínimos possíveis, mas sim, a partir dos mínimos necessários, possibilitando o acompanhamento do desenvolvimento do processo ensino aprendizagem, propiciando reflexão tanto da eficácia do fazer docente diante da especificidade deste educando, quanto do progresso no desempenho deste educando.

Para Luckesi (2004), o ato de avaliar a aprendizagem implica em acompanhamento e reorientação permanente da aprendizagem. Ela se realiza através de um ato rigoroso e diagnóstico, tendo em vista a obtenção dos melhores resultados possíveis, frente aos objetivos que se pretendem alcançar.

Como expõe Luckesi (2004), avaliar, na perspectiva inclusiva, significa subsidiar a construção do melhor resultado possível e não pura e simplesmente aprovar ou reprovar algo. A realização de avaliação diagnóstica é extremamente pertinente à realidade do ensino técnico/tecnológico para identificação dos conhecimentos, experiências e saberes resultantes da trajetória pessoal e de vida. Essa avaliação permite também a identificação de insuficiências formativas. Sua utilização pode orientar o educando na complementação e/ou prosseguimento dos estudos e no exercício profissional.

Para se realizar uma avaliação inclusiva faz-se necessário considerar alguns pressupostos, entre eles:

- Disponibilidade do docente em fazer da avaliação mais um momento de aprendizagem;
- Estabelecimento de um ambiente de confiança;
- Esclarecimento aos educandos do que se espera da avaliação;
- Previsão de tempo adequado para resolução das atividades avaliativas; Atribuição de valores às questões, conforme a singularidade das necessidades especiais;
- Consideração do processo de resolução, do raciocínio;
- Utilização de enunciados sucintos, elaborados com objetividade e clareza, com apoio de figuras que auxiliem na interpretação da questão, quando a deficiência for intelectual;
- Adequação do ambiente e dos instrumentos necessários para realização da atividade avaliativa, quando a deficiência for física ou sensorial;
- Comunicação dos resultados o mais rápido possível objetivando discriminar as necessidades o quanto antes;
- Valorização das habilidades em detrimento das limitações.

Ressalta-se que o processo de avaliação dependerá de conhecimento sobre especificidade de cada caso, considerando a trajetória do sujeito para promover, o melhor possível, o seu desenvolvimento integral. Os objetivos não atingidos pelos educandos deverão ser retomados em sala de aula. Deve-se considerar que também, na perspectiva inclusiva, os resultados advindos da utilização de instrumentos avaliativos, são provisórios e não definitivos. O que o educando demonstrou não conhecer em um momento, poderá vir a conhecer em outro, superando, inclusive, o determinismo de um prognóstico preestabelecido.

19. EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES – ENADE

Para a EaD, a análise de importância se engendrou e foi balizada, primeiramente, por conceito de forma de aprendizado e de conhecimentos com flexibilidade de tempo e/ou espaço, onde os métodos podem ser livres para alcançar a eficiência das formações, de acordo com a legislação pertinente.

Nessa perspectiva, observa-se a indicação da importância que tal aferição feita por meio de instrumentos de avaliação do Inep, ao abranger diferentes métodos coerentes com a proposta de ensino, desprezando a visão totalizante introduzida pelos Referenciais de maior qualidade devido a não incluírem a diversidade.

Dessa forma, a busca pela maior qualidade por trabalho institucional encontrada nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019 - 2023) e a obrigatoriedade em cumpri-los para estabelecer as parametrizações instituídas nas ferramentas de avaliação consistem no foco da EaD no Sinaes. Dessa maneira, a EaD precisa ser medida nos índices institucional e de curso e no pólo.

20. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Entende-se por validação o processo de legitimação de conhecimentos e de experiências relacionados com o perfil de conclusão do curso, adquiridos formal e/ou informalmente, para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Poderão ser validados componentes curriculares cursados em outros cursos de mesmo nível ou nível superior, bem como por meio de reconhecimento de saberes e experiências anteriores. Considerando o art. 41 da Lei n. 9.394/1996, o conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, será objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento

ou conclusão de estudos de aluno regular do IFRR. Os critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores do discente se dará conforme procedimentos e normas previstas na Organização Didática. Questão não previstas na Organização Didática serão analisadas e encaminhadas pelo Colegiado do Curso.

21. SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

21.1. Avaliação Institucional

A avaliação do curso será realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFRR/Campus Boa Vista que em colaboração com a DEAD/Campus Boa Vista, proverá os mecanismos de avaliação, considerando as orientações do Sistema Nacional de Educação Superior (SINAES).

No processo de avaliação serão elaborados questionários digitais, os quais serão respondidos via internet. Estes questionários serão organizados por categorias: discente, atuação pedagógica, recursos didáticos, gestão, relacionamento, atendimento, espaços físicos e recursos materiais. Os dados coletados serão tabulados e analisados pela comissão de avaliação que divulgará os resultados por meio de relatórios analíticos.

Estes relatórios, por sua vez, serão entregues a Diretoria de Ensino a Distância que em conjunto com a DEAD/Campus Boa Vista e a Coordenação Institucional da UAB irão planejar e executar ações para melhoria e correção do processo.

22. PERFIS DAS EQUIPES DOCENTE, TÉCNICO PEDAGÓGICA E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

22.1. Docentes do Curso

O professor do componente curricular é responsável por elaborar e ministrar o conteúdo programado; coordenar atividades acadêmicas; incentivar e acompanhar os estudantes nas atividades acadêmico-científico-culturais; orientar os estudantes nas atividades didático pedagógicas relativas ao curso; elaborar, quando necessário, material didático para suprir necessidades emergentes ao longo do processo ensino-aprendizagem; avaliar sistematicamente os estudantes, o material didático e o processo de ensino-aprendizagem no decorrer do curso.

O corpo docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade a distância será composto por professores selecionado por meio de edital, com titulação mínima de especialista e formação acadêmica na área da Educação e com experiência no ensino superior de no mínimo três anos, ou ainda de profissionais vinculados a programas de pós-graduação em nível de doutorado.

O professor atuará nas atividades típicas de ensino e de pesquisa relacionados ao curso. Dentre as suas atribuições, destaca-se:

- Elaborar o plano de ensino referente a seu componente curricular, discutindo com a coordenação do curso os procedimentos metodológicos e de avaliação;
- Interagir com o grupo de trabalho multidisciplinar para a definição dos recursos que darão suporte ao componente curricular;
- Propor atividades a distância com o objetivo de promover a autonomia e colaboração entre os estudantes e favorecer a aprendizagem;
- Planejar e executar o processo de avaliação dos estudantes, contemplando avaliações presenciais e a distância;
- Corrigir as avaliações realizadas com os estudantes e comunicar os resultados a coordenação de curso;
- Participar e dirigir as atividades presenciais previstas nos Polos;
- Adequar conteúdos, materiais didáticos, mídias e bibliografia utilizados para o desenvolvimento do curso à linguagem da modalidade a distância;
- Realizar a revisão de linguagem do material didático desenvolvido para a modalidade a distância;
- Adequar e disponibilizar, para o coordenador de curso, o material didático nas diversas mídias;
- Participar e/ou atuar nas atividades de capacitação desenvolvidas na Instituição de Ensino;
- Desenvolver as atividades docentes do componente curricular em oferta na modalidade a distância mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no projeto pedagógico do curso;
- Coordenar as atividades acadêmicas dos tutores atuantes em componentes curriculares ou conteúdos sob sua coordenação;
- Desenvolver o sistema de avaliação de alunos, mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de curso;
- Apresentar ao coordenador de curso, ao final do componente curricular ofertado, relatório do desempenho dos estudantes e do desenvolvimento do componente curricular;
- Participar de grupo de trabalho para o desenvolvimento de metodologia e materiais didáticos para a modalidade a distância.
- Realizar a revisão de linguagem do material didático desenvolvido para a modalidade a distância;

- Participar das atividades de docência dos componentes curriculares do curso;
- Desenvolver, em colaboração com o coordenador de curso, a metodologia de avaliação do aluno;
- Desenvolver pesquisa de acompanhamento das atividades de ensino desenvolvidas nos cursos na modalidade a distância.

22.2. Equipe Técnico-Administrativa

No âmbito do IFRR/Campus Boa Vista

· Equipe de Apoio Tecnológico e de Logística - a equipe de apoio tecnológico e de logística viabilizará as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático. Atuará no sentido de manter as condições de infraestrutura para as comunicações e o desenvolvimento das atividades do curso, apoiando o trabalho dos professores e tutores, à distância. Essa equipe dará suporte para a realização de todas as atividades necessárias ao desenvolvimento do curso, incluindo: capacitação dos profissionais tutores e professores, criação das páginas do curso, postagem dos materiais encaminhados pelos professores, orientação e auxílio para a produção, transmissão e gravação das web-aulas ou webconferências e auxílio na utilização das ferramentas disponibilizadas pelo AVEA que os professores poderão utilizar para o desenvolvimento das atividades dos componentes curriculares;

Equipe Técnico-Administrativa: exerce atividade de suporte ao DEAD/Campus Boa Vista, professores e alunos no que tange a elaboração, tramitação, organização, recebimento e expedição de documentos referentes à graduação.

O DERA: responsável pelo controle da documentação dos acadêmicos na instituição;

No âmbito dos Polos de Apoio Presencial

O Polo de Apoio Presencial poderá contar com a seguinte estrutura de pessoal:

Coordenação de Prédio do Polo de Apoio Presencial: A Coordenação de Polo é responsável pela coordenação da oferta do curso superior em seu polo, a manutenção das instalações para atender seus alunos e estabelece contato entre coordenadores UAB nas IFRR/Campus Boa Vista e INIVIRR.

- Acompanhar e coordenar as atividades discentes e administrativas do Polo de apoio presencial;
- Garantir às atividades da UAB a prioridade de uso da infraestrutura do Polo de apoio presencial;
- Participar das atividades de capacitação e atualização;
- Elaborar e encaminhar à Coordenação de Curso relatório de frequência e desempenho dos tutores e técnicos atuantes no Polo;
- Acompanhar as atividades de ensino, presenciais e a distância;
- Acompanhar e gerenciar o recebimento de materiais no Polo e a entrega dos materiais didáticos aos alunos;
- Zelar pela infraestrutura do Polo;
- Relatar problemas enfrentados pelos discentes ao coordenador do curso;
- Articular-se com o mantenedor do Polo com o objetivo de prover as necessidades materiais, de pessoal e de ampliação do Polo.

23. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS

Dependências	Quantidade	m2
Sala da Direção	01	33,20
Sala da Coordenação do curso da modalidade a distância	01	5,4m
Sala de Professores	01	75,60
Salas de Aula: climatizada com data show	10	480,00
Salas de Aula: climatizada com data show	02	96,00
Laboratório áudio-visual 01	01	480m2
Laboratório de Tutoria EaD	01	480m2
Laboratório de Informática e pesquisa	01	480m2

Banheiros	03 cjt.	154,4
Pátio Coberto / Área de Lazer / Convivência	01	853,00
Praça de Alimentação	01	100,00
Auditório Principal: Climatizado. Capacidade 200 pessoas sentadas	01	441,12
Auditório 2: Climatizado. Capacidade 50 pessoas sentadas	01	50,00
Sala de Áudio / Salas de Apoio	01	48,65
Sala de Leitura/Estudos	01	395,29

23.1. Biblioteca;

Área total (m2)	Área para usuários (m2)	Capacidade (Nº de usuários)
1.381	1.318	3.654
<p>Outras informações:</p> <p>O espaço físico está assim distribuído:</p> <p>a) 1º Piso: Acervo geral; salão de consulta; sala para leitura individual; sala de multimídia; coordenação; Hall de exposição.</p> <p>b) 2º Piso: Duas salas para teleconferência; coordenação de periódicos; salão de periódicos; processamento técnico; Hall de exposição; copa e 06 banheiros masculinos e 06 banheiros femininos, sendo um banheiro de cada bateria, adaptados para os portadores de deficiência física. O acesso ao 2º piso dá-se através de uma rampa.</p>		

24. DIPLOMAÇÃO

Após integralizar todas as disciplinas contempladas nos 8 (oito) módulos que compõem o curso e demais atividades obrigatórias previstas neste Plano de Curso, o acadêmico concluinte fará jus a obtenção do diploma de graduado em **Licenciatura em Pedagogia**.

INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO

A contextualização e a articulação entre teoria e prática devem configurar princípios basilares dos currículos dos cursos de licenciatura. Nesse sentido, a IFRR/Campus Boa Vista entende ser necessário promover ações de parcerias com unidades escolares públicas a fim de realizar atividades de ensino, pesquisa e extensão nestes espaços, envolvendo a comunidade em que a escola está inserida.

Essas ações, acompanhadas de práticas de observação, planejamento e reflexão a partir de situações-problema encontradas nesses ambientes, permitem que o discente relacione a relação entre o seu ambiente de estudo e o futuro ambiente de trabalho.

Essas ações abrangem escolas da educação básica das redes públicas dos municípios de Boa Vista, Caracaraí, Iracema, Mucajaí, Normandia e São Luiz do Anauá do estado de Roraima.

O aluno deste Curso é inserido neste cenário entre o 5º e o 7º semestres do curso e, em cada semestre, são desenvolvidas na escola de educação básica da rede pública as seguintes atividades: Observação, Coparticipação e Regência.

25. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004**. Regulamenta a Lei nº 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento às

peças que especifica, e dá outras providências, e nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências. Brasília, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, LIBRAS. Brasília, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 7.037/2009.** Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3. Brasília, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012.** Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Instrumento de avaliação de cursos de avaliação:** presencial e a distância – Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento. Brasília: MEC/INEP/DAES, 2017. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/ins_trumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf. Acesso em: 29 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Brasília, 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Define Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.536, de 11 de dezembro de 1997.** Regulamenta o parágrafo único do art. 49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. **Número de crianças em creches cresce 150% em uma década. 2012.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/207-1625150495/17753-> numero-de-criancas-em-creches-cresce-150-em-uma-decada

BRASIL. **Parecer 67/2003.** Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação – Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2003.

BRASIL. **Parecer CNE 776/97.** Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Brasília, 1997.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 02/2013.** Consulta sobre a possibilidade de aplicação de “terminalidade específica” nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio. Brasília, 2013.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 28/2001.** Estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Docentes, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena. Brasília, 2001.

BRASIL. **Parecer MEC/SEESP/DPEE nº 14/2009.** Terminalidade Específica. Brasília, 2009.

BRASIL. **Portaria MEC nº 40/2007.** Institui o e-MEC. Brasília, 2007.

BRASIL. **Referenciais de qualidade para educação superior a distância.** MEC/Secretaria de Educação a Distância, Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em: 29 out. 2020.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001.** Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001.

- BRASIL. **Resolução CNE/CES 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2012.
- BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 1, de 17 de junho de 2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.
- BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, 2006.
- BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 01 de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, 2015.
- BRASIL. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, 2012.
- BRASIL. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009.** Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA – IBGE. 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA – IBGE. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>.
- KISHIMOTO, T.M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação.** São Paulo: Cortez, 2001.
- LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 1999.
- LUCKESI, C.C. Estados de consciência e atividades lúdicas. In: PORTO, Bernadete. **Educação e ludicidade.** Ensaios 3. Salvador: UFBA, 2004, pp. 11- 20.
- PIMENTA, Selma Garrido. **O Estágio na Formação de Professores.** São Paulo: Cortez, 1997.
- RAYMUNDO, G.M.C. **O Estágio Supervisionado:** lócus formativo para acadêmicos que atuam como professores na educação básica. Florianópolis/SC: ANPED SUL, 1996.
- REVISTA EXAME. **Número de crianças matriculadas em creches sobe em 2019, aponta censo.** Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/numero-de-criancas-matriculadas-em-creches-sobe-em-2019-aponta-censo/SILVA>, R.S. da. **Gestão de EAD:** educação a distância na era digital. São Paulo: Novatec, 2013.
- TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis, R.J.: Editora Vozes, 2002.

Documento assinado eletronicamente por:

- Nilra Jane Filgueira Bezerra, REITOR - CD0001 - IFRR, em 07/03/2023 16:47:05.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 07/03/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 197576

Código de Autenticação: 146641d296

